

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Margarete Maria de Campos Bonafé

**A ANTROPOMORFIZAÇÃO DO MERCADO:
ANÁLISE DE UM FENÔMENO DISCURSIVO**

Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

São Paulo
2018

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

PUC-SP

Margarete Maria de Campos Bonafé

**A antropomorfização do mercado:
análise de um fenômeno discursivo**

Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva.

São Paulo
2018

Banca Examinadora

Autorizo a divulgação do texto completo em bases de dados especializadas e a reprodução total ou parcial, por processos fotocopiadores, exclusivamente para fins acadêmicos ou científicos, desde que citada a fonte.

À soberania popular.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro sem o qual (esta) pesquisa não se viabiliza(ria).

AGRADECIMENTOS

À Cecilinha, porque me guiou nessa jornada.

À professora Silma, porque me acompanhou e contribuiu tão significativa e decisivamente para a realização dessa pesquisa.

Ao professor Tony, porque ofereceu contrapontos extremamente valiosos.

À Marcella, porque rendeu importantes colaborações desde a gestação desse trabalho até a qualificação.

A todas as companheiras e companheiros do grupo Atelier: à Amanda, por sua sincera e inestimável amizade; à Renata, ao Rodolfo, à Alessandra, à Regiany, ao Antônio, ao Edgar, à Luciana, à Lúcia e à Jacke, porque empreenderam comigo discussões, conversas e reflexões que em muito apoiaram a concretização do que ora apresentamos.

À PUC-SP, porque há tanto tempo e sob diferentes perspectivas me acolhe.

Aos meus pais, João Pedro e Carolina, porque não sou capaz de ser sem suas referências.

À minha irmã Cristina e aos meus afilhados Luiz Henrique e Pedro, porque estamos e seremos fraternal e eternamente atados.

Ao André, com quem comungo minha vida.

Como podemos abolir essa espécie de não-ser que nos faz obedecer?

Jean-Michel Rey

RESUMO

O item lexical “mercado” alçado à condição de ser humano não constitui um fenômeno recente. No século XVIII, Adam Smith, um dos autores clássicos da moderna teoria econômica, já atribuía ao mercado uma “mão invisível”. Atualmente, dadas as características do Neoliberalismo, com o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado, o mercado tem tido grande atuação e a economia vem sendo fetichizada como tábua de salvação para todos os problemas; consequentemente, a política, como atividade republicana e democrática encontra-se esvaziada. Frente a tal problemática, esta dissertação tem por objetivo apreender o fenômeno da antropomorfização do mercado (atribuição de ações, atitudes ou sentimentos tipicamente humanos ao chamado mercado) por meio do conceito de fórmula discursiva, entendida como uma categoria particular de lugar discursivo, nos termos de Alice Krieg-Planque. Para tanto, foram selecionados dados extraídos do jornal Folha de S. Paulo, referentes a um período bastante emblemático do ponto de vista sócio-histórico, marcado por intenso debate público: o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Assumiu-se a hipótese de que a antropomorfização do mercado - termo cunhado neste trabalho - caracteriza um fenômeno discursivo. Com base no modelo teórico e metodológico desenvolvido por Krieg-Planque, foram analisadas associações léxico-sintáticas que exibiam marcas de um mercado antropomorfizado pelo/no discurso, configurando uma combinação entre teoria e *corpus* que levou ao aprofundamento da discussão acerca das condições que compuseram o entorno social e histórico, o pano de fundo que possibilitou a emergência e a ocorrência desse fenômeno discursivo. Para além de sua possível rotulagem como fórmula, observou-se o funcionamento do objeto de estudo como um referente social e o reconhecimento de um certo lugar discursivo.

Palavras-chave: fórmula discursiva; Análise do Discurso francesa; lugar discursivo, antropomorfização do mercado.

ABSTRACT

The lexical item “market” when lifted to the condition of a human being does not comprise a recent phenomenon. In the 18th century, Adam Smith, one of the classic authors of modern economic theory had already provided the market with an “invisible hand”. Currently, given the characteristics of Neoliberalism with the shrinking of the public space and the dissemination of the private space, the market has been playing a big role and the economy has been turned into a *fetish* taken as the hope of salvation for all problems; thus, the politics, as a republican and democratic activity is drained. Facing such disruption, the objective of this dissertation is to apprehend the anthropomorphism of the market phenomenon (assignation of typically human actions, attitudes or feelings to the market) through the concept of discursive formula, considered as a particular category of discursive position, according to Alice Krieg-Planque. To do so, some data were collected from the newspaper Folha de S. Paulo related to an extremely emblematic period of time from the social historical point of view, marked by an intense public opinion debate: the impeachment process against Dilma Rousseff. It was assumed as a hypothesis that the anthropomorphism of the market – labeled so in this assignment - characterizes a discursive phenomenon. Based on the theoretical-methodological approach developed by Alice Krieg-Planque, lexical-syntactic structures that displayed signs of an anthropomorphized market through/in the discourse were analyzed, which resulted in a combination of theory and *corpus* that has led to an expansion of the discussions about the historical and social aspects, the background that enabled the outset and the occurrence of this discursive phenomenon. Over and above its possible label as a formula, the functioning of the study object as a social referent as well as the recognition of a certain discursive position were observed.

Key words: discursive formula; French discourse analysis, discursive position, anthropomorphism of the market.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	16
1.1	O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff: “uma narrativa”	17
1.2	O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff: “um alvoroço”	20
1.3	A “mão invisível” do mercado e sua soberania: do Liberalismo ao Neoliberalismo e da subordinação da economia à política	27
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	36
2.1	Notas preambulares	36
2.2	A fórmula discursiva: quadro teórico e metodológico segundo Alice Krieg-Planque	38
2.2.1	A fórmula discursiva, seu caráter cristalizado e o lugar discursivo	41
2.2.2	A fórmula e sua dimensão discursiva.....	49
2.2.3	A fórmula como referente social e o <i>processo de aceitabilidade</i>	51
2.2.4	A fórmula e seu caráter polêmico.....	55
3	CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE	60
3.1	Da “inescapabilidade” do <i>corpus</i>	60
3.2	O <i>corpus</i> de referência e os procedimentos metodológicos.....	62
4	ANÁLISE DOS DADOS	78
4.1	O objeto de análise	78
4.2	O que a observação oferece a nossos olhos?.....	85
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

“Porque não há nada mais mobilizador do que o pensamento [...] Não existe atividade mais subversiva do que ele. Mais temida. Mais difamada também; e não é por acaso, não é inocente: o pensamento é político.”
(FORRESTER; VIVIANE, 1997)

Alice Krieg-Planque afirma que um cientista “tem uma espécie de sensibilidade anormalmente atenta a seu objeto. Ele percebe ruídos escondidos, vibrações, finas estrias e pequenos entumecimentos que outros não veem” (KRIEG-PLANQUE; ALICE, 2011, p. 30). Assim provocados, passamos a investigar um fenômeno que há algum tempo nos trazia algumas inquietações e ao qual somente neste trabalho fomos capazes de atribuir uma alcunha: *a antropomorfização do mercado*.

Com nossa investigação - cujo resultado apresentamos nesta dissertação de mestrado - pretendemos circunscrever uma operação discursiva observável entre as práticas jornalísticas, mais especificamente na Folha de S. Paulo, ao abordar o chamado “mercado”, fazendo-o sujeito ou alvo de ações e sentimentos humanos. Apoiamo-nos na hipótese de que a antropomorfização do mercado constitui um fenômeno discursivo, tal qual podemos atestar em enunciados como “as expectativas negativas do mercado, que não acredita que o governo colocará as contas em ordem e teme os efeitos de um impeachment de Dilma.”¹ Apenas nesse trecho, observa-se que o mercado tem expectativas, acredita e teme. Em outras palavras, são atribuídas a ele muitas ações, como reagir, celebrar, entender; além de sentimentos, como otimismo, pessimismo e mau humor.

Desse modo, procuramos empreender nossa pesquisa norteados por uma interrogação: *Como se constrói, discursivamente, o fenômeno da antropomorfização do mercado?* Para respondê-la, nos valem do construto teórico e metodológico desenvolvido por Alice Krieg-Planque (2010) em torno da noção de *fórmula discursiva*, tomando-a como uma categoria particular de lugar discursivo. Logo, em termos epistemológicos, este trabalho segue uma vertente enunciativo-discursiva, segundo a qual “é preciso tomar o discurso como objeto, e assumir essa posição até o fim.” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 25).

¹ Trecho de uma matéria publicada na Folha de S. Paulo em 22 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1721907-analistas-veem-inflacao-perto-do-teto-em-2017.shtml>>. Acesso em 3 nov. 2017.

Em relação aos procedimentos metodológicos, construímos um *corpus* de referência constituído por 54 parágrafos extraídos da Folha de S. Paulo nos quais observamos a materialização do fenômeno discursivo investigado. Elegemos, portanto, aquele jornal em sua edição nacional e na versão impressa disponibilizada em meio digital, como o campo discursivo no qual circularia nosso *corpus*. Para tal, nos servimos da influência exercida pelo periódico junto à chamada opinião pública, já que é o diário de maior tiragem e circulação entre os jornais nacionais de interesse geral, além de ser o mais vendido do país, desde a década de 1980, conforme informações disponibilizadas pelo próprio site da Folha na internet².

Delimitamos o recorte temporal a partir do qual faríamos emergir nosso *corpus* com base no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, um balizador que nos inscreveu, indiscutivelmente, na análise de em um contexto sócio-histórico um tanto quanto enigmático. O material recolhido estendeu-se, assim, de 3 de dezembro de 2015 - dia posterior à aceitação do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados - a 1 de setembro de 2016, dia seguinte à cassação do mandato no Senado.

Valendo-nos de um mecanismo de busca oferecido pelo próprio site do jornal, pesquisamos a palavra mercado e recortamos todos os 5.284 parágrafos nos quais ela apareceu, baseando-nos em uma categoria da Linguística de *Corpus*, explicitada por Tony Berber Sardinha em artigo publicado no livro *Texto ou Discurso: a palavra nódulo*, “o item central da colocação, aquele que o analista busca no *corpus*” (BERBER SARDINHA; TONY, 2012, p. 272). Além dela, nos servimos de outras noções – colocados, horizonte e preferência semântica - exclusivamente na definição dos critérios para a seleção do material recolhido. Para a fundamentação teórica e a análise dos dados, como apontamos, nos referimos à teoria de Krieg-Planque (2010) e, tangencialmente, a conceitos propostos por Dominique Maingueneau (2015).

Detivemo-nos ao exame de todas as ocorrências encontradas para, entre elas, extrairmos 10%, ou 533 aparições da palavra nas quais reconhecemos a materialização do fenômeno da antropomorfização do mercado, qual seja, aqueles enunciados que de alguma forma “igualavam” o mercado a um ser humano, atribuindo-lhe ações ou sentimentos tipicamente humanos. Para tal recorte, mobilizamos uma conjugação das noções de: temática, conforme Fabiana Miqueletti (2009); preferência semântica, segundo Berber Sardinha (2012), e interpretante razoável, de acordo com Krieg-Planque (2011). Finalmente, realizamos um

² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml> e <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em 17 mar. 2017.

terceiro recorte e, pautando-nos pelas datas nas quais os índices de frequência eram mais elevados - selecionamos os 54 excertos que compõem nosso objeto de estudo.

No que tange à fundamentação teórica, travamos uma leitura mais aprofundada de Krieg-Planque e percebemos que a aplicação de seus conceitos não se daria de uma maneira “dualista”, direta, ou imediata. Não seria possível simplesmente reconhecer um ou outro polo, isto é, determinar se estão ou não presentes em um certo material linguageiro as propriedades que definem uma fórmula, como a cristalização, por exemplo.

A apreensão das características da fórmula segundo Krieg-Planque é, de um lado, elástica o bastante, fluida, gradual e *em continua*, pois participa do “peso da história, esse peso que lastreia os destinos individuais” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 100); e, por outro, suficientemente rigorosa, do ponto de vista metodológico, garantindo cientificidade à teoria. Segundo a autora,

o fato de a fórmula ser um objeto inscrito em um *continuum* não faz dela, de modo algum, um objeto totalmente acientífico que resiste a uma análise fundamentada. Ao contrário, o caráter contínuo do objeto – e, conseqüentemente, a grande diversidade de silhuetas e figuras sob as quais será possível encontrá-lo – faz da noção de fórmula uma noção heurística, suscetível de ser sempre recolocada, revisitada, redefinida. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 112).

Do mesmo modo, não nos furtamos, filiados que estamos à Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa, a conceber o texto discursivamente, o que equivale a incorporar o componente sócio-histórico como item pregnante à análise. Krieg-Planque (2011, p. 25) afirma que é preciso “documentar os discursos, no sentido de informá-los, instruí-los. [...] os discursos podem ser um lugar de observação de práticas que contribuíram para produzi-los.”

Interessamo-nos então por investigar a antropomorfização do mercado como um fenômeno discursivo, ao frequentarmos o curso de extensão *Análise do Discurso: o que é, como se faz?*, ministrado pela Prof^a. Dr^a. Silma Ramos Coimbra Mendes na Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), da PUC-SP. Tal curso, além de oferecer subsídios para o início desta investigação, sob o viés da análise discursiva, também nos instrumentalizou para dar início aos estudos no mestrado. Desde 2015, passamos a integrar, no LAEL, o grupo de pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho (CNPq), cujo foco está no “estudo dos mecanismos de produção e interpretação de textos que circulam em diferentes esferas de atividade: midiática, religiosa, política, educacional e, particularmente, daqueles relacionados

ao tema trabalho”, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, orientadora desta dissertação. As atividades desenvolvidas pelo grupo abrangem duas linhas de pesquisas: *Estudos discursivos e Linguagem e trabalho*. Esta pesquisa insere-se na primeira delas e se apresenta organizada por meio dos seguintes capítulos:

Capítulo 1 - Contexto sócio-histórico, no qual abordamos o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, pano de fundo sócio-histórico que, de um lado, se mostrou elemento indispensável para a compreensão dos dados; e, de outro, funcionou como balizador temporal para o recorte do objeto de estudo. Sem muita contestação, tratou-se de um momento emblemático e relevante da história do país e, como tal, suscetível à interpretação a partir de inúmeras abordagens. A nossa, segue três vieses: em uma primeira seção, procuramos expor, de forma mais ou menos objetiva, os principais fatos relacionados ao processo de *impeachment*; uma segunda seção, na qual tratamos do *impeachment* como “alvorço”, para recuperar um termo de Motta e Salgado (2011), ou seja, visto como um acontecimento que autorizou determinadas manifestações do ponto de vista linguístico e discursivo. E, finalmente, uma terceira seção, na qual discutimos alguns aspectos relacionados às origens do Liberalismo, ao desenvolvimento do Neoliberalismo e à teoria da “mão invisível” do mercado.

Capítulo 2 - Fundamentação teórica, no qual apresentamos as diretrizes que sustentam o quadro teórico e metodológico, segundo Alice Krieg-Planque, em torno do conceito de fórmula discursiva, cujas propriedades constitutivas são exploradas nas quatro seções que compõem o capítulo. Tratamos também da noção de lugar discursivo, que serviu de chave para a apreensão e análise dos dados. Comentamos ainda algumas publicações de autores que também mobilizaram a noção de fórmula.

Capítulo 3 - Construção do objeto de análise, no qual apresentamos duas seções: a primeira, mais breve, na qual expomos algumas reflexões sobre esta que é uma das atividades inerentes - quiçá a mais relevante - de uma pesquisa: a delimitação do *corpus*; e, a segunda, na qual descrevemos os procedimentos metodológicos que nos orientaram na construção do *corpus* de referência, bem como na delimitação do recorte temporal e na opção pelo campo discursivo no qual recolhemos nossos dados: o jornal Folha de S. Paulo.

Capítulo 4 – Análise dos dados, no qual nos lançamos à interpretação do material recolhido, apresentando-o na íntegra, na seção *Objeto de análise*, e confrontando-o, na seção posterior, ao contexto sócio-histórico e ao aparato teórico e metodológico escolhido, notadamente ao conceito de fórmula como uma categoria particular de lugar discursivo, conforme definido por Alice Krieg-Planque.

1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

“[...] o que sustentaremos é que só há poder, hoje,
quando se fala sobre o poder. [...] Ele transita, tramita – como as palavras.”
(RIBEIRO, RENATO JANINE, 2007)

Este capítulo encontra-se organizado em três frentes. Na primeira, procuramos descrever o contexto sócio-histórico que circunda esta pesquisa de um ponto de vista formal, isto é, assumindo como norte o rito oficial percorrido pelo processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Empreendemos, assim, uma certa narrativa dos fatos sucedidos, com menção a datas, números e acontecimentos mais relevantes dentro da ótica que adotamos.

É forçoso lembrar, no entanto, que “narrar” um momento histórico com imparcialidade constituiria um objetivo incongruente com o próprio campo de estudos ao qual pertencemos. Pesquisadores em AD compreendemos o discurso como uma forma de ação, assumido por um sujeito (MAINGUENEAU, 2015, p. 27), levando à construção e reconstrução do(s) sentido(s) que só pode(m) ser apreendido(s) como obra “de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 29).

Logo, mesmo nos guiando de alguma maneira pela via *protocolar* ao abordar aspectos relacionados ao trâmite administrativo do processo que findou na destituição de Rousseff, sabemos que - enquanto sujeitos do discurso - o fizemos a partir de um determinado lugar social, inseridos em um quadro histórico que a um só tempo nos autoriza a proferir alguns enunciados e nos proíbe outros.

A quimérica visada formalista que a primeira seção pode demonstrar é abandonada nas duas seções seguintes, já que - cometendo um certo desvio metodológico – nos vimos obrigados a incluir no capítulo dedicado à contextualização sócio-histórica observações sobre nosso objeto de estudo, bem como alguns apontamentos teóricos. Sendo assim, na seção intermediária deste capítulo, tratamos do *impeachment* como problemática, ou “alvoroço”, em alusão a um termo empregado por Ana Raquel Motta e Luciana Salgado (2011, p. 5) ao afirmarem que as fórmulas têm relação com posicionamentos em disputa. Discorreremos também sobre a polêmica estabelecida em torno do *impeachment*, abordando acontecimentos que impuseram tomadas de posição e revelaram a existência de posicionamentos antagônicos - cenário que nos parece modelar para uma análise do discurso que pretende “relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis” (MAINGUENEAU, 2015, p. 47). Tratamos, por exemplo, do debate que se instaurou na sociedade brasileira acerca de se

nomear ou não o *impeachment* como golpe; do ponto de vista discursivo, pensamos nas observações que podemos tecer sobre o surgimento de numerosas *pequenas frases* (MAINGUENEAU, 2014) que circularam durante aquele período, levando-nos a estabelecer um gancho com a noção de fórmula, segundo Krieg-Planque, já que ao analisá-las adentramos as relações de poder e de opinião que se organizam por meio do(s) discurso(s) (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9). Por fim, trazemos ponderações que extravasam os limites do trâmite oficial e das datas específicas relacionadas ao *impeachment*, remetendo-nos a Possenti, para quem é inexequível a demarcação exata de um processo sócio-histórico, bem como a alguns autores que se propuseram a pensar sobre aqueles acontecimentos, entre eles, Marilena Chaui (2016), que nos ofereceu subsídios para uma compreensão fundamental do quadro sócio-histórico que antecedeu o *impeachment*; Leda Maria Paulani (2016) que, sob a ótica de uma economista, nos apresentou contribuições para que relacionássemos nosso objeto de estudo ao contexto sócio-histórico delimitado e, finalmente, Rafael Valim (2017) que discute o papel de soberania ocupado pelo mercado na era neoliberal, ponto que despertou, evidentemente, nosso interesse.

Por fim, a terceira seção, quando examinada em retrospecto, parece exibir um sem-número de referências, já que aludimos a uma (questionável) elevada quantidade de autores. Esperamos, no entanto, ter feito correlações de forma mais ou menos coerente, já que eles nos facultaram reflexões essenciais a respeito da subordinação da política à economia levada a cabo em meio aos “comportamentos do mercado” (OLIVEIRA, FRANCISCO DE, 2007, p. 339). Aventamos então um detalhamento do contexto sócio-histórico - visto sob exatamente sob o enfoque da sacralização da economia, na qual o mercado assume ares de mito - com o fenômeno discursivo que estamos investigando: a antropomorfização do mercado.

1.1 O *impeachment* de Dilma Rousseff: “uma narrativa”

“[...] um curto período de *governo* eleito por vias democráticas,
cujo término se deu em 31 de agosto de 2016,
data em que se afastou definitivamente do cargo a Presidenta [...]”
(VALIM; RAFAEL, 2017)

Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi a primeira mulher a se tornar Chefe do Poder Executivo no Brasil. Elegeram-se por duas vezes consecutivas, em 2010,

com 56,05% dos votos, e em 2014, com 51,64%³, tendo sucedido o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que - como ela estava prestes a realizar - também governara por dois mandatos seguidos (2002 e 2006). Somados, Dilma e Lula responderam por catorze anos de liderança do PT à frente do país. O número chama especial atenção pois, pela Legislação Brasileira, o eleito ocupa a Presidência por quatro anos - ou oito, caso reeleito. Assim, os dois presidentes deveriam ter acumulado dezesseis anos no poder, não tivesse Dilma Rousseff sido deposta do cargo, em 2016.

Em seu segundo mandato, a governante representou a preferência de mais de 54 milhões de brasileiros ao derrotar Aécio Neves, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao posto. O resultado foi imediatamente contestado pelo adversário preterido no pleito, por meio de um pedido de auditoria das eleições e impugnação da candidatura vitoriosa junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A acirrada contenda ultrapassou as urnas, espalhou-se dentre a opinião pública, invadiu as ruas e até as mídias sociais.

Em termos formais, o processo para o afastamento de Dilma começou em 2015, ano no qual se registraram no Brasil inúmeros atos e manifestações públicas, em prol e contrárias ao governo. A popularidade da presidenta havia diminuído drasticamente; em agosto daquele ano, era rejeitada por 71% da população, maior marca desde que iniciou seu mandato, segundo pesquisa Datafolha⁴. Em 2 de dezembro, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados, acolheu a denúncia de *impeachment* contra Dilma, ao acatar um requerimento elaborado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior, e pela advogada Janaína Paschoal que, para reforçar o pedido, citara a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o Congresso reprovasse as contas de 2014 do governo petista. A acusação elaborada pelo trio girava em torno das chamadas “pedaladas fiscais”⁵, uma questão de ordem econômica, ou orçamentária, como a própria denominação faz refletir. Vale lembrar que, nessa seara, um ajuste fiscal havia sido implementado desde o início daquele ano, sob a batuta do Ministro da Fazenda Joaquim

³ Cf. Época, disponível em: <<http://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/dilma-rousseff.html>>. Acesso em 28 Dez. 2017.

⁴ Cf. Blogue da Boitempo, disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>>. Acesso em 28 Dez. 2017.

⁵ Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, “a ‘pedalada fiscal’ foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS. O objetivo [...] era melhorar artificialmente as contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e, assim, ludibriava o mercado financeiro e especialistas em contas públicas.” Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>>. Acesso em 28 Dez. 2017.

Levy, com o objetivo de atingir um equilíbrio financeiro, reduzindo gastos governamentais e aumentando a arrecadação de impostos.⁶

O recebimento do pedido de *impeachment* por parte de Eduardo Cunha foi interpretado como uma decisão de natureza retaliatória, já que, em julho de 2015, o deputado havia anunciado oficialmente seu rompimento com o governo. Tal disputa se viu reforçada pelo revés sofrido por Cunha junto ao Conselho de Ética da Câmara; naquele fórum, a bancada do PT votara favoravelmente à continuidade do processo disciplinar instalado contra o deputado, acusado de quebra de decoro parlamentar, o que acenava para a possibilidade de cassação de mandato.

Recebido por Cunha, o processo seguiu em tramitação por uma Comissão Especial formada na Câmara dos Deputados. O cenário político e social agitava-se exponencialmente, com registro dos mais numerosos protestos contra Dilma⁷, um quadro que se configurava conflituosamente, pautado em larga escala por ações e decisões do Poder Judiciário tomadas no contexto da chamada “Operação Lava Jato” - investigação sobre corrupção e lavagem de dinheiro deflagrada pela Polícia Federal no Paraná em andamento desde 2014. Um exemplo disso emerge quando, em 16 de março de 2016, Dilma Rousseff nomeou Lula para o cargo de Ministro da Casa Civil. Na mesma data, o juiz federal Sergio Moro, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, responsável pela condução em primeira instância da Operação, tornou pública uma série de gravações realizadas pela Polícia Federal de conversas telefônicas entre Dilma e Lula nas quais eles tratavam da nomeação dele para o Ministério. O “vazamento” daquele conteúdo – pelo qual o juiz se desculpou *a posteriori* em despacho oficial emitido ao Supremo Tribunal Federal (STF) – foi amplamente divulgado pela mídia e acirrou ainda mais os ânimos.

Em 6 de abril de 2016, o deputado Jovair Arantes, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), relator da Comissão Especial do *Impeachment* apresentou voto favorável à abertura do processo contra a Rousseff, recomendação, na sequência, aprovada por todos os membros da Comissão. Em dia 17 de abril, o processo seguiu para a votação dos 513 deputados que compunham a Casa, dos quais 367 se pronunciaram, em três dias de sessão, pela admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff.

A continuação e o desfecho ocorreram no Senado, onde também se formou uma Comissão Especial responsável pelo rito e prosseguimento do pedido. Lá, a relatoria coube ao

⁶ Cf. O Estado de S. Paulo, disponível em: < <http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-ajuste-fiscal-de-dilma,372254>>. Acesso em 28 Dez. 2017.

⁷ Cf. Blogue da Boitempo. Disponível em : <<https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>>. Acesso em 28 Dez. 2017.

ex-governador de Minas Gerais e aliado político de Aécio Neves, o senador Antonio Anastasia (PSDB) - que, à semelhança do que ocorrera na Câmara, recomendou o seguimento do processo de *impeachment*, decisão imediatamente acatada por todos os parlamentares que compunham a Comissão.

Finalmente, em maio de 2016, 55, dos 81 senadores, votaram pela continuidade do processo, afastando Dilma Rousseff, em caráter provisório e por 180 dias, de suas funções como presidenta. O vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu interinamente e anunciou um novo ministério composto exclusivamente por homens brancos, tornando-se alvo de muitas críticas por parte de uma parcela da opinião pública.

Como rege a Constituição Federal Brasileira, a etapa final do julgamento de Dilma Rousseff transcorreu no plenário do Senado - sob o comando do presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski – quando 61 senadores votaram a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, condenação levada a cabo em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato da presidenta e sua destituição do cargo para o qual fora (re)eleita.

1.2 O *impeachment* de Dilma Rousseff: “um alvoroço”

“Dá para sentir que nenhuma terra está mais em transe,
prestes a parir o dia-que-virá.”
(ARANTES; PAULO, 2016)

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff consumado no Brasil em 2016 constituiu, indubitavelmente, um daqueles momentos emblemáticos da história de um país; e, porque assim o foi, instaurou a reboque um intenso debate no meio jurídico, na imprensa e na sociedade em geral. A disputa em torno de se nomear ou não o *impeachment* como ‘golpe’ disseminou-se pelo país, em todas as esferas. Sobre essa polêmica, discorreu Sírio Possenti, em artigo veiculado pela *Revista de Estudos da Linguagem* e intitulado *Diferenças condensadas em palavras*⁸, no qual o autor afirma que “em relação ao sentido de ‘golpe’ e a sua adequação ao evento em curso no Brasil, há duas posições básicas e claramente opostas. Os que consideram que há golpe e os que pensam que não.” (POSSENTI, 2016, p. 1090).

Além de Possenti, muitos outros autores, de diferentes campos do saber, lançaram-se à (uma) interpretação do contexto sócio-histórico brasileiro, em um debate polarizado em torno

⁸ Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959>>. Acesso em 04 set. 2017.

de dois posicionamentos antagônicos: de um lado, aqueles que acolhiam o *impeachment* como positivo, necessário e legítimo; e, de outro, aqueles que o rechaçavam, alegando ilegitimidade e ilegalidade do processo. Um exemplo que se pode enquadrar no primeiro grupo é o livro *Impeachment: instrumento da democracia* (2016), coordenado por alguns juristas, entre eles, Ives Gandra da Silva Martins (2016, p. 315) que à época afirmara: “há elementos jurídicos para que seja proposto e admitido o ‘impeachment’ da atual presidente da República, Dilma Rousseff perante a Câmara dos Deputados e Senado Federal.”

Já entre os representantes do segundo grupo, podemos citar Leonardo Isaac Yarochevsky, professor de Direito Penal da PUC-MG, autor de *Tchau, querida democracia* (2016), no qual ele atribui uma natureza composta ao processo de *impeachment*, classificando-o como um acontecimento político e jurídico. Político porque

compete ao Senado Federal o julgamento do *impeachment* do Chefe do Poder Executivo. Tem, também, natureza jurídico-penal posto que no julgamento pelo Congresso Nacional devam ser respeitados os limites impostos pela dogmática penal, bem como o devido processo legal. (YAROCHEWSKY, 2016, p. 100).

O professor explica ainda que a Constituição Brasileira prevê o *impeachment* e a cassação do mandato do Presidente da República mediante a prática de crimes de responsabilidade que atentem contra a própria Constituição. Do mesmo modo, ela garante que em qualquer processo jurídico devam estar assegurados os princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Nesse sentido, para Yarochevsky (2016, p. 30), o *impeachment*, ainda que previsto pela Constituição, deve ser caracterizado como ‘golpe’ porque foi “movido por razões que passam ao largo do que a própria Constituição da República prevê e exige.”

Seguindo a mesma linha, o professor de Direito da PUC-SP Rafael Valim, em sua obra *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* (2017), defende que o processo de destituição de Dilma Rousseff apresentou um *simulacro* de devido processo legal, com um aparente, porém falacioso, respeito ao Direito ao instaurar um processo e ouvir as partes e as testemunhas. Sobre disso, o autor afirma que “tudo não passava de uma grande farsa [...] um exemplo das múltiplas exceções que, se já não sepultaram por completo o combalido Estado de Direito brasileiro, estão em vias de fazê-lo.” (VALIM, 2016, p. 41).

Presente à mesa de abertura do III Salão do Livro Político organizado pela PUC-SP⁹, do qual tivemos a oportunidade de participar, Valim, ao comentar sua obra, abordou o papel de soberania ocupado pelo mercado na era neoliberal, uma discussão que imediatamente estabeleceu diálogo com a que realizamos aqui. Isso porque entendemos que o estudo acerca de sintagmas que materializam a antropomorfização do mercado guarda inelutável correlação com as orientações do Neoliberalismo que, grosso modo, dominam a agenda político-econômica no Brasil desde a década de 90, pregando um Estado mínimo e a livre *atuação* do mercado.

Nesse sentido, a apresentação à qual assistimos e a leitura do livro de Valim nos ofereceram importantes contribuições para entendermos o contexto sócio-histórico e seu peso no desenvolvimento do fenômeno discursivo que estamos investigando. Retomaremos, portanto, em momento oportuno, este autor, segundo o qual “o ‘mercado’ em abstrato passa a determinar, em grande medida, a política econômica antes privilégio do Estado soberano” (VALIM, 2017, p. 11). A propósito, essa discussão acerca da subordinação da política à economia será resgatada na seção seguinte, na qual trataremos de alguns aspectos do regime neoliberal.

Em relação ao viés discursivo, a sequência “Não vai ter golpe” alcançou notoriedade e ampla circulação, além de várias outras *pequenas frases*, como “Tchau, querida”, “Fora, Temer”, “Quero escola padrão FIFA” etc. Segundo Dominique Maingueneau, as *pequenas frases* não advêm do saber acadêmico, mas de comunidades restritas formadas por profissionais da mídia, atores políticos e especialistas em comunicação. “... Não é uma frase curta, mas, sobretudo, uma sequência que, ao mesmo tempo, seria e não seria uma frase” (MAINGUENEAU, 2014, p. 57). O autor forjou o conceito de *aforização* para dar conta de frases que – apesar de assim chamadas, passariam ao largo das coerções impostas pela textualidade e pelos gêneros do discurso. Por possuírem determinadas características como um valor generalizante e uma posição relevante no texto, essas frases seriam alvo de um processo de destacamento, dando origem a enunciados autônomos e autossuficientes que circulariam em espaços outros e diversos, veiculando, como explica o autor, uma *verdade fundamental*, uma *convicção diante do mundo*. O fenômeno das *frases sem texto*, amplamente explorado por Maingueneau em obra (2014) que leva o mesmo título, instaura um novo regime de enunciação, o aforizante, em oposição ao regime de enunciação textualizante ou genericizante. Segundo

⁹ Ao lado de Valim, compuseram a mesa de abertura do evento a ex-presidente Dilma Rousseff e a reitora da PUC-SP, Maria Amália Andery.

Krieg-Planque, pensar e analisar fenômenos de retomada e de circulação discursivos, como as *pequenas frases*, os *slogans* e as fórmulas nos levam a

compreender a forma como diversos atores sociais (homens e mulheres políticos, militantes de associações, representantes sindicais, dirigentes de empresas, comunicadores, jornalistas profissionais, intelectuais...) organizam, por meio dos discursos, as relações de poder e de opinião. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9).

Corroboram essa visão, Ana Raquel Motta e Luciana Salgado (2011, p. 5):

se pensarmos que toda síntese recobre articulações forjando uma unidade complexa, heterogênea, híbrida, entenderemos que fórmulas como *slogans*, ditados e frases feitas, entre outras, embora possam parecer territórios de apaziguamento, são, ao contrário, posicionamentos que denunciam a rede de disputas em que se inserem e de que revelam. Trata-se de alvoroço, de efervescência.

O julgamento e afastamento da presidenta foram, para retomar o termo usado pelas autoras, um período de muito *alvoroço*. Por isso, há aqueles que situam o *impeachment* em momentos distintos do rito oficial percorrido pelo processo nas casas legislativas, isto é, desde o final de 2015 com a aceitação do processo na Câmara dos Deputados, até a destituição de Rousseff oito meses depois. Segundo Possenti, é quase impossível demarcar, exatamente, o começo de um processo histórico. Para ele,

[...] a única coisa certa é que, geralmente, a data que fica nos manuais é inexata. Por exemplo, certamente o processo de impedimento de Dilma Rousseff não começou em dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara aceitou um dos vários pedidos e, com isso, deu início ao processo legislativo de avaliação do caso. (POSSENTI, 2016, p. 1076).

Por essa razão, buscamos compreender o *impeachment* como um acontecimento sócio-histórico que, para além de datas e fatos processuais, é o resultado de uma tríade: um cenário precedente, um desenrolar mais concreto, e um devir. Nesse sentido, encontramos ancoragem na obra *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (2016), especialmente nos artigos de Marilena Chaui - que nos ofereceu um rico panorama do contexto sócio-histórico que precedeu a destituição de Rousseff ocorrida em 2016 e que, por isso, julgamos pertinente explorar – e o de Leda Maria Paulani, que se fez valioso por propor uma reflexão acerca do desenvolvimento do Neoliberalismo no Brasil, assunto que abordaremos na seção seguinte. Estamos, enfim, tencionando esclarecer que nos valem os

desses dois estudos como importantes reflexões acerca do contexto sócio-histórico que elegemos; o primeiro deles, porque pondera sobre o cenário que antecedeu o *impeachment* em si, uma discussão substancial para nós na descrição do contexto sócio-histórico que se fez emergir; e, o outro, porque discute a implantação da agenda neoliberal no Brasil, em outras palavras, explora o pano de fundo característico do período histórico que estamos investigando.

No primeiro trabalho - que figura na seção inicial do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016) nomeada como *Antecedentes do golpe* - Chaui argumenta que os anos anteriores ao afastamento da presidenta foram marcados por programas governamentais de transferência de renda e inclusão social aliados a uma política econômica de emprego, elevação do salário mínimo e à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares; um cenário que desencadeou profundas transformações, especialmente no âmbito simbólico, já que mudanças expressivas na composição e nos costumes da sociedade brasileira se fizeram emergir.

Apoiando-se em pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a autora demonstra a intensa mobilidade social, de contorno ascendente, ocorrida no Brasil entre 2003 e 2011, chamando a atenção para a significativa expansão da chamada classe C, que passou a abrigar cerca de 40 milhões de novos integrantes, advindos das classes D e E¹⁰. Chaui lança a hipótese – à qual aderimos neste trabalho - de que, no interior da *vertente neoliberal do capitalismo* (grifos nossos), ocorreram no Brasil o surgimento e o crescimento de uma complexa e heterogênea *classe trabalhadora*, de difícil apreensão e compreensão - e não a expansão da classe média, como se postulou largamente. O impasse, elucida a autora, recairia sobre o ocultamento ou não reconhecimento dessa nova classe social, além da absorção ideológica – e problemática – de uma pela outra, ou seja, o “problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira pelo imaginário da classe média.” (CHAUI, 2016, p. 20).

A autora empreende uma detalhada caracterização da classe média existente no Brasil, pois esse extrato social implica “uma questão política de enorme relevância [...], como atesta sua participação majoritária nas manifestações de 2016 em favor do golpe de estado” (CHAUI, 2016, p. 19). A esse respeito, recordemos o que veiculou, em março de 2016, a Folha de S. Paulo em sua manchete de capa:

¹⁰ No mesmo artigo, Chaui (2016, p. 15) aponta que a nomenclatura A, B, C, D e E é utilizada por muitos institutos de pesquisa de mercado e da sociologia, como o Ipea, para classificar e identificar as classes sociais, com critérios baseados na renda, na propriedade de bens, na escolaridade e na ocupação da população brasileira.

Figura 1 – Capa do jornal Folha de S. Paulo nº 31.757 de 14/03/2016.



Fonte: edicaodigital.folha.uol.com.br

De acordo com Chaui, a classe média brasileira - que compôs a maioria dos atos “anti-Dilma”, como cunha o jornal - está calcada no individualismo competitivo e no autoritarismo, pois se estrutura de forma fragmentada, com base em uma estrutura que favorece o espaço privado em detrimento do público, estabelecendo entre seus pares uma relação que se desenvolve sempre entre um

superior, que manda e um inferior, que obedece; as diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência, e as desigualdades são naturalizadas. As relações entre os que se julgam iguais são de ‘parentesco’, isto é, de cumplicidade¹¹; e com os que são

¹¹ Diferentemente de Chaui, alguns autores reputam as relações de favoritismo existentes na sociedade brasileira ao chamado *capitalismo clientelista* ou *de compadrio*, que estaria em voga no Brasil e em países como China, Índia, Rússia e México, onde empresários, em conluio com o Estado, seriam favorecidos por políticos corruptos, por meio de subsídios, incentivos fiscais especiais, empréstimos, monopólios, reservas de mercado, barreiras comerciais e proteção da concorrência. Tal quadro configuraria o contexto econômico e político brasileiro, e não o capitalismo liberal, ou neoliberal, pautado pelo livre mercado, como se advoga haver no país. Para isso, ver: ARAUJO, ANDRE. *O capitalismo de compadrio no Brasil e em outros países* (2015). Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-capitalismo-de-compadrio-no-brasil-e-em-outros-paises>>. Acesso em 29 out. 2017.

vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela, ou da cooptação [...]. (CHAUI, 2016, p. 20).

Chaui atesta que a classe média está condenada a viver um paradoxo, obrigada a ocupar uma espécie de “não-lugar” na sociedade, ou um *lugar ideológico contraditório*, nos termos da autora. Isso porque esse segmento social encontrar-se-ia apartado tanto do poder político, quanto do econômico. A filósofa explica, recuperando Karl Marx, que a classe média, assim como a pequena burguesia, não se enquadraria em nenhum dos dois polos constituintes do modo de produção capitalista: não pertenceria à classe dominante, detentora do capital produtivo e financeiro; tampouco à classe trabalhadora, responsável pela força produtiva ou, de trabalho.

A autora afirma que o imaginário da classe média se encontra, de um lado, ameaçado pelo surgimento de uma nova classe trabalhadora, e, por outro, pela ânsia em pertencer à classe dominante. Para que seu objetivo se concretize, em outras palavras, para que a classe média afaste o risco de se tornar classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que alimenta seu desejo em ascender à classe dominante, é forçoso haver um quadro de ordem e segurança, “que introduziria permanência temporal e espacial” (CHAUI, 2016, p. 19), justificando sua filiação a pensamentos conservadores e reacionários, como expõe a autora.

Nesse contexto, Chaui pontua que o consumo exacerbado – principalmente de serviços e objetos ligados à autoridade, à riqueza, à abundância e à ascensão social – constituiria um modo de a classe média se identificar com a camada dominante, repelindo, ao mesmo tempo, uma possível queda social que a igualasse às classes inferiores. Sobre esse paradoxo a autora expressa que, para a classe média,

[...] o consumo lhe parece como ascensão social em direção à classe dominante e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, ao ter acesso ao consumo de massa, tende a tornar esse imaginário por realidade e a aderir a ele. Donde uma nova pergunta: se, pelas condições atuais de sua formação, a nova classe trabalhadora brasileira está cercada por todos os lados pelos valores e símbolos neoliberais difundidos pela classe média, como desatar esse nó? (CHAUI, 2016, p. 21).

Chaui conclui que uma alternativa residiria na necessidade de concebermos a noção de *classe social* como uma *práxis*, um *fazer histórico*, e por isso passível de transformações e oscilações entre diferentes posicionamentos, ao invés de “um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um *sujeito* pessoal, político, moral e cultural que age, interpreta... e se transforma por meio da luta de classes.” (CHAUI, 2016, p. 19).

Discutiremos nesta dissertação como a economia ganhou ares de ciência suprema, com um viés divinizante e inquestionável. Chaui problematiza em certa medida essa questão, ao apontar que a definição de uma classe social não passa somente por *critérios econômicos*, mas remete, antes, a um fazer histórico. Negando uma concepção rígida sobre a prática social relacionada à classe média brasileira, e ressaltando seu componente histórico, ativo e político inerente a qualquer classe, Chaui revela a tendência daquele segmento em assumir posições reacionárias, mas observa que “pode também tomar a direção oposta, lutando contra formas de injustiça, opressão e dominação” (CHAUI, 2016, p. 21). Propomos ampliar essa discussão na sequência, aproximando-nos de observações mais detidas sobre a evolução do sistema (neo)liberal no Brasil, o papel do mercado nesse contexto, e sua correlação com o(s) governo(s) brasileiro(s). Trataremos, além disso, do domínio do polo econômico sobre o político característico desses tempos.

1.3 A “mão invisível” do mercado e sua soberania: do Liberalismo ao Neoliberalismo e da subordinação da economia à política

“[...] a camisa-de-força dos mercados conseguiu nos envolver como uma segunda pele, considerada mais adequada para nós do que a do nosso próprio corpo humano.”
(FORRESTER, 1997)

A teoria econômica clássica, sistematizada em termos científicos, deve sua fundação a Adam Smith (1723-1790) e à sua publicação de 1776, *A Riqueza das Nações*. Marco Antonio Vasconcellos e Manuel Garcia, ao abordarem esse assunto no livro *Fundamentos da Economia* (2000), salientam:

Em sua visão harmônica do mundo real, Smith acreditava que se se deixasse atuar a livre concorrência, uma ‘mão invisível’ levaria a sociedade à perfeição. Adam Smith colocou que todos os agentes, em sua busca de lucrar o máximo, acabam promovendo o bem-estar de toda a comunidade. É como se uma mão invisível orientasse todas as decisões da economia, sem necessidade da atuação do Estado. A defesa do mercado como regulador das decisões econômicas de uma nação traria muitos benefícios para a coletividade, independente da ação do Estado. É o princípio do *liberalismo*. (VASCONCELOS; GARCIA, 2000, p. 16).

A ideia da *mão invisível* enquanto categoria metodológica, definível e passível de ser significada e formalizada é explorada por Eleutério Prado. O autor postula que este é “um conceito absolutamente necessário para uma boa compreensão dos processos econômicos reais [...] de auto-organização orientados no tempo e que têm um caráter evolucionário.” (PRADO,

2006, p. 48).¹² Prado explica que Smith atribuía à esfera econômica uma ordem natural, e não moral, calcando-a no terreno dos interesses privados, da busca individual pelo lucro, do indivíduo “ganancioso e possessivo.” (PRADO, 2006, p. 49).

A respeito disso, também se manifesta Jessé Souza, em *A Radiografia do Golpe* (2016), afirmando que “uma das características mais marcantes do capitalismo moderno é a construção da ideia de uma esfera econômica como algo ‘amoral’ ou, pelo menos, como uma esfera social supostamente livre do peso de ter de se justificar moralmente” (SOUZA, 2016, p. 21). Ele prossegue:

Na economia, as pessoas podem falar sem constrangimentos sobre seus interesses pessoais e egoísticos. [...] Essa posição especial mostra que o mundo moderno ou o capitalismo – como quer que se queira denominá-lo – passa a possuir uma elite que comanda todas as outras elites e, desse modo, comanda também o imaginário social tido por todos como legítimo. (SOUZA, 2016, p. 22).

Esperamos ter percorrido brevemente até aqui algumas considerações sobre as origens do Liberalismo, este que constituiu a primeira das teorias econômicas clássicas, segundo a qual o chamado mercado, porque detentor de uma “mão invisível”, teria a capacidade de se autorregular, dispensando a figura do Estado na condução da economia; esta seria orquestrada naturalmente, ou seja, o mercado disporia de recursos e estratégias intrínsecas capazes de, por si só, gerirem o sistema econômico.

O Neoliberalismo, assim cunhado no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, compartilha dos mesmos princípios. Em artigo publicado na seção intermediária intitulada *O golpe ponto a ponto* do livro *Por que gritamos golpe?* (2016), Leda Maria Paulani - corrobora a visão de Chaui segundo a qual existe uma vertente neoliberal ora em curso no Brasil - e explica que, até meados da década de 1990, essa agenda teve dificuldades para ser implementada no país, principalmente em função da necessidade de se resolver os problemas inflacionário e do endividamento externo. Já nos países desenvolvidos, a autora aponta que “depois de algumas décadas de elevadas taxas de crescimento e forte presença estatal na economia, o aumento descontrolado da riqueza financeira começou a cobrar a conta, exigindo que fosse devolvido ao mercado o lugar de proeminência que o Estado havia lhe roubado.” (PAULANI, 2016, p. 69).

No contexto brasileiro, a economista demonstra que o Neoliberalismo ganhou força durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990) e estabeleceu-se mais maciçamente no de Fernando Henrique Cardoso (1995 e 1999), já que ele transformou a agenda neoliberal em

¹² Disponível em: < <http://bit.ly/2vS0H7f>>. Acesso em 4 set. 2017.

programa de governo, ao adotar uma política monetária rígida, com juros reais elevados, além de um agressivo programa de privatizações aliado à abertura financeira e a liberalização do comércio.

De acordo com Paulani, tais medidas visavam beneficiar o capital financeiro, o que poderia ser comprovado pela isenção tributária de ganhos financeiros concedida a não residentes, pelas alterações legais realizadas em benefício dos credores do Estado, pelo corte de gastos públicos e pela abertura do mercado previdenciário ao capital privado. Donde arriscamos concluir que, se a mão que rege a economia é do mercado, o braço que a comanda é neoliberal. A autora explica como se sucedeu esse processo:

[...] Para superar os entraves ao crescimento, os países ainda não desenvolvidos deveriam desregulamentar de modo geral a economia, promover a abertura financeira, promover a abertura comercial e a atração dos investimentos estrangeiros diretos, liberalizar o câmbio e, finalmente, reduzir o tamanho do Estado, o que significava comprimir os gastos públicos, manter rígida disciplina fiscal e privatizar todas as empresas estatais, mesmo aquelas situadas em setores estratégicos. (PAULANI, 2016, p. 70).

Paulani assevera que a cartilha neoliberal foi seguida também pelos governos petistas (2003-2016), inclusive com o agravamento de algumas medidas, como a elevação ainda maior da taxa de juros e um enorme arrocho monetário. O diferencial, segundo Paulani, foi a combinação (contraditória) perpetrada por Lula e Dilma, de uma agenda neoliberal com políticas sociais de alto impacto, que contribuíram para “a constituição de um tecido social menos desigual” (PAULANI, 2016, p. 72). De acordo com a economista, o paradoxo estaria em uma agenda que prega a desregulamentação conjugada ao aumento da importância do Estado na aplicação de políticas que alteraram a distribuição de renda e ampliaram o acesso a direitos sociais.

Segundo Paulani, esse conflito foi sustentado enquanto se garantiu o crescimento econômico. Entretanto, em 2008, a crise financeira internacional e uma errônea política de aposta no investimento privado aliada a um ajuste fiscal realizado por Dilma tornaram a acomodação daquele paradoxo impossível. Sobre isso, a autora explica:

O agravamento do cenário econômico levou à conturbação do cenário político e à difusão do terrorismo econômico, fazendo que o país, depois das manifestações de maio e junho de 2013, se encaminhasse praticamente dividido às eleições presidenciais de 2014. Os dois modelos estavam aí em disputa: de um lado, a tentativa de, mesmo em meio à crise, dar continuidade ao modelo conciliatório [...] e, de outro, a busca por resgatar *in totum* a agenda neoliberal e romper com esse modelo. (PAULANI, 2016, p. 73).

Ambas as posições descritas anteriormente – aquela que procura conciliar o capitalismo neoliberal com certa intervenção estatal e a outra que rechaça por completo tal interferência, encontram eco nos conceitos de ortodoxia e heterodoxia econômica. A primeira serve-se de uma das mais tradicionais correntes econômicas, aquela que, alinhada ao Neoliberalismo, defende o livre mercado e nenhuma intervenção do Estado na economia, orientada por uma lógica formal e matemática. Nessa perspectiva, há uma concepção, mais tradicional, de que a economia tende ao equilíbrio, pois é movimentada por atores sociais cujas decisões são levadas a cabo com base em uma racionalidade uniforme; o mercado seria eficiente porque é autossuficiente; em outras palavras, o mercado é capaz de gerir a si próprio com eficácia.

Em oposição à corrente ortodoxa, está a linha heterodoxa, defendida por aqueles que admitem certa ingerência estatal na economia, vista para além da mera “racionalidade do mercado”. Marcos de Aguiar Villas-Bôas, em artigo publicado em dezembro de 2016 em seu blogue junto ao site da revista *Carta Capital*, afirmou, sobre as decisões econômicas: “o aumento de complexidade das relações e o aumento da percepção humana sobre elas levaram os economistas a notarem que, em verdade, os indivíduos usam não somente razão dedutiva e indutiva, mas também espiral (complexa) e até mesmo a intuição.”¹³

Assim, teríamos a linha ortodoxa - ligada à visão mais tradicional de que os “agentes” econômicos se orientam de forma conservadora e racional - e a linha heterodoxa, relacionada a uma concepção mais progressista sobre a economia, flexível em seus métodos e pressupondo que os “agentes” econômicos se orientam de maneira mais complexa, até mesmo intuitivamente.

No capítulo que apresenta a análise dos dados, veremos como o tema da ortodoxia versus a heterodoxia econômica se fez refletir, por exemplo, na troca de ministros na pasta da Fazenda, promovida por Dilma Rousseff em dezembro de 2016. A presidenta retirou do cargo Joaquim Levy, filiado à corrente econômica ortodoxa, e nomeou em seu lugar, Nelson Barbosa, tido como heterodoxo. Veremos como essa decisão afetou o mercado, tornado humano e convertido em um ator social, ele “reage” mal à indicação de Barbosa como ministro, devendo inclusive regurgitá-lo, como lemos em um trecho da coluna de opinião assinada por Igor Gielow e publicada na Folha de S. Paulo, em 19 de dezembro de 2015: “Tudo somado, o que restará a

¹³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/mitos-do-debate-entre-ortodoxos-e-heterodoxos>>. Acesso em 5 set. 2017.

Dilma se sobreviver ao *impeachment*? Assentar sua igreja sobre a rocha porosa de Renan enquanto o mercado regurgita Barbosa?”.¹⁴

Talvez possamos inferir que a ortodoxia econômica, levada a seu paroxismo, ecloda na antropomorfização do mercado, e sua sacralização na figura de uma entidade poderosa capaz de a tudo e a todos gerir - em detrimento do Estado, dessacralizado, cuja ingerência nos rumos econômicos é repelida. Cremos poder estabelecer esta associação no seguinte quadro:

Quadro 1 - Associação entre a sacralização do mercado / economia / esfera do privado em detrimento da dessacralização do Estado / política / esfera do público.

MERCADO / ECONOMIA - esfera do privado	ESTADO / POLÍTICA - esfera do público
sacralizado	dessacralizado
absolutizado	desabsolutizado
antropomorfizado	reificado ¹⁵

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Para Francisco de Oliveira - em capítulo que integra a obra *O esquecimento da política* (2007) organizada por Adauto Novaes - a política foi privatizada em seu caráter republicano, já que estaria sendo “anulada” ao lhe vir recusada uma função democrática de intervenção nos rumos do governo. O mundo estaria absolutamente dominado pelas forças de mercado e por interesses empresariais privados. O autor destaca *a colonização da política pela economia*, como observamos a seguir:

Trata-se, agora, da anulação da política, de sua irrelevância, da colonização da política pela economia. Essa colonização se dá em todos os terrenos [...] a novidade não é a transformação da empresa em ator/sujeito da política: a novidade é a anulação da política, não apenas pela transferência da teoria econômica para a teoria política, mas pela anulação dos sujeitos não-econômicos, ou, melhor dizendo, dos sujeitos não-proprietários que foram centrais na política. [...] um vazio político foi preenchido por organizações que deram um cariz economicista às reivindicações sociais [...] trata-se de uma privatização da política. (OLIVEIRA, 2007, p. 288).

¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/igorgielow/2015/12/1721091-tudo-ou-nada.shtml?cmpid=menupe>>. Acesso em 3 de nov. 2017.

¹⁵ Tomamos aqui o processo de reificação como o contrário de antropomorfização. Enquanto esta atribui ao referente características humanas, aquela o “coisifica”. Segundo o *Dicionário Houaiss* (2012), a reificação é a operação mediante a qual uma abstração se converte em objeto concreto, em coisa; na Filosofia, é o processo que conduz uma realidade social ou subjetiva de natureza dinâmica e criativa a apresentar determinadas características – fixidez, automatismo, passividade – de um objeto inorgânico, perdendo sua autonomia e autoconsciência. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-2/html/index.php#38>>. Acesso em 5 set. 2017.

O autor conjuga à noção de Estado, a ideia de atividade ou intervenção republicana e democrática, esta sim o que definiria a política propriamente dita e que estaria sendo obliterada, “esquecida”, tornada irrelevante em favor das “forças de mercado”. Segundo Oliveira, os estados nacionais teriam perdido a prerrogativa de implementar ações autônomas na área econômica, já que suas finanças estariam subordinadas ao sistema mundial, ou ao que ele chama de “instituições ‘policiais’ da economia mundial” - o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio), o Banco Mundial e o Banco Central norte-americano.

A globalização, ou mundialização, completa o trabalho da colonização da política. Todas as relações internas são, agora, mediadas externamente. Da taxa de juros aos reajustes salariais, todos os conflitos internos requerem árbitros externos, as instituições ‘policiais’ da globalização e as empresas multinacionais em rede. (OLIVEIRA, 2007, p. 294).

É possível que uma das chaves para compreensão do contexto sócio-histórico sobre o qual se desenrolou o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff passe pela interpretação de discussões como esta, em torno da assimilação da política pela economia, tornada suprema, e da entronização do mercado em proveito do Estado. Nesse sentido, cabe lembrar que a justificativa para o afastamento da presidenta, tal qual demonstramos na primeira seção deste capítulo, pertenceu ao campo econômico.

A coleta dos dados e a análise do material nesta dissertação nos mostraram que, de fato, a esfera econômica ocupou um espaço de relevância no construto sócio-histórico que levou ao *impeachment*. Da mesma forma, o mercado, tornado humano pelo discurso, exerceu uma função protagonista naquele cenário. Em outras palavras, aventuramo-nos a pensar que um determinado contexto sócio-histórico - caracterizado pelo Neoliberalismo que subordina a política à economia e que prega uma “rígida disciplina fiscal” (PAULANI, 2016, p. 70) - fez incidir na materialidade linguística o discurso da antropomorfização do mercado.

Dessa forma, justificamos novamente nossa opção pelo *impeachment* como recorte temporal a ser estudado, por acreditar que, apesar de se tratar de um processo político e jurídico, ele se pautou quase que exclusivamente por questões econômicas, em meio à adoção de medidas neoliberais, configurando um cenário de legitimação do mercado antropomorfizado, que “atuava” cada vez mais. Acolhemos a tese de Valim, segundo a qual o *mercado* ocupou o lugar de *um verdadeiro soberano*, “encarnado em uma elite que, apenas em 2015, apropriou-se, através de pagamento de juros e amortizações da dívida pública, de [...] 42% do orçamento

da União” (VALIM, 2017, p. 50). De acordo com o autor, a reconquista da economia pela política é condição imprescindível para que “a racionalidade neoliberal não se esgote na disciplina do mercado, espraçando-se para todos os domínios da vida social [...]” (VALIM, 2017, p. 55).

Esse domínio do polo econômico sobre o político é amplamente problematizado por diferentes teóricos. O geógrafo Milton Santos (2000, p. 54) versa sobre a “entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico)” e resume: “a política agora é feita no mercado” (SANTOS, 2000, p. 67). Segundo ele, viveríamos uma democracia de mercado, uma “matematização da existência, carregando consigo uma crescente sedução pelos números, um uso mágico das estatísticas.” (SANTOS, 2000, p. 53). Santos (2000, p. 60) ainda alerta que

esse sistema de perversidade inclui a morte da Política (com P maiúsculo), [...] Junte-se a isso o processo de conformação da opinião pelas mídias, um dado importante no movimento de alienação trazido com a substituição do debate civilizatório pelo discurso único do mercado.

Thomas Piketty (2014, p. 557), em seu turno, dessacraliza a economia como ciência, colocando-a como “subdisciplina das ciências sociais” e adverte contra a expressão “ciência econômica”, que lhe “parece terrivelmente arrogante e poderia fazer crer que a economia teria atingido uma cientificidade superior, específica, distinta da de outras ciências sociais.” (PIKETTY, 2014, p. 557).

Já Jean-Michel Rey, tal qual Oliveira, também com um artigo no livro *O Esquecimento da política* (2007) - aborda, ainda que sob outro viés, a mesma discussão que estamos empreendendo aqui sobre a subordinação da economia à política, ou, à sacralização daquela em detrimento da dessacralização desta. Ao tratar do “esquecimento” da política, o autor mobiliza o conceito de mito, cuja existência só se viabilizaria pela palavra e pela ocupação e saturação do espaço, como ele explica:

A força dos mitos está no fato de ser uma palavra constituída, instituída, que se tornou comum para os indivíduos; uma palavra cuja característica maior é *fornecer uma existência àquilo que não existe*, que tem, portanto, uma carga imaginária de extrema importância. É como se fosse uma palavra que não pode ser compreendida, incapaz de explicar seu funcionamento e que tem por isso mesmo uma eficácia desconcertante. (REY, 2007, p. 366, grifos nossos).

O autor menciona um artigo de Simone Weil, de 1937, intitulado *Não recomeçemos a guerra de Tróia*, no qual ela afirma:

[...] Nosso universo político é exclusivamente povoado de mitos e monstros; só conhecemos ali entidades e absolutos. [...] Vivemos em meio a realidades cambiantes, mas lutamos, nos sacrificamos e sacrificamos os outros por causa de abstrações cristalizadas, isoladas, que não podem se relacionar entre si ou com as coisas concretas. (WEIL, 1937 apud REY, 2007, p. 367).

Enfim, é inegável que a leitura dos trabalhos mencionados até aqui fez eco à hipótese que defendemos a respeito da antropomorfização do mercado, fenômeno construído discursivamente, que imprime ao mercado a condição de ser humano, elevando-o a uma espécie de entidade suprema indefinível. A nosso ver, esse enquadramento encontra certa equivalência com a “entronização”, mencionada por Santos, o “mito”, apontado por Rey, ou ainda as “entidades e absolutos”, as “abstrações cristalizadas”, citadas por Weil.

Como afirmamos, esses autores nos ofereceram subsídios que corroboraram a ideia de que a antropomorfização ou personificação do mercado emerge em conjunção à ocorrência dos mesmos fenômenos, com sinal invertido, em relação à política, ou ao Estado. Ou seja, a onipotência do mercado se construiria concomitantemente ao enfraquecimento da política. Ele, passando por um processo de sacralização, absolutização, personificação, ou personalização. Ela, ao contrário, atingida por uma dessacralização, “desabsolutização”, ou “despersonalização”. Essa ideia está bem representada na capa da revista Carta Capital de setembro de 2016. Em uma remissão à cena da “Descoberta do Brasil”, a publicação apresenta Michel Temer na figura do “colonizado” – sentado, à espera, ciente de sua inescapável capitulação. No papel oposto, o do “colonizador”, está o mercado, como se vê grafado na bandeira empunhada por figuras humanas as quais não podemos reconhecer ou identificar; seus rostos estão cuidadosamente ocultos. Trata-se da “conquista” da política pelo mercado e a visão de que o Brasil está “à venda”, como estampa a manchete. Vejamos a imagem:

Figura 2 – Capa da revista Carta Capital nº 720 de 22 de setembro de 2016.



Fonte: cartacapital.com.br/revista/920

Não é nosso objetivo apresentar um estudo aprofundado sobre a percepção de que o “apagamento” da política ocorra concomitantemente à “absolutização” do mercado. Mas, não pudemos deixar de abordar esse aspecto, já que esses fenômenos se mostraram um tanto quanto imbricados, constituindo até uma possível chave de interpretação para a antropomorfização do mercado. Por que ele é antropomorfizado? Porque ao torná-lo uma “entidade” absolutizada – e ao mesmo tempo indefinível - cujas ações, atitudes e sentimentos são inquestionáveis, entroniza-se, também, a supremacia da economia sobre a política, ou a colonização desta por aquela – como frisou Oliveira. No limite, talvez se resuma à “privatização da vida – o esquecimento da coisa pública em proveito do privado.” (NOVAES, 2007, p. 15).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“[...] esses discursos são, ao mesmo tempo, o instrumento e o lugar [...] das divisões e das junções que fundam o espaço público.”
(KRIEG-PLANQUE, 2010)

2.1 Notas preambulares

Como antecipamos, esta dissertação está ancorada em alguns conceitos advindos do quadro teórico e metodológico proposto pela autora francesa Alice Krieg-Planque (2010), cuja pesquisa focaliza os “discursos políticos, midiáticos e institucionais contemporâneos [...] analisados articuladamente, com base em uma proposta metodológica que aproxima categorias linguísticas e discursivas dos estudos comunicacionais” (MOTTA; SALGADO, 2011, p. 175). Exporemos mais detidamente, nas seções seguintes, essas noções das quais nos valem; por ora, em nota introdutória, teceremos algumas considerações tanto acerca do campo no qual estamos inseridos, a AD, quanto ao autor Dominique Maingueneau que, mesmo não constituindo o pilar do aporte teórico ao qual recorreremos – teoriza sobre conceitos que nos auxiliaram paralelamente na abordagem do material.

Maingueneau ocupa um lugar basilar no cenário da chamada escola francesa de Análise do Discurso, surgida nas décadas de 1960 e 1970, cujo marco inaugural é frequentemente atribuído ao ano de 1969, quando foram publicados tanto o número 13 da revista *Langages*, que anunciou em sua capa um campo novo, “A Análise do discurso”, quanto os livros *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux e *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault. Em linhas gerais,

pode-se caracterizar a conduta dessa escola como reveladora de uma abordagem analítica do discurso (MAINGUENEAU, 1991, p. 26), que, bastante influenciada pelo modelo psicanalítico, descompôs as totalidades para atingir o sentido. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 202).

A partir do modelo proposto por Freud acerca da *clivagem* a que estamos todos os seres humanos submetidos já que carregamos uma porção *inconsciente*, Lacan forjou uma determinada concepção de sujeito – cara à AD – definindo-o “em função do modo como ele se estrutura a partir da relação que mantém com o inconsciente, com a linguagem, portanto, já que, para Lacan, ‘a linguagem é condição do inconsciente’.” (MUSSALIM; FERNANDA, 2012, p. 119).

Interessou, assim, à AD a compreensão de que a identidade do sujeito está marcada, necessariamente, pelo Outro. Em outras palavras, o princípio lacaniano de que o sujeito só se define na relação com o Outro (inconsciente) estava adequadamente em linha com uma disciplina que atribui ao discurso

questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. [...] Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer, mas como aquele que ocupa um lugar social e partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. (MUSSALIM, 2012, p. 122).

Devemos mencionar que, além da psicanálise lacaniana – e sua concepção de que o inconsciente se organiza como uma linguagem, isto é, por meio de um conjunto de significantes - completam o tripé epistemológico sobre o qual se ergueu a AD, a linguística estruturalista e o materialismo histórico. De acordo com Maingueneau e Charaudeau (2016, p. 202), “tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e o linguístico, evitando, ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discursivo no ideológico.”

Com isso, podemos compreender que uma pesquisa situada nesse terreno conceberá os sentidos “no interior das fronteiras”, como aponta Maingueneau (2015, p.81) e admitirá a tese de que não prescindimos da materialidade linguística, mas partimos dela para articular “espaços disjuntos” (MAINGUENEAU, 2015, p. 30). Segundo o autor, a AD é uma disciplina que se situa no interior dos estudos do discurso e possui, portanto, um sentido mais restritivo, apresentando um ponto de vista específico sobre o discurso. Trata-se de perseguir dispositivos de enunciação, resultantes do verbal e do institucional, que amarram os funcionamentos textuais às situações de comunicação. Sobre isso, Maingueneau esclarece:

o interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis. Aqui, a noção de ‘lugar social’ não deve ser apreendida de maneira imediata: pode se tratar, por exemplo, de um posicionamento em um campo discursivo (um partido político, uma doutrina religiosa ou filosófica...). (MAINGUENEAU, 2015, p. 11).

O autor também chama a atenção para a convergência crescente entre os estudiosos da área em direção à noção de *posicionamento*, em detrimento da noção de *formação discursiva*. A primeira constituiria “uma das categorias de base da análise do discurso, [...] diz respeito à instauração e à conservação de uma *identidade enunciativa*.” (CHARAUDEAU;

MAINGUENEAU, 2016, p. 393). Já a segunda seria “percebida talvez como muito ligada ao domínio sociopolítico.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 39).

Reconhecemos a pertinência e a atualidade de tal problematização, ainda que não a mobilizemos como arcabouço teórico neste trabalho, tendo nos atido, em certos momentos, à noção de posicionamento, como identidade enunciativa, segundo o autor. Reiteramos, no entanto, que uma breve exposição acerca do terreno no qual nos situamos – a AD de base enunciativo-discursiva de tradição francesa - pareceu se impor como um registro introdutório obrigatório, no sentido de orientar a própria apresentação desta pesquisa - para que estivesse condizente com a disciplina a que pertence - bem como informar o leitor acerca das bases às quais nos referenciamos, ou seja, o lugar de onde pretendemos ou imaginamos enunciar.

2.2 A fórmula discursiva: quadro teórico e metodológico segundo Alice Krieg-Planque

Tal qual Maingueneau, Alice Krieg-Planque está filiada à escola francesa de Análise do Discurso. Seu livro *A noção de “fórmula” em análise do discurso* (2010) traz *Quadro teórico e metodológico* como complemento ao título. De fato, a autora desenvolveu todo um arcabouço conceitual que, além de sustentar uma teoria do discurso, opera também como um dispositivo metodológico para a interpretação de *corpora* em AD. De antemão, salientamos então as bases – autora, obra, fundamentos teóricos e metodológicos – sobre as quais erigimos os pilares da fundamentação teórica desta dissertação.

Julgamos oportuno resgatar brevemente os dois trabalhos que antecederam o de 2010, já que estão os três bastante imbricados. Em 2000, a autora defendeu sua tese de doutorado à qual ela mesma se referiu, na Introdução Geral de *A noção de “fórmula” em análise do discurso* (2010), como “uma história de palavras” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 10). Isso porque ela estudou a fórmula “purificação étnica” e sua circulação em vários jornais franceses, no contexto dos conflitos étnicos ocorridos na antiga Iugoslávia, com o objetivo de entender se aquele sintagma “tinha podido funcionar como *interpretante* para alguns dos comentadores das guerras iugoslavas.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 10).

Sua análise cobriu um longo recorte temporal, de 1980 a 1994, e apresentou como resultado a identificação de três fases: em um primeiro período, aparições fracas e pouco frequentes da sequência “purificação étnica”; sua posterior caracterização como protofórmula, em um segundo momento, para finalmente atingir um “engajamento formulaico”, no terceiro e último período.

Da tese derivou o livro “*Purification ethnique*”. *Une formule et son histoire* (2003), publicado três anos depois e centrado em dois pontos: a análise da fórmula “purificação étnica” e os resultados obtidos. Em outras palavras, o livro trazia dois, dos seis capítulos que haviam composto o primeiro trabalho. *A noção de fórmula: circunscrição do objeto e referências teóricas*, primeiro capítulo da tese, fora excluído da segunda publicação que, de acordo com a autora, tornou-se por isso mesmo “legível” e bem acolhida em outras disciplinas, como ciência política, história e sociologia.

Exatamente o capítulo extinto da versão de 2003 se transformou em uma nova publicação sete anos depois, obra que citamos no início deste capítulo e sobre a qual apoiamos nosso referencial teórico. Com aquele livro, a autora almejou “responder a necessidades imediatas de pesquisadores jovens ou mais experientes, e propor a noção de *fórmula* tal como nós a entendemos: como um recurso fecundo para a análise dos discursos políticos, midiáticos e institucionais.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 12).

É aí que estamos inseridos. Mobilizamos o conceito de fórmula como ferramenta (aparato metodológico) e sustentação (aparato teórico) para a análise de certas práticas jornalísticas existentes no Brasil materializadas em enunciados que antropomorfizam o mercado, mais especificamente, os observados na Folha de S. Paulo, durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Retomando nossos objetivos de pesquisa, buscamos compreender como se dá o funcionamento de um fenômeno discursivo (a antropomorfização do mercado), partindo da noção de fórmula, cuja definição Krieg-Planque oferece a seguir:

Em um momento do debate público, uma sequência verbal, formalmente demarcável e relativamente estável do ponto de vista da descrição linguística que se pode fazer dela, põe-se a funcionar nos discursos produzidos no espaço público como uma sequência tão partilhada quanto problemática. Empregada em usos públicos que a investem de questões sociopolíticas por vezes contraditórias, essa sequência conhece, então, um regime discursivo que faz dela uma *fórmula*: um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 14).

Estão descritos, nesse excerto, os instrumentos dos quais deve se munir o analista que tenha como meta apreender ou reconhecer uma fórmula discursiva, dentro do quadro teórico e metodológico ali proposto. Ele precisa buscar, partindo da materialidade linguística, as pistas

que encerrariam as quatro propriedades constitutivas da fórmula: o caráter cristalizado, a dimensão discursiva, o funcionamento como referente social e o aspecto polêmico.

Daí não se pode concluir, no entanto, que se trata apenas de constatar se, em determinado material linguageiro, estão ou não presentes as quatro características levantadas por Krieg-Planque. Não basta reconhecer uma ou outra propriedade da fórmula, como quem cumpre um *checklist*. Como aponta a autora, deve-se, antes, estudar *em que medida* tais propriedades se fazem presentes – já que se apresentarão em magnitudes diferentes; pode haver, por exemplo, forte cristalização e uma polemicidade fraca. Uma investigação que terá em sua lupa uma lente *gradual e fluida*, que revelará como as relações de poder e de opinião se organizam por meio do(s) discurso(s). Uma verificação, como Krieg-Planque ilustra, sempre em *continua*, acerca dos “meandros” que tornam certas sequências de palavras passagens obrigatórias no debate público:

Por *fórmula*, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9.).

Além disso, analisar uma fórmula significa, nos termos da autora, estudar uma espécie de regime de exceção, um “período denso” no qual entrariam uma ou mais palavras da língua com potencial formulaico, detentora(s) portanto das quatro propriedades constitutivas, verificáveis em maior ou menor grau. Analisar tais propriedades nos obriga, como assevera Krieg-Planque, a incorporar algumas premissas. Metodologicamente, é necessário construir um *corpus* volumoso do ponto de vista temporal, “que permita apreender a fórmula em sua historicidade discursiva [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 61). Igualmente, deve-se analisar os dados de maneira não automatizada, “com vistas a delimitar alguns tipos de descristalizações.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 60).

Na esteira da “desautomatização” relativa à análise do *corpus*, vale acionarmos o conceito de interpretante razoável, introduzido por Krieg-Planque. De uma entrevista concedida por ela e publicada no livro *Fórmulas Discursivas* (2011) – que retomaremos a seguir – pode-se depreender que o analista deve se investir desse “papel” e, ao investigar uma fórmula, conduzir uma *interpretação razoável* do enunciado no qual (crê) que ela se materializa. Esclarecendo melhor esse conceito e comentando as decisões que tomara ao constituir o *corpus* de sua tese, a autora explica:

[...] era preciso ser capaz de cortar, diante de cada formulação, e decidir que a fórmula estava ‘ali’ e não ‘lá’ [...] essa decisão era tomada na singularidade dos discursos, no caráter irreprodutível do interdiscurso em que vivo, como sujeito falante e interpretante. Nós não somos naturalmente interpretantes razoáveis, mas podemos fazer esforços para nos tornar razoáveis no momento do trabalho intelectual. O interpretante razoável é aquele que não é nem inteiramente invadido pelo já-dito de toda palavra, aturdido pelo dialogismo no qual cada palavra se produz, sufocado pela memória interdiscursiva de que o mais singelo dos discursos é depositário (esse interpretante veria a fórmula ‘purificação étnica’ ao passar por uma tinturaria: ‘lavagem a seco’, nem inteiramente preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional, que ele reconhece como parâmetros de representação de uma língua ‘correta’ (esse interpretante não veria a fórmula ‘purificação étnica’ senão na conformidade da ocorrência encontrada com uma lista prévia fechada). [...] tentei considerar do melhor modo possível os mecanismos de construção dos sentidos [...] (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 30.).

Como se constatará no próximo capítulo, que traz a construção do objeto de análise, nos valem da noção de *interpretante razoável* como uma espécie de bússola quando da recolha do material. Krieg-Planque observa que é precisamente uma postura não excessivamente formalista que garante ao pesquisador a possibilidade de localizar formulações concorrentes à fórmula, isto é, sequências que funcionam, em contexto, como alternativas – ainda que distintas do ponto de vista morfológico.

Abordaremos essa última questão, sob o prisma teórico, na seção subsequente, na qual também trataremos da noção de *lugar discursivo* – elaborado por Krieg-Planque a partir do conceito de fórmula - e, mais detidamente, das quatro propriedades que caracterizam o regime formulaico, conforme já indicamos anteriormente: a cristalização, a dimensão discursiva, o funcionamento como referente social e a polêmica.

2.2.1 A fórmula discursiva, seu caráter cristalizado e o lugar discursivo

Quando focalizada pela materialidade linguística, uma fórmula pode se concretizar formalmente por meio de diferentes estruturas, desde uma unidade lexical simples, ou seja, com um só morfema lexical como “sustentabilidade”, “globalização”, ou “golpe” até unidades lexicais complexas, com mais de um morfema - uma frase, uma sequência autônoma ou uma unidade léxico-sintática - como “progressão continuada”, “educação a distância” e “sistemas de ensino”.

Esses exemplos oferecem, em certa medida, um panorama dos estudos sobre fórmula conduzidos no Brasil até o momento. Ao citá-los nesta seção, consideramos adequado, então, apresentá-los mais detalhadamente. Nosso grupo de pesquisa Atelier, por exemplo, esteve à

frente de dois trabalhos: *Sistemas de ensino: produção discursiva de sentidos sobre a educação e o trabalho do professor* (2012), de Maria Cecília Souza-e-Silva, orientadora desta dissertação, e *A fórmula discursiva do golpe* (2017), de Fabio Carlos de Mattos da Fonseca e Marcella Machado de Campos.

No caso do primeiro artigo, Souza-e-Silva investiga discursivamente os sentidos produzidos pela expressão “sistemas de ensino” e propõe, como hipótese, seu enquadramento ao regime formulaico, pois se trataria de um sintagma com: (i) um caráter cristalizado, ainda que se registrem algumas variantes como “sistemas apostilados”, “sistema apostilado de ensino”, entre outras; (ii) uma certa inscrição discursiva, constatável no uso particular que se vem fazendo dele, de viés mais mercantilista, identificando-o à comercialização de material didático e assessoria pedagógica e administrativa; (iii) um funcionamento como referente social, já que circula em diferentes setores, constituindo um denominador comum dos discursos; (iv) um aspecto polêmico, evidenciado pelos sentidos opostos atribuídos àquela sequência e vinculados aos dois posicionamentos, favoráveis ou contrários à adoção dos “sistemas de ensino” na educação. Apoiada em Krieg-Planque, Souza-e-Silva destaca também o papel chave desempenhado pelas mídias: o de colocar as fórmulas em circulação, o de difundir-las e publicizá-las. A autora indica, por fim, que uma caracterização mais categórica do sintagma “sistemas de ensino” como fórmula carece de um estudo posterior, que considere os discursos produzidos por diferentes mídias, condição *sine qua non* para uma análise dessa natureza (SOUZA-E-SILVA, 2012, p. 8).

A exemplo de Souza-e-Silva, Fonseca e Campos se lançaram à investigação do sintagma “golpe” à luz do dispositivo teórico e metodológico forjado por Krieg-Planque em torno do conceito de fórmula discursiva. Os pesquisadores empreenderam uma análise contrastiva de excertos de fala publicados na mídia de massa, proferidos tanto pela própria presidenta, quanto por alguns de seus adversários políticos - a fim de revelar o caráter polêmico subjacente ao(s) uso(s) e à circulação do termo (golpe) no espaço público, tendo por contexto o processo de destituição de Dilma Rousseff. Haveria um “trânsito de sentidos para o significante golpe” (FONSECA; CAMPOS, 2017, p. 94), isto é, um embate entre posicionamentos discursivos antagônicos, uma acirrada disputa entre os diversos coenunciadores no intuito de imporem seus próprios sentidos ao vocábulo, sua verdade, acolhendo ou refutando, ao fim, o *impeachment* de Rousseff como um processo legítimo.

Devemos citar, ainda na esteira dos trabalhos acerca de fórmula escritos no Brasil, os estudos sobre as sequências “progressão continuada” - desenvolvida por Rosana de Barros Silva e Teixeira (2014) e orientada por Sírío Possenti - e “educação a distância”, apresentada por

Hélio de Oliveira (2013) sob orientação de Berber Sardinha. Ambos exibiram pontos de aproximação com esta pesquisa: ela, por ter se ancorado metodologicamente na Linguística de *Corpus* (BERBER SARDINHA, 2004), da qual também extraímos alguns conceitos para o recorte de nossos dados, além de ter levantado a discussão acerca do conceito de *lugar discursivo*, como igualmente pretendemos aqui; e, ele, por ter mobilizado a autora Krieg-Planque para sua fundamentação de base, ainda que recorra, secundariamente, a conceitos forjados por Maingueneau, assim como veremos ocorrer neste trabalho.

Silva e Teixeira trata do surgimento e da implementação de uma controversa política educacional – conhecida como “progressão continuada”, em voga no estado de São Paulo, que restringe a possibilidade de reprovação de alunos do Ensino Fundamental unicamente ao final de um ciclo letivo. Dito de outro modo, apenas alunos integrantes do 5º e 9º anos de todas as escolas públicas paulistas podem ser reprovados.

Apoiada em um *corpus* diverso composto por dados provenientes tanto da modalidade oral quanto da escrita, advindos de diferentes gêneros do discurso, a autora buscou “rastrear os diferentes lugares discursivos” (SILVA E TEIXEIRA, 2014, p. 201) relacionados à progressão continuada, regime educacional que polarizou a opinião pública e, ao cabo, se configurou como uma fórmula discursiva, de acordo com Silva e Teixeira.

A partir de critérios como o número de aparições da sequência no chamado *Corpus Brasileiro* e seguindo a Linguística de *Corpus*, ela demonstrou como se impôs um embate em torno da *identidade discursiva* que circunscrevia a chamada *progressão continuada*, caracterizando tal sequência como polêmica. Dois posicionamentos disputavam o significado a ser atribuído àqueles termos, investindo-os, cada qual, de um sentido particular. De um lado, os que consideravam aquela política a causa da deterioração do processo educativo; de outro, os que a acolhiam como solução para as problemáticas da reprovação e evasão escolar.

Além do aspecto polêmico, a pesquisadora constatou nos vocábulos que estudou, a manifestação das três outras propriedades constituintes de uma fórmula discursiva, de acordo com o modelo de Krieg-Planque: o funcionamento como referente social, a cristalização do significante e a dimensão discursiva. Entretanto, para além de uma simples constatação, Silva e Teixeira afirma que

analisar ‘progressão continuada’ a partir de um aporte discursivo permitiu a compreensão do entorno social no qual ela está mergulhada. Não à toa, a autora francesa assevera que a noção de fórmula é ‘um recurso fecundo para análise dos discursos políticos, midiáticos e institucionais’ (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 12), uma vez que o léxico é, em seus empregos políticos

e sociais, portador de valores, de argumentos, de engajamentos. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 30). (SILVA E TEIXEIRA, 2014, p. 217).

Compreendemos, tomando a mesma direção, que a análise por nós empreendida em torno do fenômeno discursivo da antropomorfização do mercado, a partir da noção de fórmula, nos levou a adentrar e adensar a discussão acerca das condições que compuseram o entorno social e histórico descrito no capítulo anterior, ou, o pano de fundo que possibilitou a emergência e a ocorrência daquele fenômeno.

Igualmente, para além da possível averiguação de que as sequências que estudamos possam ganhar a etiquetagem de regime formulaico, nossa pesquisa nos conduziu à apreensão de um *fenômeno discursivo*, cujo *funcionamento* pode ser explicado com base no quadro teórico e metodológico desenvolvido por Krieg-Planque (2010). Em outras palavras, mobilizamos o conceito de fórmula, não para atestar a existência de uma em nossos dados, mas para nos munir de um aporte que auxiliasse na apreensão de um fenômeno discursivo, no caso desta pesquisa, que nos auxiliasse a descrever a antropomorfização do mercado. Afinal, a pergunta que nos guiou foi: *Como se constrói, discursivamente, o fenômeno da antropomorfização do mercado?* – e não a busca pelo enquadramento de determinada sequência lexical ao estatuto formulaico.

Hélio de Oliveira, como já afirmamos, foi outro pesquisador que trabalhou o conceito de fórmula discursiva. Sua análise focalizou o sintagma nominal “educação a distância”, bem como as variantes “educação a distância” e “ensino a distância”, mostrando como certos enunciadores se negavam a utilizá-lo, em favor dos termos alternativos “educação online” e “educação interativa”, deflagrando uma tentativa de afastamento dos preconceitos e críticas que envolviam, no passado, as práticas da educação a distância.

Assim como Silva e Teixeira, Oliveira construiu um *corpus* com textos provenientes de diferentes gêneros, no caso dele, produzidos entre 2001 e 2011, analisando desde artigos da área de Educação, até documentos oficiais do Ministério da Educação, passando pelas mídias impressa, online e televisiva. Lançando mão de programas eletrônicos que funcionam como buscadores digitais, o pesquisador observou uma elevação do número de ocorrências da sequência “educação a distância” a partir de 2001, em favor do termo “teleeducação”, permitindo-lhe aventar a hipótese de que este fora uma protofórmula daquela.

Buscando evidenciar, antes, a dimensão discursiva dos sintagmas estudados como participantes de complexas relações de poder e de opinião, Oliveira, tal qual Silva e Teixeira, não se viu instado a comprovar a existência de uma fórmula em seu objeto de análise. Ademais, o pesquisador mobilizou os conceitos de interdiscurso e interincompreensão regrada,

postulados por Maingueneau, com o intuito de oferecer sustentação teórica para o aspecto polêmico relacionado ao tema estudado: o embate entre o discurso a favor da educação a distância e o contrário a essa modalidade de ensino.

Como se observa, pesquisadores dessa área, ao lidarem com a noção de fórmula, mais do que atestarem-na em seus *corpora*, entrarão em contato com “realidades lexicais, morfossintáticas, sintáticas e/ou léxico-sintáticas [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 30). Nosso trabalho, ainda que alinhado aos descritos anteriormente, percorreu em certos aspectos um caminho próprio, já que mobilizou o conceito de fórmula para apreender o funcionamento de um fenômeno discursivo que, mesmo apresentando uma estabilidade na re(o)corrência do termo *mercado*, só se corporifica de fato por meio dos diferentes itens lexicais que o acompanham (e o antropomorfizam), revelando uma flutuação de humores, sentimentos, perspectivas e crenças advindos de um verdadeiro agente, um ator social fundamental que enuncia a partir de um determinado *lugar discursivo*, no contexto sócio-histórico que estudamos.

Concebemos, enfim, a antropomorfização do mercado como um fenômeno discursivo emblemático, porque muito característico e imbricado a um determinado contexto sócio-histórico: do ponto de vista micro, o *impeachment* de Dilma Rousseff, processo amplamente impactado pelo chamado mercado; e, do ponto de vista macro, a implementação do ideário neoliberal, no qual o mercado desempenha o papel de uma entidade soberana.

A questão da estabilidade do significante relacionada às fórmulas é exaustivamente discutida por Krieg-Planque. Se, por um lado, a autora aponta para a cristalização como condição indispensável à existência de uma fórmula: “a fórmula tem um caráter cristalizado pelo qual ela se identifica com uma materialidade linguística particular” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 67), por outro, ela matiza essa “inevitabilidade”, reiterando, ao longo de sua obra *A noção de “fórmula” em análise do discurso* (2010), que o pesquisador jamais poderá assumir uma postura meramente formalista diante de seus dados: “[...] a atitude que preside à análise de uma fórmula não deve ser de formalismo absoluto.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 67).

A autora subdivide, por exemplo, a natureza desse processo em dois tipos: a cristalização estrutural (ou formal) que, como se supõe, depende de uma descrição analítica dos termos cristalizados, com base nas categorias formais da língua; e a cristalização memorial que “remete ao conjunto de enunciados ou fragmentos de enunciados que circulam ‘em bloco’ num dado momento e que são percebidos como formando um todo cuja origem é, ou não é, recuperável [...]” (HABERT E FIALA, 1989, p. 88 apud KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 64). Com efeito, sequências que se enquadram no primeiro tipo se submetem, de modo mais

imediatamente, à cristalização. Já aquelas que pertencem à ordem memorial não se deixam apreender tão prontamente pelo caráter cristalizado.

Para elucidar, Krieg-Planque classifica a expressão “purificado de judeu”¹⁶ (“*pur de juif*”) como *avatar* do sintagma “purificação étnica”, não por semelhança formal, “mas pelo parentesco nocional e referencial que essas duas sequências têm aos olhos de certos locutores. Trata-se de uma memória discursiva, mais ou menos partilhada, que opera nas formas do léxico, mas também à revelia delas, e se põe a trabalhar.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 80).

De uma forma ou de outra, a cristalização - estrutural ou memorial - é uma propriedade gradual, como alerta a autora: “[...] uma sequência cristalizada é, de fato, menos ou mais cristalizada” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 65). A fim de apresentar uma “tradução” ou releitura das ideias expostas até aqui, recorremos a Salgado (2011, p. 155):

Em linhas gerais, quanto ao caráter cristalizado, podemos dizer que se trata de uma certa estabilidade de um significante (palavras, frases etc.), cujos rastros se podem seguir. Ainda que haja variações, é como se as variantes compusessem um ‘campo magnético’, um lineamento que tende a convergir para um ‘núcleo’ – possivelmente, a versão mais recorrente da fórmula ou, digamos, a mais cristalizada.

Como se demonstrará adiante, essa questão das variantes é muito importante na compreensão do conceito de fórmula discursiva. Até este momento, explicitamos, dentro do quadro teórico e metodológico proposto por Krieg-Planque, aquilo que se entende por cristalização: a possibilidade de descrever e, de certa forma, circunscrever uma fórmula mais ou menos em torno da(s) mesma(s) estrutura(s) formal(is), operação da qual esse conceito depende, mas não está a ela restrito. Isso equivale a dizer que uma fórmula se materializa em formas significantes *relativamente* estáveis, ou que “uma materialidade linguística *relativamente* estável, localizável na cadeia do enunciado e linguisticamente descritível, dá suporte à fórmula.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81).

A modalização exibida duas vezes pelo emprego do advérbio italicizado acima é essencial para abrangermos a noção. Sob qualquer ângulo que se assuma, a teoria de Krieg-Planque não se deixa alcançar por um enquadramento maniqueísta ou direto. Em relação ao caráter cristalizado, não se trata simplesmente de perceber uma forma constante e imutável com potencial formulaico. Se é necessário que a cristalização exista para que a fórmula seja reconhecida por uma comunidade, funcione como um significante partilhado, um lugar-comum

¹⁶ Mantivemos aqui o termo adotado pelos tradutores da obra de Krieg-Planque no Brasil, Sírío Possenti e Luciana Salgado.

do debate (exatamente porque é coconstruída em um material linguageiro relativamente estável) – como esclarece a autora – também é verdade que existe espaço para uma certa flexibilização, especialmente porque uma fórmula pode apresentar variantes e paráfrases.

A título de ilustração, lembremos das formulações com as quais a própria Krieg-Planque trabalhou em sua tese de doutorado e sobre as quais ela comentou no livro publicado em 2010. A partir de 136 variantes que compunham o *corpus*, a autora destacou – com base na frequência em que ocorriam – três: “purificação étnica”, “limpeza étnica” e “depuração étnica”. Krieg-Planque constatou que todas constituem paráfrases da mesma fórmula, sendo que a primeira é a mais prototípica das três. Há, portanto, uma espécie de hierarquia entre as variantes de uma fórmula, sendo possível identificar a mais “representativa” delas.

Essa questão parece ser um ponto a ser explorado, um possível desdobramento ou avanço na teoria desenvolvida por Krieg-Planque. Foi esse o direcionamento que a autora indicou no livro *Fórmulas Discursivas*: “Não tive ocasião de partilhar toda a reflexão suscitada pelo próprio fato de haver muitas variantes e ser possível estabelecer uma hierarquia entre elas.” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 36).

Igualmente, naquela obra, encontramos além da entrevista concedida por Krieg-Planque a Philippe Schepens, uma série de artigos com análises apoiadas nas noções de destacabilidade, aforização e particitação, forjadas por Dominique Maingueneau, bem como na noção de fórmula, proposta por Krieg-Planque. Seleccionamos para menção o trabalho de Fabiana Miqueletti, de quem emprestamos – como já afirmamos – o conceito de *temática* para recorte e análise do corpus. Além disso, Miqueletti dialoga com a autora francesa e teoriza, em linhas gerais, sobre o *léxico caracterizador de um lugar discursivo* – discussão similar em muitos pontos à que realizamos aqui.

Desse modo, interessamo-nos pelo artigo *Breves notas sobre fórmulas e citação* (2011), que retoma partes da tese *Discursividades contemporâneas sobre política: o discurso sobre a mutação da política* (2009), uma pesquisa sobre a possibilidade de enquadrar, no regime formulaico, diferentes sintagmas nominais e frases sentenciosas que aludem à tese filosófica do declínio ou do fim da política, com base em um *corpus* composto por material diversificado do ponto de vista de sua forma. Dito de outro modo, Miqueletti – a exemplo de Silva e Teixeira e Oliveira – analisou com ancoragem na noção de fórmula discursiva, um conjunto de enunciados heterogêneos do ponto de vista da materialidade linguística. O agrupamento e os recortes se deram com base no léxico caracterizador de um *lugar discursivo*, como explica a autora:

É possível dizer, simplificando um pouco as coisas, que o *corpus* se constituiu a partir do léxico ou de temas identificados, no domínio teórico, a lugares discursivos determinados. [...] Cristalizou-se no ambiente acadêmico a opinião (ou a leitura) de que determinados postulados típicos do discurso do *reco* do político, em suas diferentes gradações (quando enunciados à esquerda ou à direita), constituem *espécies de fórmulas ou lugares-comuns*. [...] enunciados que, em função de certas *marcas*, aludissem a este diagnóstico de mutação ou metamorfose da política” [...] formas linguísticas que *cristalizariam* ou *corporificariam* esta *opinião*, [...] Assim nossa ‘metodologia’ para constituir um *corpus* e, posteriormente, delimitá-lo, estudá-lo, resumiu-se a ‘acompanhar’, nos meios de comunicação, preferencialmente, textos que tratassem desta temática ampla, que é a da mutação da política, então identificada por nós a um vocabulário prototípico. (MIQUELETTI, 2009, p. 20).

Tal qual já afirmamos, o trabalho dessa autora serviu como um contraponto, uma espécie de “outro lado da moeda” de nossa pesquisa já que ela também aplicou as noções de fórmula e lugar discursivo a um *corpus* diverso do ponto de vista de sua cristalização. Além disso, há uma correlação entre o desenvolvimento de nossos objetos de estudo. Em ambos os casos, nos fiamos com maior rigor a uma “temática”; lá, a mutação da política e, aqui, o mercado antropomorfizado: a cristalização ou “corporificação” de um fenômeno discursivo que alça o mercado à condição de ser humano – ao fim e ao cabo, aquilo que verdadeiramente intitula nossa dissertação: *A antropomorfização do mercado: análise de um fenômeno discursivo*.

Enquanto Miqueletti focalizou enunciados, diversos no plano formal, que abordassem a temática do fim da política (o que se daria concomitantemente a uma espécie de ditadura do economicismo, como defendemos na seção 1.3), aqui focalizamos enunciados, também diferentes em sua materialidade, mas sobre a temática do mercado tomado como um ser humano (o que se daria concomitantemente ao declínio da política).

Ademais, em ambos os casos, foi mobilizado o conceito de fórmula enquanto dispositivo teórico e metodológico, que desembocou na identificação de um certo *lugar discursivo*. Ao incorporar um conceito ao outro, isto é, o de lugar discursivo ao de fórmula, pavimentou-se o caminho para “qualquer pesquisador que aspira compreender os discursos por meio das diferentes formas de cristalização que esses mesmos discursos modelam e fazem circular.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 14).

Quando indagada se passara a desenvolver um “trabalho de coloração” das zonas de cristalização discursiva, Krieg-Planque (2011, p. 22) explicou que os lugares discursivos apresentam uma variedade tanto de formas, quanto de funções. Sob o ponto de vista de sua materialidade, poderiam ser textos, unidades lexicais simples ou complexas, associações léxico-sintáticas, números ou datas. Já em relação a suas funções, exerceriam “o papel de textos-chave,

de provas autenticadoras, de índices de historicidade, de *slogans*, de palavras de ordem, de designantes ou, ainda, de fórmulas” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 22). Daí que estas sejam uma *categoria particular de lugar discursivo*, como ela define.

É, enfim, para essa perspectiva que nos vimos direcionados, aquela que mobiliza o conceito de fórmula como uma categoria particular de lugar discursivo, definido como “a trama léxico-discursiva da fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 23), entendendo que a cristalização fraca de uma sequência não impede seu acesso ao estatuto formulaico. Como indicou Krieg-Planque, é porque podemos ir além de um pertencimento morfossintático e lexical que os sentidos se constroem: “os critérios estritamente formais podem não ser suficientes, pois uma dada forma, num dado emprego, remete à fórmula [...], em outro, não [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 28). A palavra “emprego” aqui não é fortuita. Como veremos a seguir, ela dá conta dos *usos* que se faz de uma fórmula, pois são eles que desencadeiam o destino formulaico de uma sequência.

2.2.2 A fórmula e sua dimensão discursiva

Em qualquer trabalho que se fundamente em fórmula discursiva de acordo com o quadro teórico e metodológico elaborado por Krieg-Planque, é praticamente impossível não encontrar a menção de que, para além do linguístico, está-se lidando antes com uma noção discursiva - o que explica o título desta seção. É esse um dos debates que a autora trava no capítulo quarto de sua obra *A noção de “fórmula” em análise do discurso* (2010), ao abordar as quatro propriedades constitutivas da fórmula.

No que tange à sua inscrição discursiva, a “vida” de uma fórmula só estaria assegurada a partir de seus usos. Como explica a autora, a fórmula se efetiva no discurso; é, em outras palavras, o resultado de uma certa utilização. Não, a bem da verdade, de “qualquer” uso, mas daqueles que alçam um significante a um patamar especial ou “particular”, descartando qualquer interpretação ordinária e conferindo um “movimento”, “um jogo de posições”, donde concluímos que analisar uma fórmula implica ultrapassar o rigor da materialidade linguística e tocar a fluidez dos significados, seus diferentes usos e as produções de sentido daí advindas.

Em nosso caso, o significante “mercado”, do ponto de vista formal, está parcialmente estabilizado no interior de algumas estruturas predominantes: (i) um sintagma nominal (SN) que se desdobra em um núcleo (N) e um sintagma preposicionado (SP), como em “desconfianças do mercado”, “apoio do mercado”, “expectativas do mercado” e “orgasmo do mercado” (do tipo SN = N + SP); (ii) o item lexical mercado na posição de um SP ou um SN,

como desdobramento de um sintagma verbal (SV), tal qual em “desagrada ao mercado” (do tipo $SV = V + SP$), “trouxe mau humor ao mercado” (do tipo $SV = V + SN + SP$) e “satisfazer o mercado” (do tipo $SV = V + SN$). Essas descrições serão evidentemente exploradas no capítulo 4, quando nos determos sobre a análise dos dados. Como já apontamos, no entanto, é possível reconhecer alguma estabilidade formal do significante mercado, mas são as diferentes estruturas no interior das quais ele se materializa como ser humano que, de fato, remetem a diversos significados: o mercado assume várias atitudes – “apreensíveis” pela maneira como a antropomorfização de manifesta; algumas vezes ele é imbuído de sentimentos como contrariedade, medo e mau humor; em outras vezes assume um lado racional, feito sujeito e alvo de ações como projetar, reavaliar e atribuir.

Krieg-Planque admite que em grande parte dos casos uma sequência existe formalmente para então se ver alçada à qualidade de fórmula. Todavia, isso não nos autoriza a concluir que certas formas – sejam elas unidades lexicais simples ou complexas - possuam uma espécie de aptidão para o estatuto formulaico. Ou seja, não há na língua sequências que nasçam predestinadas à condição de fórmula, e do mesmo modo não há aquelas que sejam impedidas de aceder ao regime formulaico. A “bússola” do analista não deve apontar para uma forma nova, mas antes para

um uso particular, ou uma série de usos particulares, por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar de modo ‘normal’ das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem nem mesmo nos dar conta delas. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 82).

Nesta dissertação, determinadas sequências, ainda que concretizadas em formas variadas, estariam vinculadas a um uso muito particular e específico, qual seja, o que torna o mercado sujeito de ações e sentimentos humanos. Ao refletir sobre esse fenômeno, encontramos repercussão na definição de formação discursiva conforme conceitua Dominique Maingueneau (2015, p. 83): “um sistema de restrições oculto, transversal às unidades tópicas, que são os gêneros”. Percebemos ali uma correlação ao que estávamos estudando, pois Maingueneau, ao elencar as categorias mais mobilizadas em AD para a apreensão de certas formações discursivas, cita o que denomina como *entidades* humanas “ou seres dotados de propriedades antropomórficas” - que regeriam a construção de uma formação discursiva. Segundo o autor, “trata-se, para a análise do discurso, de *apreender as entidades por meio dos funcionamentos discursivos*, e não como a expressão de realidades que estariam acima, fora da linguagem.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 87, grifos nossos).

Sobre tal enunciado, vale mencionar que Sírío Possenti, responsável pela tradução do livro de Maingueneau no Brasil, atesta que o sentido de “acima da linguagem” se relaciona ao fato de estar “livre de condicionamentos”. Isso significa que as entidades não escapariam às coerções da língua, mas seriam regidas (mais) por um funcionamento discursivo. Essa passagem nos ofereceu subsídio para reforçar nossa compreensão acerca do que estamos chamando de antropomorfização do mercado, visto como um fenômeno discursivo, isto é, operado *na e pela* linguagem.¹⁷

Reiteradas vezes, Krieg-Planque aponta para a importância de se buscar o uso “particular” de uma palavra, que a “descole” de seu significado comum ou “pacífico” e a lance no centro do debate público. Ainda que possamos descrevê-la nas categorias da língua, devemos fazê-lo fundamentalmente com base em seus usos. Por isso, pode-se afirmar que a história dos usos de um sintagma viabiliza seu acesso ao estatuto formulaico. A seguir, trataremos da “notoriedade” da fórmula, aquela que explica seu funcionamento como referente social.

2.2.3 A fórmula como referente social e o *processo de aceitabilidade*

Para explorarmos essa propriedade, recuemos brevemente ao autor que introduziu a noção de fórmula discursiva em AD, o filósofo Jean-Pierre Faye, cuja obra *Langages totalitaires* (1972) tratou do aparecimento e da circulação das expressões “Estado total” e “Estado totalitário” nos anos 1920 e 1930, nos discursos fascistas e nazistas da época. Krieg-Planque destina a ele e àquela obra um capítulo inteiro no livro *A noção de “fórmula” em análise do discurso* (2010), do qual retiraremos para discussão o chamado *processo de aceitabilidade* gerado pelas fórmulas.

Segundo Faye, tal processo é operado pelas próprias palavras que, ao circularem sob o regime formulaico, *agiriam* no sentido de promover a aceitação de algo. Nesse sentido, como aponta Krieg-Planque, a fórmula “Estado total” estudada por ele teria como decorrência tornar aceitável o aniquilamento dos judeus da Europa. A autora acolhe a ideia fayana de que a fórmula é *atuante*, cujo efeito é tornar algo “admissível”: “é o processo de aceitabilidade efetuado pela fórmula que anuncia a consagração da palavra como questão política: é ele que dá às palavras um de seus poderes mais espantosos – agir.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 46).

¹⁷ Inevitável que essa formulação, a partir de tais preposições (italicizadas), não nos remetam a Émile Benveniste (2005, p. 286) que postulou ser “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito.”

A operacionalização do *processo de aceitabilidade* no discurso - isto é, as diferentes maneiras pelas quais esse processo pode ser rastreado a partir de pistas linguísticas e discursivas - se daria com base, segundo Krieg-Planque - em três tipos de procedimentos. Um é o jogo com a polissemia dos termos nos quais uma fórmula pode se concretizar. Outro é o aspecto ambíguo de certas categorias. E, por fim, teríamos a questão da circulação. Assim que, polissemia, ambiguidade e circulação de certas fórmulas discursivas seriam os modos pelos quais o *processo de aceitabilidade* se poria a funcionar.

Entendemos que essa discussão encaminhada por Faye e retomada por Krieg-Planque faz eco à propriedade da fórmula ora em questão: o de se constituir como um referente social. Isso porque nos parece razoável inferir que um *processo de aceitabilidade* supõe algo de partilhado. Em outras palavras, só é aceitável aquilo que de alguma forma parece comum a todos. Daí a conexão que estamos estabelecendo entre tornar algo aceitável e evocar uma referência para todos – o que define o funcionamento da fórmula como referente social, de acordo com Krieg-Planque. Enfim, a nosso ver, é porque a fórmula funciona como um referente social que o *processo de aceitabilidade* é engendrado.

Ao esmiuçar um pouco o conceito e afirmar, como teoriza Krieg-Planque, que a fórmula se constitui como referente social, passamos a compreender que o regime formulaico se concretiza em um material linguageiro “notável”, “notório”, “conhecido” – termos empregados pela autora para dar conta do que ela denomina como “notoriedade” do signo, esta que é outra das condições - ao lado da cristalização e da inscrição discursiva - que atestam a existência de uma fórmula.

Ao tratar do funcionamento como um referente social, a autora aponta que existe aí uma remissão ao mundo, um ato de referir, de designar alguma coisa para todos num dado momento. Trata-se do chamado valor *de re*, aquilo a que a fórmula refere. Nesse âmbito, têm fundamental importância as diversas formas de pressupostos, entre as quais Krieg-Planque destaca o uso do artigo definido – como *a* globalização, *a* exclusão etc. – pois inscreve “o sintagma no já sabido e já conhecido [...] um enunciado referencial: [...] pressuposto” que “remete a um mundo supostamente conhecido pelo leitor.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 98).

Sobre esse mesmo ponto, discorre Dominique Maingueneau em seu livro *Discurso e análise do Discurso* (2015), ao advertir que um analista não estuda o significado de fórmulas como “diversidade” ou “austeridade”, “mas elementos pré-construídos no interdiscurso, associados ao artigo definido: as fórmulas ‘a austeridade’ ou ‘a diversidade’.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 97).

O autor comenta sobre o processo neológico pelo qual teria passado o termo “diversidade”, tendo seu uso deslocado de um viés relativo (“a diversidade de X”) para um viés absoluto (“é preciso promover a diversidade”), cujo referente é vago; e prossegue: “[...] esse processo é ininteligível se não estiver relacionado ao jogo de forças, aos interesses, às estratégias que, num certo momento, tornaram ao mesmo tempo necessário e problemático o uso de tal fórmula.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 97).

Para constatar a notoriedade de um signo, Krieg-Planque sugere lançar mão de três critérios. Um é a recorrência da(s) palavra(s) no universo discursivo. Uma observação diacrônica que averigue o aumento da ocorrência de um signo, ao longo de um período, em um *corpus* estável pode indicar a existência de um termo notório ou conhecido. Há, entretanto, que se combinar o índice de frequência, ainda que alto ou com tendência a aumentar, com as outras propriedades da fórmula - seu uso particular, a polêmica que instaura no debate público etc.

Algumas palavras podem ocorrer com grande frequência em determinado momento, mas não necessariamente apontar para um signo que goza dessa notoriedade de que estamos tratando e que remete à fórmula como referente social. Além da repetição do termo, como “sintoma de um acontecimento discursivo e nocional”, Krieg-Planque (2010, p. 93) esclarece que podem também servir como critérios para a notoriedade de um signo, o consenso que se forma em torno dele, bem como suas reformulações.

Na mesma linha, auxilia na compreensão dessa propriedade a ideia de que a fórmula, enquanto referente social, pode se conectar a diferentes posicionamentos discursivos e emergir de diferentes lugares. A autora explica que as fórmulas invadem o corpo social, perpassam tipos variados de discurso, tanto orais quanto escritos, e não se reduzem a uma única comunidade discursiva. São signos que evocam alguma coisa para todos num dado momento; são, também e por isso, *denominadores comuns*, *passagens obrigatórias dos discursos*.

O conceito de referente social foi tomado de empréstimo por Krieg-Planque a partir dos trabalhos de Pierre Fiala e Marianne Ebel (1983), aos quais ela destina o terceiro capítulo de seu livro. Esses autores

sustentam uma concepção contextual do sentido, e insistem: se há um significante comum em circulação (lado coroa da ‘moeda’, para retomar a metáfora de Courtine), o significado, o lado cara, está em perpétua redefinição, pelo próprio fato de sua circulação. Nem todos inscrevem a mesma coisa no lado cara da fórmula, e é exatamente por essa razão que ela é uma questão central nos debates. O que caracteriza a fórmula como referente social não é que ela obtenha unanimidade (pelo contrário), mas o fato de que ela constitui, num momento dado, uma passagem obrigatória. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 56).

Krieg-Planque aponta que Fiala e Ebel analisaram as fórmulas “*Überfremdung*” (“influência e superpopulação estrangeiras”) e “xenofobia”, em um material bastante diversificado do ponto de vista dos gêneros dos quais advinham os textos (artigos de jornal, cartas de leitores, textos sindicais e legislativos e entrevistas) e centrado em três campanhas plebiscitárias ocorridas na década de 1970 na Suíça francófona acerca da definição de um limite para a imigração.

Aqueles autores atribuíram às paráfrases e à circulação - à qual voltaremos adiante - as evidências do funcionamento da fórmula como referente social: “enunciados parafrásticos como ‘Os estrangeiros são uma carga pesada para nossas instituições sociais’ ou ‘Eles sobrecarregam nosso sistema habitacional’ atestam, por exemplo, a existência de um *tema* que cristaliza a fórmula ‘*Überfremdung*’ [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 53, grifos nossos).

O *tema* ou a *temática* cristalizada por determinados enunciados, como já antecipamos na seção 2.1.1, mostrou-se muito cara à escritura deste trabalho. Em contato com Miqueletti, para quem o funcionamento da fórmula como referente social rendeu extensa discussão, ampliamos nossa compreensão dessa propriedade como aquela que “resume um discurso”, ou “aciona um arquivo”: “sequências de palavras que, da perspectiva discursiva, se fixaram, constituindo uma espécie de ‘sequência natural’, um significante único, [...] formulações socialmente marcadas [...]” (MIQUELETTI, 2011, p. 69).

De modo similar, Fiala e Ebel classificaram as fórmulas “*Überfremdung*” e “xenofobia” como *equivalentes semânticos* responsáveis por condensar uma massa de discursos. Como já mencionamos, para esses autores a questão da circulação se impõe como outra amostra de que a fórmula opera enquanto referente social. Há um significante partilhado, mas, porque ele é posto a circular, seu significado ganha diferentes redefinições.

Assim, ainda que a princípio se vislumbre certa incongruência no fato de a fórmula se caracterizar, simultaneamente, como um referente social (significante conhecido por todos) e objeto de *disputa* (significado em perpétua redefinição), há que se compreender que tais aspectos se coconstroem e são, portanto, interdependentes. Como elucida Krieg-Planque:

O que caracteriza a fórmula como referente social não é que ela obtenha unanimidade (pelo contrário), mas o fato de que ela constitui, num momento dado, uma passagem obrigatória. [...] A fórmula é constitutivamente polêmica. É porque se põe como dominante que ela não é aceita por todos, é porque se impõe que ela faz tanto barulho. A distinção ‘referente social’/ ‘polêmica’ pode, então, ser vista como um artifício a serviço da análise, permitindo descobrir os lugares de instalação ou, ao contrário, de fragilização da fórmula.

Mas, na massa de discursos que se respondem, construção da fórmula como *referente social* e construção da fórmula como *objeto polêmico* são indissociáveis. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 56).

Logo, estamos também e inevitavelmente tratando de outra propriedade da fórmula: seu caráter polêmico, inseparável de seu funcionamento como referente social. O significado de uma fórmula, como vimos, não é unânime ou homogêneo; ao contrário, ela compele os diferentes atores sociais a se posicionarem. De acordo com a autora, deve-se exatamente investigar essa relação complexa que os diversos locutores estabelecem com as palavras postas no centro do debate público.

2.2.4 A fórmula e seu caráter polêmico

Discutíamos na seção anterior o princípio segundo o qual a constituição da fórmula em um referente social está conjugada à sua inexorável polemicidade. De fato, a primeira é parte constitutiva da segunda: justamente porque há um denominador comum que a polêmica se instaura. Como visto, não há unanimidade em torno do significado de uma fórmula, mas ela se impõe “com uma função de enquadramento do debate” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 97) e impele a um posicionamento por parte dos locutores.

Krieg-Planque elucida que as fórmulas são portadoras de uma pluralidade de questões sociopolíticas e, por isso, encerram um caráter histórico. A respeito disso, Motta e Salgado afirmam:

Mesmo que se pense em termos de cristalização, não será o caso de ver aí algo imóvel ou imutável. Todo dizer é um movimento e, quando cristalizado, faz-se nó de uma rede – não um ponto final, não um ponto isolado, mas ponto nevralgico, lugar estratégico na dinâmica histórica que o institui e salienta. (MOTTA; SALGADO, 2011, Apresentação).

As fórmulas se impõem e, por que dessa forma o fazem, tornam-se objeto de polêmica e carregam algo de *grave*. Por meio desse adjetivo, Krieg-Planque qualifica o regime formulaico: como aquele que põe em jogo, em última análise, a própria vida das pessoas. Segundo a autora, este foi o caso da fórmula “purificação étnica” cujo pano de fundo histórico eram as guerras iugoslavas na década de 1990. Nesse sentido, a autora esclarece que

as fórmulas participam do peso da história, esse peso que lastreia os destinos individuais. É porque constitui um problema, porque põe em jogo a existência das pessoas, porque é portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais, que a fórmula é objeto de polêmicas. Polemizando em torno dela, os atores-locutores não polemizam ‘por nada’: eles polemizam por uma descrição do real. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100).

Krieg-Planque adverte que o caráter polêmico da fórmula não é abstrato, tampouco vago. Ele é operacionalizado muito mais em um nível metadiscursivo, do que morfossintático. A morfossintaxe determina *parcialmente* a polêmica instaurada por uma fórmula, que decorre, em maior medida, dos usos que se faz de uma sequência: “[...] não é porque ela é um adjetivo ou uma nominalização de ação etc., que ela é polêmica, mas porque ela é tomada nas práticas languageiras” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 105). Dessa maneira, examinaremos a seguir as formas metadiscursivas pelas quais o caráter polêmico é operacionalizado e o modo como ele se revela nas práticas languageiras pelas quais a fórmula se impõe.

A polêmica pode se manifestar, segundo a autora, por uma inadequação da palavra àquilo que ela nomeia, um *termo impróprio*, uma *nomeação falha*. Este é o caso, por exemplo, da fórmula “exclusão”, inadequada à realidade que designa, seja porque apareça demasiado vaga, seja porque carregue um certo eufemismo. Diante da inadequação do termo, os diferentes locutores são convocados a tomar partido, como responsáveis pelo estabelecimento daquele(s) termo(s) ou cúmplices dele(s). Instala-se uma disputa em torno daquela *nomeação inadequada*: aqueles que a julgam imprópria passam a “lutar” para que ela seja substituída por uma que acreditam ser mais adequada.

Como sugere Krieg-Planque, esse aspecto fantasmático do referente designado pela fórmula, ou seja, a questão da (in)adequação da fórmula ao que ela refere “passa frequentemente por operações de definição, muitas vezes acrobáticas [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 102), traço que parece observável em nosso trabalho. O chamado *mercado*, ainda que goze de certa notoriedade, é muitas vezes definido com bastante imprecisão, senão com obscuridade.

Em um programa disponibilizado pela TV UOL, por exemplo, um economista, convocado a responder à pergunta “Quem afinal é o mercado financeiro e qual sua importância?”, afirma: “o mercado financeiro é basicamente composto por analistas, os grandes investidores, os bancos, as *assets*, as pessoas, os clientes que a gente costuma chamar de institucionais, que são as grandes fundações, que detêm um volume significativo de recursos

no mercado brasileiro, e até os jornalistas também.”¹⁸ Por tal definição, o mercado parece ser, ao mesmo tempo, tudo e nada – ao menos tangível e precisamente identificável não é.

Abordando uma questão semelhante, Maria Lucia Jacobini, em artigo intitulado *O jornalismo econômico e a concepção de mercado: uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*¹⁹, defende que o termo mercado tem sido alvo de um certo reducionismo por parte daqueles jornais quando da definição de seu sentido. A autora observa:

A percepção do termo mercado para o jornalismo econômico parece tratar exclusivamente da esfera financeira numa forma de redução do sentido amplo do termo a um aspecto um tanto abstrato, uma entidade distante e geral, que pouco diz respeito à multiplicidade de significados do termo. (JACOBINI, 2008, p. 199).

Outro exemplo que ilustra a inexactidão com que se define mercado, esse signo ao qual se atribuem significados tão díspares (sinal de polemicidade), quanto vagos (ou *fantasmagóricos*, para recuperar a qualificação empregada por Krieg-Planque), encontra-se no texto *Tchau, Querido*, publicado no blogue de Alexandre Versignassi vinculado à revista *Superinteressante*²⁰. Segundo o autor, “‘mercado’ não é uma palavra-fantasma. O ‘mercado’ sou eu. E provavelmente é você também. Porque ‘mercado’, neste contexto, significa ‘credores do governo’. E todo mundo que tem dinheiro aplicado [...]” (VERSIGNASSI, 2016).

Na mesma linha, o colunista do caderno de Economia da Folha de S. Paulo, Vinicius Torres Freire, com quem tivemos a oportunidade de interagir via *email*, apontou que emprega em seus textos “povos do mercado”, em detrimento de “mercado”, “por não se tratar de uma entidade etérea.” E defendeu: “segundo, por ironia e diversão pessoal (é um paralelo com ‘povos da floresta’). Terceiro, para usar um plural: povos, são vários mercados e vários tipos de interesse em cada um dos mercados. Regularmente, uso outras expressões, a fim de explicar rapidamente do que se trata: credores (do governo), donos do dinheiro grosso da finança etc.”

No campo religioso, recolhemos um enunciado que poderia figurar entre os anteriores, uma vez que todos pretendem, em certa medida, “impor seus próprios signos linguísticos: significante e significado” (GARDIN apud KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 104), cada qual oferecendo o seu significado para mercado de formas tão distintas, quanto imprecisas. Em carta encíclica divulgada em 2009, o Papa Francisco declarou:

¹⁸ Disponível em: <<https://tvuol.uol.com.br/video/quem-afinal-e-o-mercado-financeiro-e-qual-sua-importancia-04020D1B3072D4913326>>. Acesso em 27 jul. 2017.

¹⁹ Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/171/170>>. Acesso em 27 jul. 2017.

²⁰ Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blog/alexandre-versignassi/tchau-querido/>>. Acesso em 27 jul. 2017.

É verdade que o mercado pode ser orientado de modo negativo, não porque isso esteja na sua natureza, mas porque uma certa ideologia pode dirigi-lo em tal sentido. Não se deve esquecer que *o mercado, em estado puro, não existe*; mas toma forma a partir das configurações culturais que o especificam e orientam. (BENTO XVI, 2009, grifos nossos).

É possível que a discussão que estamos fazendo aqui se resuma à maneira como se dá a construção discursiva de um referente, em nosso caso, o mercado. Talvez este seja um objeto do discurso que não preexiste, mas que é construído discursivamente; não um “referente mundano”. É para essa diferenciação, “objeto do discurso” versus “referente mundano”, que apontam Ingedore Villaça Koch e Luiz Antônio Marcushi no artigo *Processos de Referenciação na Produção Discursiva*:

[...] o mundo fenomênico, externo, a possível extensão referencial de nossos itens lexicais, não está à disposição, pronta para receber as designações pura e simplesmente [...] Referir não é mais atividade de "etiquetar" um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade. (KOCH; MARCUSHI, 1998, p. 00).

A hipótese de que o termo mercado, por si só, já esteja envolto em polêmica, será retomada no capítulo quatro, no qual analisaremos como esse significante, combinado com sua antropomorfização – manobra discursiva que transforma o mercado em ser humano – representa um determinado lugar discursivo em meio a um momento muito polêmico da história brasileira: o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A ponderar pelos dados recolhidos, o mercado foi um importante “jogador” nesse tabuleiro político, tendo exercido um papel decisório no desenrolar dos fatos.

Com essas reflexões, acreditamos estar trabalhando com questões levantadas por Krieg-Planque a partir de seus estudos sobre a fórmula “purificação étnica”. A autora estabelece cinco *registros de problematização*, nos quais o caráter formulaico funcionaria como um dispositivo para *organizar categorias de descrição* e que, por isso, poderiam comandar a análise. Nesse sentido, além de mobilizar a fórmula como acontecimento do discurso - primeiro registro de problematização - é possível também confrontá-la: à pluralidade de suas expressões; à dinâmica

de sua significação; a um exterior discursivo; e/ou à nomeação do real. (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 33).

Krieg-Planque explica que outro modo de manifestação do caráter polêmico, além da nomeação falha ou imprópria que atribui certa inconsistência ao referente, como já discutimos, está ligado ao fato de uma fórmula ser monopolizada por um posicionamento discursivo adversário, o que implica lançar mão de procedimentos discursivos e metadiscursivos no sentido de neutralizar, retorcer, reformular, reivindicar ou negar aquela fórmula por parte dos diversos locutores.

Ainda segundo a autora, a polêmica pode se instaurar com base no modo de injunção de proferimento e na recusa em enunciar. Foi isso que ocorreu, como ela mostra, com o termo “*sans-papiers*” (“sem-documento”), que em 1996 na França, foi usado pelos militantes favoráveis à regularização dos estrangeiros ilegais, ao mesmo tempo em que recusavam o termo “*clandestins*” (clandestinos). Finalmente, é possível ainda que a polemicidade esteja no reconhecimento social da fórmula: “a questão consiste, então, em impor ao conjunto do espaço público o uso de uma palavra, geralmente em detrimento de uma palavra concorrente.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 102).

Entre as quatro propriedades da fórmula discutidas - o funcionamento como referente social e a dimensão discursiva aliada à noção de lugar discursivo - mostraram-se, para esta pesquisa, as mais relevantes, como almejamos comprovar no quarto capítulo - por se fazerem presentes e observáveis, quando da “frequência” do *corpus*, como afirma Krieg-Planque. Enfim, se não explicitamos a contento as diretrizes gerais que sustentam o quadro teórico e metodológico criado por ela - bem como algumas outras categorias, como as de *lugar discursivo* e *processo de aceitabilidade*, que também servirão de chave para a apreensão e análise dos dados – pudemos, com esta fundamentação teórica buscar, certamente, (um) entendimento acerca das reflexões propostas pela autora e arriscar algumas outras (próprias) sobre esse conceito tão “necessário”, quanto “problemático” - para retomar as palavras de Maingueneau (2015): a fórmula discursiva.

3 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

“[...] o dado é o limite para o subjetivismo desvairado.”
(POSSENTI, 1996)

Este capítulo se apresenta subdividido em duas seções. A primeira é resultado de interpelações às quais fomos direcionados em decorrência desta que é uma das atividades inerentes à pesquisa acadêmica: o recorte de um material a ser investigado. Assim, a busca por critérios condizentes com a AD para a delimitação de nosso próprio *corpus* nos encaminhou a uma breve discussão epistemológica, em torno de autores como Michel Foucault, Dominique Maingueneau, Eni Orlandi e Sirio Possenti, já que trazemos suas considerações acerca das implicações contidas na constituição de *corpora* em AD. A segunda parte aborda *pari passu* os critérios metodológicos que mobilizamos e as respectivas ações empreendidas na circunscrição do objeto de estudo. Além disso, tratamos de alguns aspectos ligados ao espaço de circulação do qual extraímos nossos dados, isto é, o escopo das práticas jornalísticas focalizado, por nosso estudo, na Folha de S. Paulo.

3.1 Da “inescapabilidade” do *corpus*

Houvesse a necessidade de esboçar uma definição rápida do que é um *corpus* nas ciências humanas e sociais, arriscaríamos dizer que se trata de um conjunto de dados - recortados segundo critérios explícitos e consistentes - que serão analisados a fim de detectar se ali determinado fenômeno se manifesta, de forma a tomá-los como uma amostragem daquilo que ocorre no “todo”, de onde foram retirados.

Não coincidentemente, ao falarmos de *corpus*, é comum que nos avizinhemos de palavras como recorte, amostra, coleta, dados, representatividade. Afinal, diante da impossibilidade de estudar um “todo”, selecionamos uma “parte” dele, na expectativa de que ela emule a totalidade de onde se originou. Tal qual uma semente que carrega as informações de uma árvore – metáfora tantas vezes usada para compreender a gramática gerativista²¹ - procuramos desvendar o micro, na tentativa de apreender o macro.

²¹ Seguidores de Noam Chomsky, os gerativistas, defendem o princípio de que a linguagem é inata, em função da existência de uma gramática universal inscrita no cérebro dos indivíduos. Não é nosso objetivo mobilizar essa teoria, apenas citá-la em sua metáfora “semente/árvore”. Para isso, ver: PERINI, MARIO ALBERTO. *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

Delineamos até aqui nossa compreensão do que vem a ser um *corpus*, de forma relativamente “rasteira”, já que se trata de uma problemática muito mais complexa do que nossa definição pode fazer parecer. Diversos foram os autores que se dedicaram a essa temática. Michel Foucault, por exemplo, ao abordar as unidades do discurso, em *Arqueologia do Saber* (1987), afirma que

[...] o recorte do próprio domínio não pode ser considerado como definitivo, nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço. (FOUCAULT, 1987, p. 34).

Evidentemente, no campo da AD, essa discussão também se faz presente. Dominique Maingueneau alerta que não devemos estudar textos ou *obras*, mas antes, convertê-los em *corpora*. O autor explica:

A diferença entre texto e *corpus* é essencial. Ela marca a fronteira entre, de um lado, as práticas de comentários tradicionais que tentam interpretar textos legados por uma tradição e, de outro, as abordagens em termos de discurso, que se pretendem resultado das ciências humanas e sociais. Os analistas do discurso não estudam *obras*: eles constituem *corpora*, eles reúnem os materiais que julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito, em função das restrições impostas pelos métodos aos quais recorrem. (MAINGUENEAU, 2015, p. 39).

Mas se atualmente o debate em torno da constituição de *corpora* em AD considera questões como a interpretação, a realidade e a própria noção de discurso, no passado e em outras correntes de pensamento, visões diferentes - porém não menos importantes – estiveram em voga. Nesse sentido, Eni Puccinelli Orlandi chama a atenção para o discurso naturalista do século XIX que forjou, no Brasil, um certo modelo de coleta de dados. Na tradição determinista, a autora aponta que olhava-se para a realidade a partir de um viés objetivo e unívoco, colhendo-se “os dados da língua como os das plantas e das espécies animais, ou seja, ‘naturalmente’.” (ORLANDI, 1996, p. 215).

A propósito, o artigo no qual Orlandi discute esse tema é parte integrante do livro *O método e o dado no estudo da linguagem* (1996) que apresenta estudos sobre a relação do analista com aquilo que chamamos dado. Ali encontramos também um trabalho de Sírío Possenti, sob um título bastante auspicioso: *O dado dado e o dado **dado** (o dado em Análise do Discurso)*.

O autor faz uma distinção entre o que designa como dado crucial e dado rentável. O primeiro “é o que põe à prova uma teoria”; enquanto o segundo

tem por função precípua confirmar as hipóteses originais da teoria. Em AD, os dados *rentáveis* são os *corpora* privilegiados pela tradição, os discursos-tipo, [...] são os lugares em que é fácil rechaçar teses novas, enfim, são dados com os quais os princípios funcionam claramente. (POSSENTI, 1996, p. 200).

Para Possenti, a AD deve privilegiar *corpora* polêmicos²², isto é, aqueles que apresentam as propriedades do discurso de maneira mais exuberante. De acordo com o autor, são prototípicos ou exemplares, os dados que revelam heterogeneidade – mote da AD – e que recobrem um período relativamente longo de tempo. Esses critérios já haviam sido eleitos como primordiais por Jean-Jacques Courtine que, na discussão sobre formas de organizar *corpora* realizada em seu livro *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos* (2009), menciona a diacronia e a heterogeneidade como pilares.

Norteados então pelos pontos elencados acima, foi que procuramos delimitar o *corpus* deste trabalho. Para além de uma observação “natural” (ORLANDI, 1996, p. 215), empreendemos antes um gesto teórico e metodológico, na busca por dados que se pautassem pela heterogeneidade, pela polemicidade e pelo caráter diacrônico, como esperamos demonstrar a seguir.

Se não podemos escapar ao recorte de um *corpus* enquanto investigadores de determinado fenômeno linguageiro, almejamos, outrossim, estudar materiais que se revelem, ao final de nossa análise, como o que Possenti chama de dados cruciais, contribuindo para o “tensionamento” das categorias teóricas que iremos mobilizar.

3.2 O *corpus* de referência e os procedimentos metodológicos

Nosso *corpus* de análise propriamente dito está explicitado na seção 4.1. Lá, veremos que ele é constituído por material recolhido do jornal Folha de S. Paulo, durante o período de 3 de dezembro de 2015 a 1 de setembro de 2016, tendo sido consultadas as versões impressas disponibilizadas para os assinantes em meio digital. O recorte vai, portanto, do dia posterior à aceitação por parte da Câmara dos Deputados do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma

²² Fala do autor proferida durante minicurso no VI Colóquio da ALED - Brasil: Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas (2016).

Rousseff, ao dia posterior à cassação de seu mandato; uma época que configura, sem muita contestação, um momento emblemático e relevante do ponto de vista sócio-histórico.

A opção pela Folha se deu em função de ser o diário de maior tiragem e circulação entre os jornais nacionais de interesse geral, o que provavelmente lhe confere certa influência junto à população e aos chamados formadores de opinião. Além disso, é o mais vendido do país, desde a década de 80, conforme informações disponibilizadas pelo próprio jornal, em seu site na internet²³.

Segundo o último Manual da Redação, publicado em 2001 e atualmente em vigor, a Folha de S. Paulo foi fundada em 1921, focada em leitores das classes média urbana e operária. Desde então, o controle acionário da empresa mudou algumas vezes, bem como seu público-alvo. Em 1931, por exemplo, “a linha editorial [...] passou a ser marcada pela defesa dos interesses dos produtores rurais paulistas.” (Manual da Redação, 2001, p. 106).

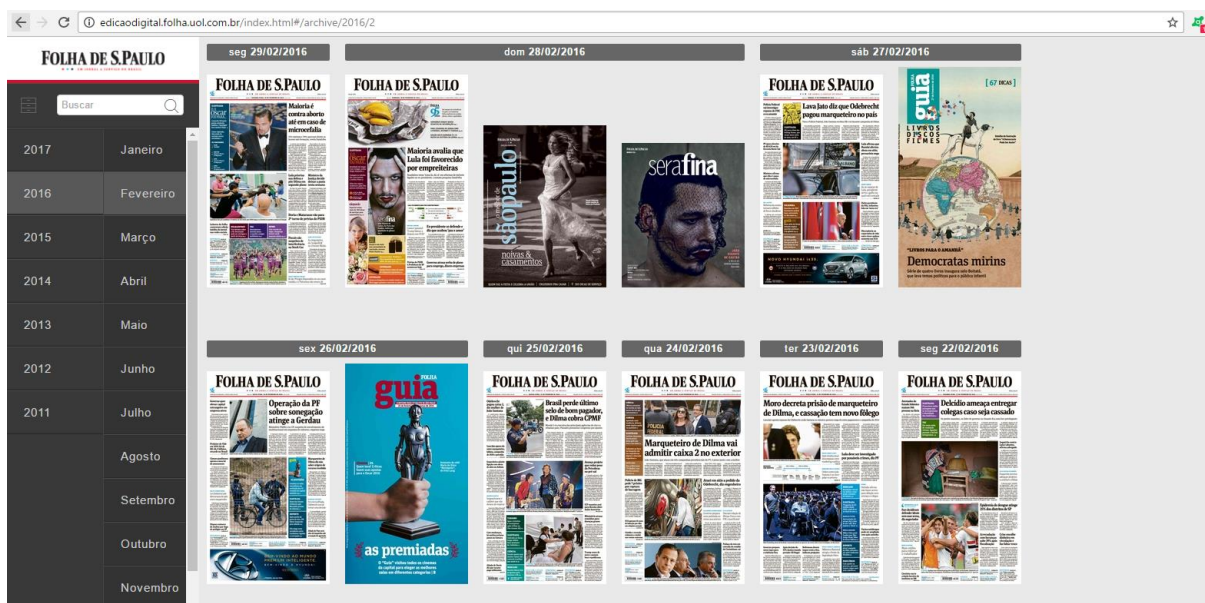
A última venda e aquisição da empresa foram realizadas em 1962, quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho se tornaram os proprietários do jornal. Em março de 2017, foi divulgada uma atualização do projeto editorial, com uma lista inédita de doze princípios que sintetizariam seus “compromissos editoriais, políticos e éticos”²⁴. Entre os pontos programáticos, são citados o pluralismo, a independência crítica e o apartidarismo.

Logo, expostas as razões que embasaram nossa escolha pela Folha de S. Paulo como o espaço de circulação de onde extraímos o *corpus*, passamos a descrever os procedimentos metodológicos que nos nortearam na recolha do material. A princípio, vale lembrar que selecionamos toda e qualquer ocorrência das palavras mercado ou mercados, por meio do acesso à edição impressa do jornal disponibilizada em meio digital, conforme a imagem a seguir. Foram desconsiderados somente os guias e suplementos especiais, os cadernos de classificados e os informes publicitários.

²³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml> e <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em 17 mar. 2017.

²⁴ Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>>. Acesso em 17 mar. 2017.

Figura 3 - Edições do jornal impresso disponibilizadas em meio digital, agrupadas por ano, mês e dia.



Fonte: edicaodigital.folha.uol.com.br

Acessamos todas as edições que compõem o período temporal citado, totalizando 274 dias ou jornais pesquisados. Valendo-nos de um mecanismo de busca oferecido pelo próprio site, inserimos a palavra mercado e recortamos absolutamente todos os parágrafos nos quais ela apareceu, no singular ou no plural. O recorte desses trechos foi feito a partir da captura de tela de cada parágrafo, agrupados posteriormente de acordo com o dia e o caderno em que ocorreram²⁵.

²⁵ O *corpus* completo, com todas as capturas de tela dos parágrafos nos quais aparecem as palavras mercado ou mercados está disponível no *Apêndice I*, em mídia eletrônica.

Figura 4 - Exemplo de busca por palavra-chave realizada no site do jornal e exibição de resultados.



Fonte: edicaodigital.folha.uol.com.br

Encontramos 5.284 vezes a palavra mercado no período de 3 de dezembro de 2015 a 1 de setembro de 2016, com uma média de 586 ocorrências por mês²⁶, conforme quadro a seguir:

²⁶ Para determinar a média, foram considerados os meses de dezembro/2015 a agosto/2016, já que nosso recorte termina em 1 de setembro de 2016, o que configura o mês de setembro como pouco representativo para esse tipo de cálculo, já que inclui um dia somente.

Quadro 2 - Número total de ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s) agrupadas por mês.

Ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s) agrupadas por mês no período de 03/12/2015 a 01/09/2016 Folha de S. Paulo									
Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016
512	721	581	709	611	537	559	587	459	8
Total de ocorrências: 5284									

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Recapitulando, em termos metodológicos, encontram-se recortados todos os parágrafos nos quais a palavra mercado apareceu, entre 3 de dezembro de 2015 e 1 de setembro de 2016, na Folha de S. Paulo, versão impressa disponibilizada digitalmente. Tal coleta, como primeiro resultado, mostrou que o vocábulo foi usado mais de cinco mil vezes no período estudado, com uma média de 586 aparições por mês ou aproximadamente 20 por dia.

Além disso, constatamos que mercado é empregado, invariavelmente, em todos os cadernos do jornal, com uma predominância – como talvez fosse de se supor - no de economia, por acaso também intitulado *Mercado*. Apesar disso, é interessante notar que a incidência é do mesmo modo alta e semelhante quantitativamente em páginas que trabalham outros temas que não economia diretamente, tais como: os cadernos *Opinião e Poder*, que versam principalmente sobre política; a *Ilustrada*, que aborda cultura, e os cadernos *Mundo* e *Cotidiano*, que apresentam matérias relacionadas, respectivamente, a acontecimentos ocorridos no exterior do país e a assuntos locais, da cidade. Vejamos um quadro geral, com o número total de ocorrências por caderno.

Quadro 3 - Número total de ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s) agrupada(s) por caderno, organizadas em ordem decrescente.

Caderno	Nº de ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s)
Mercado	2294
Mercado Aberto	563
Ilustrada	306
Opinião	256
Poder	255
Folhainvest	235
Mundo	226
Cotidiano	199
Ilustríssima	140
MPME	127
Acontece	121
Editorial	112
Esporte	84
Turismo	76
Capa	51
Corrida	48
Mercado 2	39
Painel do Leitor	37
Comida	36
Tec	30
Saúde + Ciência	21
Ciência + Saúde	20
Equilíbrio	5
Erramos	2
Folhinha	1
Total	5.284

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Notamos, então, que mercado constituiu a *palavra nódulo* de nosso *corpus*, noção que reputamos a Tony Berber Sardinha. Em artigo sobre fórmulas discursivas publicado no livro *Texto ou Discurso* (2012), o autor retoma Alice Krieg-Planque e explica os caminhos que se pode percorrer na identificação de um item lexical como detentor de um potencial formulaico. Há basicamente dois: a busca por fórmulas que circularam no passado, ou a busca por aquelas que circulam no presente, isto é, contemporaneamente à pesquisa empreendida pelo analista.

Berber Sardinha, em seu estudo, escolheu o segundo caminho, opção que nós também fizemos aqui. O autor esclarece que partiu da noção de colocação

composta de uma palavra nódulo e seus colocados. A palavra nódulo é o item central da colocação, aquele que o analista busca no *corpus*; os colocados são as palavras que ocorrem ao seu redor, com dada frequência (também determinada por critérios da pesquisa). A distância entre os colocados e o nódulo é chamada de horizonte; normalmente, o horizonte compreende cinco palavras de cada lado do nódulo. (BERBER SARDINHA, 2012, p. 272).

Mercado foi, como afirmamos, nossa palavra nódulo e, nosso *horizonte* – mais do que a quantidade de palavras adjacentes – pautou-se pela presença do fenômeno a que estamos nomeando como antropomorfização do mercado, cujo significado passa pela atribuição de ações humanas ao mercado. Em outras palavras, estamos falando de uma prática linguageira que alça o mercado à condição de um ator social, agente e alvo de ações e sentimentos humanos, um ser vivo, orgânico e dotado de vontades, humores e atitudes.

Encontramo-nos, assim, descrevendo a segunda etapa do processo de coleta e investigação do material recolhido. Delimitamos, no interior do universo de todas as ocorrências encontradas, isto é, dentre as 5.284 vezes em que a palavra mercado foi utilizada, identificamos aquelas que manifestaram o fenômeno que estamos cunhando como antropomorfização do mercado.

Berber Sardinha (2012, p. 272) menciona a noção de preferência semântica que alude à existência de padrões, ou “sequências recorrentes de palavras e estruturas gramaticais [...] resultante das categorias semânticas com que o nódulo coocorre”. Dessa forma, seu exemplo acerca do nódulo formado pela palavra “xícara”, se combinando com campos semânticos relacionados à bebida (chá, café) e a quantidades (cheia, meia) nos ofereceu subsídio para que, no caso desta pesquisa, empreendêssemos uma investigação em um campo semântico ligado a ações e atitudes tipicamente humanas.

Assim, o princípio norteador para o segundo recorte de nosso *corpus* foi mais literal e imediato, no sentido de reconhecer aqueles enunciados com uma *preferência semântica* que, de alguma maneira, identificassem o mercado como um ser humano, no que tange a suas ações, reações, sentimentos etc. Vale mencionar que também nos guiou nesta seleção a busca por uma certa *temática*: um corpus construído a partir de temas identificados a lugares discursivos determinados (MIQUELETTI, 2009, p. 20). Desse modo, se há algo de subjetivo do qual nos investimos para fazer o recorte do *corpus*, procuramos minimizar esse componente, inerente ao processo de pesquisa, “dosando-o”, conforme alerta Krieg-Planque.

A autora defende que, ao delimitar os dados, devemos nos munir do papel de *interpretantes razoáveis*, alcançando uma certa razoabilidade entre dois olhares, reféns ou exclusivamente do discursivo; ou do linguístico. Para ilustrar o conceito, vimos anteriormente

Krieg-Planque explicar que cairia no primeiro tipo de armadilha, o analista que, por exemplo, enxergasse na sequência “lavagem a seco”, ao passar por uma lavanderia, um eco da fórmula “purificação étnica”. Igualmente se deixaria enredar pela segunda armadilha, aquele que, “preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional [...] não veria a fórmula ‘purificação étnica’ senão na conformidade da ocorrência encontrada com uma lista prévia fechada.” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 30).

Dessa forma, o pressuposto que nos guiou diante do material coletado foi: há aqui o fenômeno da antropomorfização do mercado? O *Dicionário Houaiss* (2012) define como antropomórfico aquele “cuja forma aparente evoca a de um ser humano; descrito ou concebido sob uma forma humana ou com atributos humanos”²⁷. Com base nessa *temática* (MIQUELETTI, 2009, p. 20), ou nessa *preferência semântica* (BERBER SARDINHA, 2012, p. 272), nos indagamos, como *interpretantes razoáveis* (KRIEG-PLANQUE, 2011) se os enunciados recolhidos, de alguma maneira, relacionavam o mercado a ações e sentimentos tipicamente experienciados – a princípio e em seu sentido mais imediato – por seres humanos.

A título de elucidação e antecipando o que abordaremos no próximo capítulo, que traz a análise dos dados, apresentamos um modelo do que reivindicamos até aqui. Eis mais um trecho que, cremos, materializa o fenômeno da antropomorfização do mercado: “o aprofundamento da crise política levou otimismo ao mercado financeiro, que aposta em um aumento das chances de afastamento da presidente”²⁸.

Ora, otimismo não é um sentimento caracteristicamente humano? Foi por meio de perguntas como essa que selecionamos as ocorrências nas quais o fenômeno da antropomorfização do mercado se manifestou linguisticamente (em torno de uma preferência semântica ou temática). Deparamo-nos com 533 manifestações desse tipo, cerca de 10% do total. Assim que, em termos percentuais, não se pode afirmar que o fenômeno se apresentou com uma alta incidência em nosso *corpus*; esta chave não nos serviu, portanto, como justificativa para a escolha em estudar a antropomorfização do mercado durante o período de *impeachment* de Dilma Rousseff. Em outras palavras, não partimos do pressuposto de que esse fenômeno ocorra em maior escala nesse período, tampouco que já não ocorrera previamente; o que estamos defendendo, antes, é que o mercado antropomorfizado ocupou um lugar discursivo

²⁷ ANTROPOMÓRFICO. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v2-3/html/index.htm#11>>. Acesso em 8 dez. 2016.

²⁸ Trecho de uma matéria publicada na Folha de S. Paulo, em 22 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2GhBK6T>>. Acesso em 3 nov. 2017.

de fundamental importância no contexto do *impeachment*. O processo foi, como procuramos expor, bastante pautado pela esfera econômica simbolizada na figura do mercado, o que explicaria nosso interesse em conjugá-los, isto é, em apreender o fenômeno da antropomorfização do mercado *durante* o processo de *impeachment*.

Arriscamos afirmar, entretanto, que a atribuição de ações, atitudes e sentimentos tipicamente humanos ao mercado provavelmente constitui, há algum tempo, um recurso discursivo mobilizado pelo campo jornalístico. A título de ilustração, consideremos dois exemplares, de datas distintas, um da revista Veja, de maio de 2002, e outro do jornal Folha de S. Paulo, de novembro de 2017, que apresentam enunciados muito representativos do fenômeno que estamos investigando. Ambos vinculam o mercado a um importante papel no cenário político, em momentos históricos distintos.

Figura 5 - Capa da revista Veja nº 1.752 de 22 de maio de 2002.



Fonte: acervo.veja.abril.com.br

Figura 6 – Capa do jornal Folha de S. Paulo nº 32.365 de 12 de novembro de 2017.



Fonte: edicaodigital.folha.uol.com.br

As duas publicações registram as *reações* do mercado no contexto de (duas) eleições presidenciais distantes entre si por quinze anos; em 2002, o mercado sentir-se-ia *assustado* com Lula; em 2017, *veria* no candidato Jair Bolsonaro uma opção contra Lula em futura votação. Parece, portanto, evidente, a importância do mercado como ator social no cenário político brasileiro. Os dois veículos de comunicação apresentaram manchetes de capa dando conta do

que *sentia* ou *como pensava* o mercado em relação às eleições - especialmente à possibilidade de Lula ser o escolhido.

Ainda que não possamos atestar em caráter conclusivo que a antropomorfização do mercado é um fenômeno discursivo em funcionamento há algum tempo, parece-nos - a julgar pelos próprios dados que recolhemos e pelos outros exemplos que citamos até aqui - que a antropomorfização do mercado se materializa em materiais linguageiros diversos, e em períodos sócio-históricos distintos. Sobre esse ponto, destacamos a visão de que

na mídia impressa e na eletrônica, as matérias de negócios e economia disseminam os fetiches dos mercados financeiros embaçados na linguagem do saber técnico e esotérico. Qual bonecos de ventríloquo, os comunicadores ‘falam’ a língua articulada conforme as regras gramaticais dos mercados. Assim, o capitalismo investido em sua roupagem financeira cumpre a missão de “administrar” a constelação de significantes à procura de significados [...] (BELLUZZO; GALÍPODO, 2017, p. 81 apud VALIM, 2017, p. 35).

Nesta dissertação, como já explicado, buscamos analisar o fenômeno da antropomorfização quando conjugado ao vocábulo *mercado* durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. No quadro a seguir, mostramos o número de ocorrências nas quais detectamos, em nosso *corpus*, o fenômeno a ser investigado, frente às ocorrências totais.

Quadro 4 - Número total de ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s) comparado ao número total de ocorrências nas quais observamos o fenômeno da antropomorfização do mercado.

Ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s) Folha de S. Paulo 03/12/2015 a 01/09/2016		
Nº total de ocorrências	5284	
Nº de ocorrências com antropomorfização	533	10%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Se examinarmos novamente esses resultados, distribuídos mensalmente, observaremos que, numericamente, a mais expressiva ocorrência do fenômeno se deu em abril de 2016:

Quadro 5 - Número total de ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s) confrontado ao número total de ocorrências nas quais observamos o fenômeno da antropomorfização distribuídas de acordo com o mês.

Ocorrências de mercado(s) versus ocorrências com antropomorfização										
Dez/15	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Set/16	TOTAL
512	721	581	709	611	537	559	587	459	8	5284
84	77	43	74	87	68	28	28	40	4	533

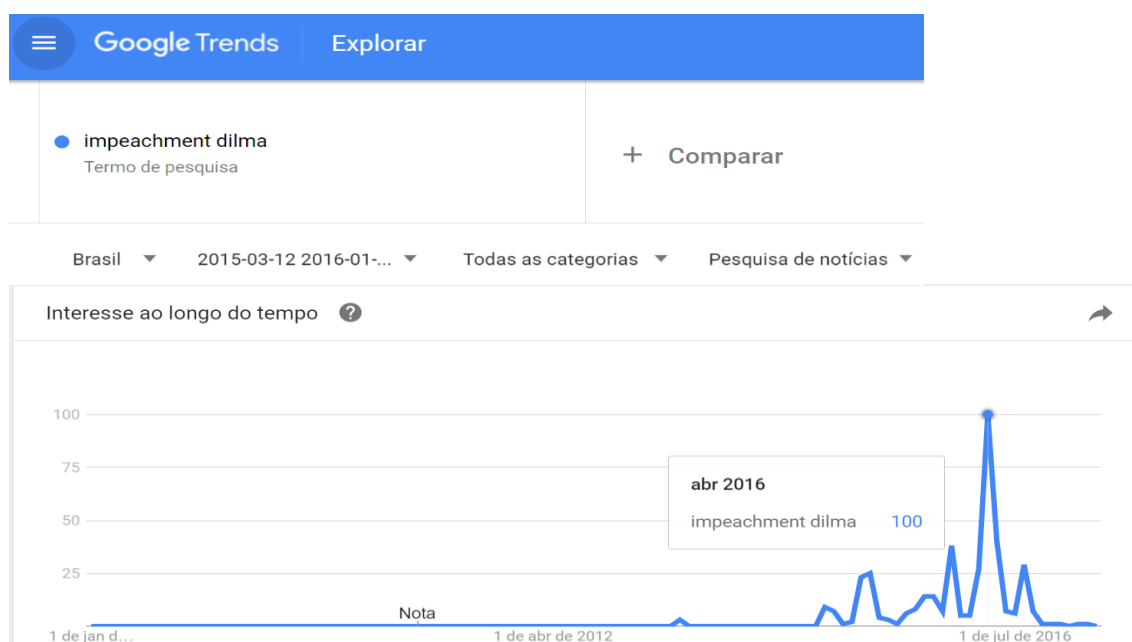
Nº de ocorrências da(s) palavra(s) mercado(s)

Nº de ocorrências com antropomorfização do mercado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Lançando-nos em uma primeira investigação, pesquisamos no *Google Trends*, categoria *Notícias* e no mesmo período equivalente ao recorte de nosso *corpus*, as ocorrências das palavras *impeachment* e Dilma, e averiguamos que o pico, neste caso, também aconteceu em abril, como o foi com as ocorrências na Folha de S. Paulo da palavra mercado inserida no fenômeno da antropomorfização demonstradas no quadro anterior. O gráfico a seguir representa as oscilações sofridas pelo emprego das palavras *impeachment* e Dilma:

Gráfico 1 - Gráfico contendo as oscilações de uso das palavras *impeachment* e Dilma, no Brasil, em sites de notícias, cujo pico foi em abril de 2016, com 100 ocorrências.



Fonte: Trends.google.com.br

No próximo capítulo, conjecturaremos sobre o fato de serem os mesmos, em termos temporais, os picos de ocorrência tanto do fenômeno da antropomorfização do mercado, quanto das palavras *impeachment* e Dilma nos sites noticiosos. Agora, todavia, não podemos nos furtar a explicitar o critério que conduziu esta etapa do trabalho com o *corpus*: a possibilidade de poder tocá-lo, em alguma medida, sob o condão da inextrincável união do discurso com a história. Uma vez mais, para a AD de base enunciativa, a relação entre discurso e contexto sócio-histórico é obrigatória; em outras palavras, o texto é concebido discursivamente, ou seja, submetido a coerções sócio-históricas (SOUZA-E-SILVA, 2012, p. 185). A materialidade linguística é “amarrada” – para usar um termo de Maingueneau (2015, p. 47) - às condições sócio-históricas por meio de um dispositivo enunciativo; interessa-nos, basicamente, interpretá-lo com esse olhar. Como orienta Maingueneau,

nessa perspectiva, pensar os lugares independentemente das falas (reducionismo sociológico) ou pensar as falas independentemente dos lugares dos quais são pregnante (reducionismo linguístico) é permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso. Quer entremos no discurso pelo viés de sua inscrição social ou pelo dos funcionamentos linguísticos, somos levados, de um modo ou de outro, a encontrar sua outra vertente. (MAINGUENEAU, 2015, p. 47).

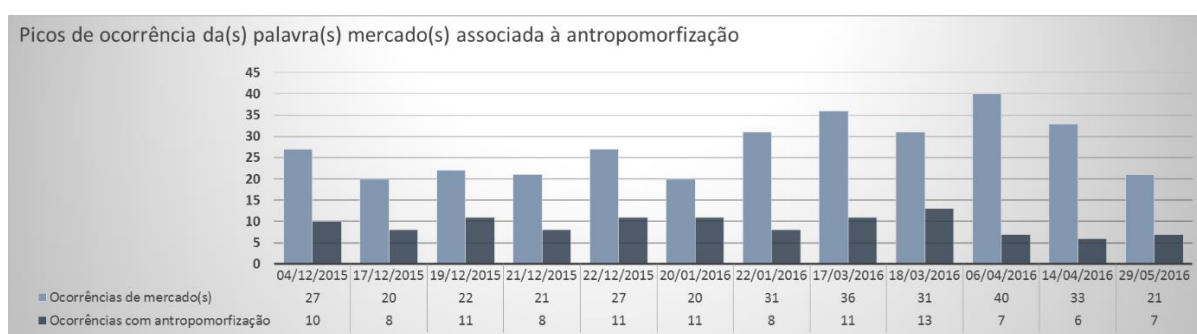
Ao usarmos como parâmetro para delimitação do nosso *corpus* o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, acreditamos ter empregado um balizador muito representativo e simbólico de um certo momento histórico, afastando-nos do “pecado gravíssimo” que seria levantar um *corpus*, “sem critério histórico relevante”. (POSSENTI, 2012, p. 239).

No capítulo que contempla a interpretação dos dados, exporemos o modo como o contexto sócio-histórico se impôs como um viés de análise. A maioria dos enunciados que compõe nosso *corpus* faz referência a fatos ligados ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O mercado antropomorfizado no/pelo discurso assume diferentes significados, a depender da situação sócio-histórica. A inseparabilidade desta em relação àqueles, ou seja, a noção de que *os sentidos são historicamente construídos* é um critério “imposto” também em nossa análise, a julgar pelos resultados obtidos.

Dito isso, reservamos para a análise, os dados de três dias - 6, 14 e 18 de abril de 2016 - já que foi em abril que encontramos mais ocorrências com a antropomorfização do mercado, como visto anteriormente. Em outras palavras, escolhemos essas datas específicas pois foi nelas que observamos o maior número de incidências do fenômeno naquele mês, em um total de sete para o primeiro dia e seis para os últimos dois.

Ademais, pautando-nos pelo critério da diacronia e sob pena de restringir a investigação estudando apenas as ocorrências de um único mês, consideramos o período inteiro e elegemos também para complementar o *corpus* de análise, o material de três outros dias – 19 e 22 de dezembro de 2015 e 18 de março de 2015, que, ao longo de nosso recorte temporal completo, apresentaram os picos de ocorrência do fenômeno que decidimos circunscrever. No gráfico a seguir, registramos esses picos, incluindo as datas nas quais houve maior incidência:

Gráfico 2 - Gráfico com as datas que apresentaram mais incidências do fenômeno da antropomorfização do mercado ao longo de todo o período estudado.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Em suma, nosso *corpus* de investigação é compreendido por 54 ocorrências que manifestaram o fenômeno da antropomorfização do mercado, tendo como referência temporal as seis datas que apresentaram as maiores incidências: três delas selecionadas com base em todo o período estudado e, as outras três, recortadas do mês de abril, que foi o período de pico das ocorrências, quando comparamos todos os meses em questão. Nosso objeto de análise pode, assim, ser sumarizado:

Quadro 6 - Composição do *corpus* de análise com as datas selecionadas e os respectivos números de ocorrências que manifestaram o fenômeno da antropomorfização do mercado.

Datas	Nº de ocorrências que contêm a antropomorfização do mercado
19/12/2015	11
22/12/2015	11
18/03/2016	13
06/04/2016	7
14/04/2016	6
18/04/2016	6
Total	54

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Por fim, refazendo ponto a ponto nosso caminho metodológico, pode-se dizer que percorremos as seguintes fases:

- Delimitação da Folha de S. Paulo, edição impressa disponibilizada em meio digital, como o campo discursivo no qual circularia nosso *corpus*.
- Fixação de um período temporal a ser estudado, com base em um critério sócio-histórico relevante.
- Eleição de uma palavra nódulo a ser investigada → mercado(s).
- Busca e coleta de todo e qualquer parágrafo que contivesse mercado ou mercados no período temporal fixado.
- Agrupamento dos dados coletados a partir de dois critérios: total de ocorrências da palavra mercado organizadas por mês (Quadro 2) e por caderno (Quadro 3).
- Definição do horizonte a ser estudado, com base nas noções de preferência semântica e temática, e agrupamento/quantificação das ocorrências por dia e caderno, conforme este exemplo²⁹:

²⁹ Detalhes sobre essa etapa estão disponíveis no *corpus* completo, no *Apêndice I*, em mídia eletrônica.

Tabela 1 – Exemplo de tabela desenvolvida para organizar o *corpus* completo, subdividindo as ocorrências por dia, caderno e respectivas quantidades (total por caderno/total com antropomorfização)

DATA	CADERNO	Nº DE OCORRÊNCIAS POR CADERNO	ANTROPOMORFIZAÇÃO
04/12/2015 B1 a B7	Capa	1	1
	Poder	3	1
	Mercado	17	7
	Mercado Aberto	1	0
	Cotidiano	1	0
	Ilustrada	3	1
	Esporte	1	0
Total		27	10

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

- Cruzamento dos dados coletados, considerando:
 - Os totais dos dois tipos de ocorrência (mercado e mercado antropomorfizado), em números absolutos e a representatividade das ocorrências com antropomorfização (Quadro 4).
 - A distribuição mensal dos dois tipos de ocorrência (mercado e mercado antropomorfizado) em comparação (Quadro 5).
- Busca no *Google Trends*, aplicando-se os filtros “Brasil” e “notícias” (Gráfico 1) das palavras *impeachment* e Dilma e constatação de que o pico desse tipo de ocorrência coincide – em termos temporais (mês de abril) - com o pico de ocorrências do fenômeno investigado.
- Delimitação de seis datas, considerando o recorte temporal – correspondente aos maiores números de incidência do mercado antropomorfizado.
- Recorte do *corpus* de análise propriamente dito, com base nos critérios descritos acima, composto por seis datas e 54 ocorrências nos quais o fenômeno da antropomorfização do mercado se manifestou.

Tendo detalhado, portanto, os procedimentos metodológicos aos quais recorreremos para constituir o *corpus* de referência, fixar o recorte temporal a ser estudado, bem como delimitar o espaço de circulação, isto é, o jornal Folha de S. Paulo, para a coleta dos dados, passamos agora para a análise do material. Alertamos, no entanto, que não seguimos uma categorização muito esquemática em torno dos princípios teóricos; dito de outro modo, não subdividimos a análise segundo esta ou aquela categoria - por absoluta impossibilidade em compartimentalizar e incorrer em empobrecimento da discussão. Recordemos que Foucault sugere um afastamento

[...] de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos a possibilidade de descrever outras unidades, mas, dessa vez, por um conjunto de decisões controladas. Contanto que se definam claramente as condições, poderia ser legítimo constituir, a partir de relações corretamente descritas, conjuntos que não seriam arbitrários, mas que entretanto, teriam permanecido invisíveis. (FOUCAULT, 1987, p. 33).

Desse modo, o próximo capítulo compõe-se de duas seções: a primeira, com basicamente uma exposição do objeto de estudo; e, a segunda, mais extensa, com a análise do fenômeno da antropomorfização do mercado, materializado em excertos retirados da Folha de S. Paulo durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, à luz do aparato teórico-metodológico proposto e desenvolvido por Krieg-Planque, relacionando o *corpus* - como manda a AD de vertente enunciativo-discursiva - às coerções de ordem sócio-histórica que franqueou a emergência daqueles enunciados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

“[...] o pensamento age quando pensa, é porque ele é a única atividade que tem a força de modificar nossa compreensão do que é, de fato, um problema [...]”
(SAFATLE; VLADIMIR, 2012)

4.1 O objeto de análise

Apresentamos nosso objeto de estudo propriamente dito, composto, como apontado anteriormente, por 54 ocorrências, isto é, pelos parágrafos nos quais se manifestou a antropomorfização do mercado, selecionados conforme os critérios discutidos no capítulo 3. Optamos por transcrevê-los todos³⁰, incluindo um destaque visual nas passagens que, cremos, materializam linguisticamente o fenômeno que estamos investigando. A fim de organizar esta apresentação e referenciar a análise que se sucederá na outra seção, trazemos os excertos dispostos em seis blocos, com as datas nas quais ocorreram, além de um quadro resumo que antecede cada grupo.

19/12/2015		
Caderno	Nº de ocorrências da palavra mercado(s)	Nº de ocorrências com antropomorfização
Capa	1	1
Opinião	2	1
Poder	2	1
Mercado	16	8
Ilustrada	1	0
Total	22	11

- (1) Capa **Barbosa substitui Levy na Fazenda; Bolsa despenca**
Ministro que chefiava o Planejamento diz que manterá ajuste, mas **seu nome desagrada ao mercado**
- (2) Opinião Tudo somado, o que restará a Dilma se sobreviver ao *impeachment*? Assentar sua igreja sobre a rocha porosa de Renan **enquanto o mercado regurgita Barbosa?** Atiçar a crise no PMDB serve para marcar Temer como inconfiável, assim como abrir um cofre vazio pode criar ilusões, mas sugere um custo de Pirro ao Planalto.
- (3) Poder “Barbosa sempre foi o ‘plano A’. **Levy só serviu** como boi de piranha de um ajuste inviável e protelatório **para satisfazer o mercado.**”
Do Deputado Silvio Torres (PSDB-SP), secretário-geral do partido sobre a troca de Joaquim Levy por Nelson Barbosa no Ministério da Fazenda.

³⁰ O negrito nas transcrições indica os trechos que correspondem às manchetes; por isso também, nessas ocorrências, não há pontuação final.

- (4) Mercado **Barbosa assume Fazenda e diz que manterá ajuste fiscal**
Substituto de Levy desagrada ao mercado, pois é visto como alinhado ao pensamento de Dilma Rousseff
- (5) Mercado **Novo ministro diz que governo vai propor reformas para conter gastos**
Mercado financeiro reage com insegurança a (sic) escolha de economista tido como menos ortodoxo
- (6) Mercado O mercado reagiu mal à saída de Levy, que era visto como o nome de confiança do setor financeiro e empresarial. O dólar subiu e a Bolsa caiu (leia na pág. A22).
- (7) Mercado **Mercado recebe mal indicação e faz dólar encostar em R\$ 4**
Prejudicada pela tensão com a saída de Joaquim Levy da Fazenda, Bolsa atinge menor patamar desde 2009
- (8) Mercado Levy era visto pelos investidores como interlocutor do mercado financeiro no governo. O temor, agora, é que o setor e suas demandas deixem de ser considerados.
- (9) Mercado Para Alberto Ramos, economistas do Goldman Sachs, a renúncia de Levy é mal recebida pelo mercado pois, além de o país perder um “ministro talentoso”, sua saída pode sinalizar a volta de mudanças econômicas consideradas heterodoxas, como as adotadas por Dilma Rousseff no primeiro mandato.
- (10) Mercado “Isoladamente, o fato de o Levy sair já trouxe mau humor ao mercado”, diz Ricardo Kim, analista-chefe da XP Investimentos. Segundo ele, a percepção de investidores é que Barbosa, mais alinhado à Dilma, pode partir para uma agenda voltada à retomada do crescimento, enfraquecendo o ajuste fiscal.
- (11) Mercado BBC
Rede britânica destaca que o Brasil passa pela pior recessão dos últimos 25 anos, mas que a troca na Fazenda é uma notícia que desagradará ao mercado financeiro.

22/12/2015		
Caderno	Nº de ocorrências da palavra mercado(s)	Nº de ocorrências com antropomorfização
Capa	3	3
Mercado	18	7
Mercado Aberto	2	1
Esporte	1	0
Ilustrada	3	0
Total	27	11

- (12) Capa **Barbosa assume em meio a (sic) reação negativa dos mercados**
- (13) Capa A presidente Dilma deu posse em Brasília ao novo ministro da Fazenda buscando oferecer respostas ao mercado financeiro, que recebeu mal o nome de Nelson Barbosa (ex-Planejamento), substituto de Joaquim Levy.
- (14) Capa O dólar e a bolsa
Mercado reage mal ao novo ministro
- (15) Mercado **Mercado teme que Barbosa ceda a pressões**
- (16) Mercado Não obteve sucesso a investida do novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, para acalmar o mercado. No início da tarde, logo após a teleconferência do novo ministro com analistas e investidores, o dólar – comercial e à vista – chegou à máxima de R\$ 4,04.
- (17) Mercado O maior temor do mercado financeiro é que ele ceda a pressões para que a economia brasileira volte a crescer a qualquer custo.
- (18) Mercado Na avaliação de analistas, Barbosa ficará sempre sob suspeita, o que foi demonstrado nesta segunda pela reação do mercado à sua fala.
- (19) Mercado A inflação projetada pelo mercado para 2017 está se aproximando do topo da meta de 6% prevista pelo governo, apesar da recessão.
- (20) Mercado Para os economistas, as previsões para a inflação em 2017 refletem as expectativas negativas do mercado, que não acredita que o governo colocará as contas em ordem e teme os efeitos de um impeachment de Dilma.
- (21) Mercado O valor é considerado baixo no mercado financeiro, principalmente porque a companhia não gera bônus para seus executivos.
- (22) Mercado Aberto Um ministro aplaudido e prestigiado por seus ex-chefes e um substituto bem avaliado por empresários por sua habilidade política como requisito para enfrentar a crise econômica e superar as desconfianças do mercado.

18/03/2016		
Caderno	Nº de ocorrências da palavra mercado(s)	Nº de ocorrências com antropomorfização
Capa	1	0
Poder	1	0
Mundo	2	0
Mercado	27	13
Total	31	13

- (23) Mercado **Bolsa de SP tem maior alta em sete anos**
Mercado brasileiro eleva apostas em saída da presidente Dilma e lidera ganhos globais, com valorização de 6,6%
- (24)(25) Mercado O aprofundamento da crise política levou otimismo ao mercado financeiro, que aposta em um aumento das chances de afastamento da presidente Dilma Rousseff.
- (26) Mercado Desde a abertura dos negócios nesta quinta-feira (17), o mercado ficou eufórico. O otimismo foi uma reação à divulgação no dia anterior da conversa entre Dilma e o ex-presidente Lula que sugere tentativa de evitar eventual prisão dele com sua nomeação para Casa Civil.
- (27) Mercado **Impeachment é orgasmo do mercado, diz analista**
Rosenberg diz que investidores trabalham com probabilidade de 60% de saída de Dilma
- (28) Mercado Para ele, o investidor deve esperar um aceno mais concreto do mercado.
- (29) Mercado Folha – Como o mercado está reagindo às notícias do desenrolar da crise política?
- (30) Luiz Paulo Rosenberg – Dando como certo o impeachment, o mercado entra em orgasmos múltiplos. Mesmo com Lula, se o movimento for pela austeridade, já haverá o que comemorar. Mas, sem dúvida, a saída dela seria o nirvana neocapitalista.
- (31) Mercado Folha - Qual a probabilidade que o mercado hoje atribui ao impeachment?
Luiz Paulo Rosenberg – De 60%.
- (32) Mercado Folha – Houve alguma sinalização no discurso de Dilma, que deveria ser considerada pelo mercado?
- (33) Mercado Folha – Como o mercado reagiria à troca da equipe econômica, tanto do ministro Nelson Barbosa [Fazenda] como de Alexandre Tombini [presidente do Banco Central]?
Luiz Paulo Rosenberg – Depende de quem entrará. Se fossem dois nomes respeitadores da ortodoxia econômica, com alegria. Não há nenhuma estima especial pela dupla. Porém, se fossem dois desenvolvimentistas, o mercado colocaria o dólar a R\$ 5.

- (34) Mercado Mesmo empresários mais políticos abandonam Dilma; mercado faz apostas na hora da morte
- (35) Mercado Quando ele foi anunciado ministro, as ações do BB despencaram, porque o mercado entendeu que seria a ruína dos bancos estatais.

06/04/2016		
Caderno	Nº de ocorrências da palavra mercado(s)	Nº de ocorrências com antropomorfização
Capa	2	1
Editorial	2	1
Opinião	1	0
Mercado	23	5
Mercado Aberto	4	0
Ciência + Saúde	1	0
Ilustrada	6	0
Acontece	1	0
Total	40	7

- (36) **Capa** Mercado reavalia chance de afastar presidente
- (37) Editorial De um lado, o governo acena com a promessa de maior responsabilidade administrativa. Caso Dilma sobreviva ao impeachment, seria preparada nova edição da “Carta ao Povo Brasileiro”, que Lula divulgou em 2002 com vistas a tranquilizar os mercados.
- (38) Mercado Expectativa do mercado
Consultoria diminui probabilidade de impeachment, mas mantém expectativa de que mandato de Dilma não chega a 2018
- (39) Mercado Mercado vê impeachment menos provável, mas crê em saída de Dilma
Julgamento político mais complicado e possibilidade de nova eleição embolam previsões
- (40) Mercado “O mercado dava como certo o impeachment, mas o processo político para isso ainda não se concretizou”, diz o cientista político Rafael Cortez, da consultoria Tendências, referindo-se a indefinições políticas e jurídicas.
- (41)(42) Mercado O mercado vai se ajustar para baixo. Quem faz contrato de exportações para R\$ 35 a R\$ 36 por saca para agosto e setembro ainda terá ganho, mas os preços no porto de Paranaguá deverão recuar pelo menos R\$ 10 por saca nos próximos meses, segundo avaliações do mercado.

04/04/2016		
Caderno	Nº de ocorrências da palavra mercado(s)	Nº de ocorrências com antropomorfização
Editorial	2	0
Poder	2	0
Mundo	1	0
Mercado	19	4
Mercado Aberto	2	0
Cotidiano	2	0
Corrida	1	0
Ilustrada	2	2
Acontece	1	0
Total	33	6

- (43) Mercado Mercado de bom humor
Mesmo com atuação do BC, dólar comercial fechou em queda nesta quarta
- (44) Mercado Dados favoráveis da balança comercial chinesa contribuíram para o otimismo no mercado doméstico, ao diminuírem o temor de desaceleração brusca da segunda maior economia do mundo.
- (45) Mercado Folha – E, para os negócios, Temer já é suficiente? O investimento vai voltar? Christopher Vlavianos - Já é uma mudança de humor. Podemos separar a situação econômica e a política em determinados momentos. Mas hoje elas estão ancoradas. Logicamente, vai precisar de medidas efetivas que tenham resultado para as contas do país, mas essa mudança já é um paradigma de mudança de humor. A saída dela e a entrada dele têm a manifestação do mercado. Nas notícias pró-governo, a Bolsa cai e o dólar sobe. É claro que os fundamentos da economia têm que ser preservados, mas o humor do empresário e do consumidor é muito importante para a retomada do crescimento.
- (46) Mercado “Se não puder ser feito hoje, o ajuste será bem mais duro no futuro. Caso contrário, os mercados cuidarão disso e tudo será resolvido com inflação”, completou.
- (47) Ilustrada Na Agulha
A ideia já é discutida abertamente por senadores do PMDB que apoiam Michel Temer. A reforma nas aposentadorias seria útil para dar um “choque de confiança” no mercado.
- (48) Ilustrada Fila
A aprovação, que precisaria do voto de 308 deputados e depois do aval do Senado, mostraria que o vice tem apoio sólido no Congresso. E que poderia encaminhar outras mudanças que soam como música para o mercado financeiro, mas que enfrentam forte resistência de movimentos populares.

18/04/2016		
Caderno	Nº de ocorrências da palavra mercado(s)	Nº de ocorrências com antropomorfização
Editorial	1	1
Opinião	2	1
Painel do Leitor	1	0
Poder	3	3
Mercado Aberto	4	0
Folhainvest	5	1
MPME	1	0
Ilustrada	2	0
Acontece	1	0
Total	20	6

- (49) Editorial O FMI não sancionou expectativas pessimistas de nova recaída na recessão, temor que dominou os mercados no início do ano. Ou seja, se não há desempenho brilhante, tampouco se afirma que o mundo esteja na iminência de um colapso nos moldes de 2008.
- (50) Opinião Até lá, o mercado vai celebrar sua vitória. Isto mesmo, a votação de ontem foi como se fosse uma eleição indireta entre Dilma e Temer, vencida pelo peemedebista. O dólar deve cair, a Bolsa vai subir e haverá uma expectativa de melhoras no país.
- (51) Poder Na Fazenda, o nome preferido é do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga. Respeitado pelo mercado, ele traria o PSDB para o novo governo. Fraga seria ministro caso Aécio Neves tivesse vencido as eleições de 2014.
- (52) Poder “Financial Times”
Reino Unido
A queda de Dilma é desejada pelo setor econômico, afirmou, um possível governo de Michel Temer, “nome pouco conhecido pelos eleitores”, teria o apoio do mercado e da indústria, “dando a ele uma curta lua de mel para tentar reequilibrar as finanças públicas e introduzir reformas”
- (53) Poder Também conta reputação de Temer perante o mercado financeiro. Embora Wall Street não saiba ao certo o que esperar de seu governo, vislumbra-se uma guinada econômica benéfica ao ambiente de negócios.
- (54) Folhainvest Que tal parar de pagar juros e começar a receber juros? O mercado pune o consumidor que financia a fatura do cartão com juros absurdos. Quem mantém uma dívida de R\$ 10 mil no cartão por um ano paga cerca de R\$ 50 mil de juros. É isso mesmo! Com juros de 16% ao mês, praticado no mercado, esse é o tamanho da encrenca.

4.2 O que a observação oferece a nossos olhos?

O título desta seção remonta à Krieg-Planque (2011, p. 38) e ao princípio de que os analistas do discurso devemos observar aquilo que o *corpus* oferece aos olhos partindo sempre da realização material do fenômeno que estamos estudando, isto é, da *forma* na/pela qual o discurso se concretiza, em uma remissão à descrição da língua, da qual não podemos prescindir quando almejamos uma análise em AD que se queira articuladora de “espaços disjuntos” (MAINGUENEAU, 2015, p. 30). Não por acaso, valer-se do conceito de fórmula para a interpretação de quaisquer *corpora* implica, em uma de suas dimensões, reconhecer um ou mais itens lexicais com alguma estabilidade formal – o que responde pela propriedade da cristalização, segundo o modelo teórico e metodológico desenvolvido por Krieg-Planque.

Quando submetido a tal exame, nosso *corpus* permite apreender, parcialmente, tal qual antecipamos na seção 2.2.2, estruturas³¹ organizadas sob a forma de um sintagma nominal (SN) – que se decompõe em de um núcleo (N) mais um sintagma preposicionado (SP), posição ocupada pelo mercado. Isolamos essas sequências e as reunimos no quadro abaixo para análise.

Quadro 7 – Fenômeno da antropomorfização do mercado materializado em estruturas do tipo SN = N + SP.

SN = N	- interlocutor (8) - reação (12) (18) - temor (17) - expectativas (20) (38) - desconfianças (22) - orgasmo (27) - aceno (28) - avaliações (42) - manifestação (45) - apoio (52)	+	SP	do mercado
--------	--	---	----	------------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

³¹ Ao comentar sobre a capacidade de “apreender o que a observação oferece a nossos olhos”, Krieg-Planque (2011, p. 38) afirma que o analista do discurso deve saber “o que está acontecendo na Linguística e [...] que vias existem e podem ser emprestadas.” Assim sendo, a fim de descrever formalmente nossos dados, *tomamos emprestadas* as categorias de descrição da língua formuladas segundo a *gramática gerativa*, “que fornece os meios de dizer se uma sequência de palavras está em conformidade com o sistema gramatical dessa língua, isto é, se é gramatical ou agramatical”, noções que se relacionam às regras de estruturação das frases (SOUZA-E-SILVA; KOCH, 2009, p. 31).

De imediato, esse conjunto revela e exemplifica muito bem o que pretendemos circunscrever como o fenômeno discursivo da antropomorfização do mercado. Observemos que as estruturas do tipo $SN = N + SP$ revelam a variedade de atributos humanos dos quais pode se investir o mercado. Os diferentes SNs empregados (reação, desconfiar, manifestação etc.) dão a medida das diversas atitudes atreladas ao SP (do mercado). Em realidade, trata-se de um SPA já que ocorre no interior de um SN e desempenha o papel de adjunto; nesse sentido, é interessante constatar que esse tipo de sintagma “modifica nomes intransitivos, isto é, de carga semântica completa, geralmente concretos, diminuindo-lhes a extensão para *aumentar-lhes a compreensão pelo acréscimo de uma caracterização, especificação, delimitação etc.*” (SOUZA-E-SILVA; KOCH, 2009, p. 22, grifos nossos). Essa descrição se aplica ao que vemos materializado naquelas sequências; a antropomorfização é exatamente uma *caracterização* – ou um uso particular, para remeter ao conceito de fórmula - que se faz do mercado, ampliando seu(s) sentido(s). Ao recortarmos os dados, buscamos reconhecer alguma marca linguística que oferecesse pistas dessa *caracterização*, ou seja, que alçasse o mercado à condição de ser humano; não se pode deixar de relacionar os atos de avaliar, manifestar, projetar e acreditar, por exemplo, ou os sentimentos de mau humor, temor e otimismo a experiências *humanas*. Assim sendo, nos deparamos com diferentes sequências que comungavam de um mesmo princípio, ou *temática* (MIQUELETTI, 2009, p. 20): os temas que ligados à antropomorfização do mercado *caracterizam* um certo lugar discursivo.

À semelhança de Miqueletti – que buscou um léxico caracterizador, ou uma temática que acenasse para a mutação da política – também procuramos, como *interpretantes razoáveis* (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 30) de nosso *corpus*, distinguir, na singularidade de cada formulação, o fenômeno da antropomorfização do mercado. Obrigamo-nos a identificar um uso muito particular que se fez do item lexical mercado, qual seja, aquele que o antropomorfiza. Em “interlocutor do mercado”, por exemplo, a plausibilidade desse tipo de ocorrência só existe porque se pressupõe a habilidade do mercado em falar, afinal, apenas em uma situação de comunicação é possível haver um interlocutor. Por sinal, a figura que carregava tal “título”, capaz de traduzir ou construir uma interlocução sobre os anseios e as expectativas do mercado, era o ministro Joaquim Levy; por isso, a nomeação de Nelson Barbosa, causará a “reação” e “temor” no mercado. Retomaremos esse “embate” entre os ministros e suas respectivas orientações econômicas, pois são vastos os enunciados que aludem à essa substituição, sem dúvida um marco na sequência de fatos que compõem a história do *impeachment*.

Voltando à descrição formal de nosso *corpus*, propomos expandirmo-nos um pouco em relação às construções do tipo $SN = N + SP$ observadas no Quadro 7 e registrar a repetição de

enunciados formados por um sintagma verbal (SV) seguido de mercado na função de SN ou SP. Aproximadamente 19% das ocorrências se estruturam em um SV que se desdobra em V + (SN) + **SP** ou em V + **SN**, conforme demonstramos no quadro seguinte.

Quadro 8 –Enunciados que coincidem em sua descrição formal, organizados a partir de três estruturas nas quais se desdobra um SV³².

$SV = V + \mathbf{SP}$	
$\downarrow$	
<i>mercado</i>	
seu nome (de Barbosa) <i>desagrada ao mercado</i>	(1)
substituto de Levy <i>desagrada ao mercado</i>	(4)
a troca na Fazenda é uma notícia que <i>desagradará ao mercado</i>	(11)
$SV = V + SN + \mathbf{SP}$	
$\downarrow$	
<i>mercado</i>	
o fato de Levy sair já <i>trouxe mau humor ao mercado</i>	(10)
o aprofundamento da crise... <i>levou otimismo ao mercado</i>	(24)
A reforma... para <i>dar um choque de confiança no mercado</i>	(47)
$SV = V + \mathbf{SN}$	
$\downarrow$	
<i>mercado</i>	
Carta... que Lula divulgou... com vistas a <i>tranquilizar os mercados</i>	(37)
expectativas de nova... recessão, temor que <i>dominou os mercados</i>	(49)
Levy só serviu... para <i>satisfazer o mercado</i>	(3)
a investida do novo ministro... para <i>acalmar o mercado</i>	(16)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Nesses casos, mercado ocupa a posição de um SP ou um SN no interior de um SV cujo verbo é transitivo, ou seja, de predicação incompleta; por isso, as ações ali descritas só adquirem sentido quando aliadas a seu complemento verbal, o mercado, tornando-o o alvo sobre o qual recai o verbo. A partir dessas construções, depreendemos que o mercado é aquele sobre o qual incide a ação, podendo, por conseguinte, ser o alvo de algo negativo, que o desagrada, ou necessitando ser acalmado, satisfeito e tranquilizado. Já os enunciados que integram o segundo

³² Demonstramos algumas das possibilidades de constituição de um SV, o que não significa que ele se restrinja a elas. Para isso, ver: SOUZA-E-SILVA; KOCH. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 2009.

bloco, de estrutura $SV = V + (SN) + \mathbf{SP}$ apresentam o mercado como o *beneficiário* do processo verbal, daí que lhe seja provido um “choque de confiança”, ou impingidos os sentimentos de otimismo e mau humor.

Era, portanto, “o” mercado - este signo tão presumidamente sabido, mas tão abstratamente identificável³³ - e suas reações, avaliações, temores, expectativas etc. - e não a sociedade, as empresas, os partidos, ou qualquer outro locutor coletivo³⁴ – que pareciam ter se tornado uma das *passagens obrigatórias do debate*; era o mercado que reagia, aprovando ou desaprovando os fatos relacionados ao *impeachment*. Seria possível indagar, afinal, quem é o mercado, esse ser entronizado pela aura da ciência econômica e feito senhor de opiniões, emoções e atitudes, em um cenário de tamanha importância política e histórica para o país? Tomando de empréstimo a indagação de Foucault acerca das unidades do discurso (1987, p. 32), “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”

Buscar responder a esta e a outras perguntas com base na noção de fórmula, conforme desenvolvida por Krieg-Planque, não nos conduziria a qualquer apaziguamento da questão. Isso porque, como procuramos demonstrar em nossa fundamentação teórica, tratam-se de princípios que governam uma teoria heurística, inscrita em um *continuum*. Sabemos que a autora enquadra no regime formulaico sequências que exibem uma certa cristalização do ponto de vista de sua forma, mas que dependem, também, de uma dimensão discursiva, isto é, dos usos particulares que se fazem de um ou mais vocábulos. Em nosso caso, acreditamos que a antropomorfização do mercado só se realiza no/pelo discurso, respondendo, não por uma forma nova, mas por uma utilização específica que se faz dela. Dito de outro modo, nos vemos autorizados a aproximar a antropomorfização do mercado a uma dimensão discursiva – outra das propriedades constitutivas do regime formulaico; uma aproximação que se vê fundamentada pelo uso específico de determinadas associações léxico-sintáticas que se põem a circular materializadas em certos significantes – especialmente os de estrutura $SN = N + \mathbf{SP}$, $SV = V + (SN) + \mathbf{SP}$ e $SV = V + \mathbf{SN}$.

Além disso, Krieg-Planque pontua que uma sequência enquadrada no regime formulaico desempenha o papel de referente social, isto é, goza de certa notoriedade, se inscrevendo como algo partilhado no debate, presumidamente conhecido, tornando aquele índice algo já sabido.

³³ A exemplo de Krieg-Planque, Maingueneau (1997, p. 137) trabalha com o conceito de fórmula discursiva em uma vertente enunciativo-discursiva. Ao tratar de referente social, o autor elucida que todos os locutores *sabem* ou *pretendem saber* o que significa uma determinada fórmula, ainda que nem todos lhe atribuam o mesmo sentido.

³⁴ Maingueneau classifica como locutores coletivos as instituições do tipo clássico, isto é, os ministérios os conselhos de administração, as direções de empresas, os serviços, os partidos políticos, as associações de todos os tipos, bem como um “grupo conjuntural” (como as torcidas de futebol) e as marcas (como a *Apple*). Cf. MAINGUENEAU, 2015.

A suposição de que os interlocutores partilham um certo conhecimento acerca de um significante se manifesta quando há, por exemplo, um artigo definido, como em “a globalização”, o que também observamos em nosso *corpus*; o item lexical mercado está sempre acompanhado de um determinante, seja do artigo definido em sua forma simples “o” mercado (2) (3) (6) (16) (25) (28) (29) (31) como em sua forma combinada, com uma preposição: “ao” (1) (4) (10) (11) (13) (24), “do” (8) (17) (18) (20) (22) (27) (28) (38) (42) (45) (52), “dos” (12), “pelo” (9) (19) (32) (51), “no” (21) (44) (47) mercado.

Assumimos que a recorrência do artigo definido indica um certo *lugar-comum*, um índice cujo conhecimento por parte da comunidade é pressuposto, ao mesmo tempo em que se veem dirigidos para um mesmo significante (mercado), significados tão díspares e etéreos – como discutimos na seção 2.2.4. Em suma, para quem aponta o referente mercado? Qual é seu valor *de re*? Dito de outro modo, a que ou a quem mercado alude? Aos grandes acionistas, ao Comitê de Política Monetária (Copom), ao diretor do Banco Central, aos altos executivos dos grandes bancos e empresas multinacionais, ao FMI, a uma parcela da sociedade, ao capital especulativo? Será que mercado se refere a todos eles, ou a nenhum deles? Sobre isso, vale mencionar o que defende Francisco de Oliveira:

O Banco Central praticamente não presta contas a ninguém, a nenhuma instância da representação popular ou federativa; está, na prática, autonomizado, pois o próprio Ministro da Fazenda comparece ao Copom – que é a instância que decide sobre a taxa de juros básica – em igualdade de condições com os demais membros. Opera o Banco Central por meio de consultas com *experts* do mercado financeiro, principalmente altos executivos dos grandes bancos, e desse círculo estreito estão excluídos quaisquer outros cidadãos, individualmente ou em representação de classes. (OLIVEIRA, 2007, p. 290-291).

Interessante observar que Maingueneau, ao discutir o conceito de posicionamento discursivo, descreve a figura do Estado que - a nosso ver, também constituiria um significante inserido no terreno do “já conhecido”, ainda que não se possa alcançá-lo concretamente (que “figura” ou ator social constitui o Estado? Quem é o Estado?) – e afirma que “de fato, pode-se perguntar qual é a ideia segundo a qual existiria um desígnio claro e homogêneo do Estado, que se manifestaria por meio de produções discursivas muito diversas durante certo período.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 85).

Exploremos o lugar de soberania ocupado pelo mercado, a partir do conceito de *entidade*, termo usado por alguns autores aos quais nos referenciamos anteriormente, como Weil, que reputa ao universo político um espaço povoado por entidades e absolutos; ou Oliveira,

cuja discussão acerca das forças de mercado gira mais em torno do âmbito sócio-político; ou ainda Maingueneau que, sob a ótica da AD, toma o conceito, não como uma realidade fora da linguagem, mas passível de ser apreendido por meio de um funcionamento discursivo. Como vimos, o autor francês aponta que a noção de entidade opera como uma via de acesso à apreensão de um funcionamento discursivo, tal que caberia indagar se podemos apreender o mercado como uma entidade, quando regido pelo fenômeno discursivo da antropomorfização do mercado.

A impossibilidade de se circunscrever um mesmo referente a um único significado, no caso desta pesquisa, a dispersão de sentidos observada em torno do item lexical “mercado” como uma entidade parece estar contida, abarcada, encerrada no pressuposto de que estamos tratando de/com uma figura conhecida, notória, a quem o direito de enunciar é garantido, discursivamente. É possível que a antropomorfização do mercado operada pelo/no discurso reforce sua inscrição no terreno do já conhecido. Afinal, parece lugar-comum a circulação de enunciados como “um ministro... para superar as desconfianças do mercado” (22), ou “o mercado ficou eufórico” (26), ou “o mercado entendeu que seria a ruína dos bancos estatais” (35), ou “[...] o nome preferido é do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga. Respeitado pelo mercado [...]” (51). Não estão estes enunciados que constroem o mercado como um ator social capaz de enunciar, agir, reagir e expressar suas emoções remetendo a um mundo supostamente conhecido? Parece-nos que é exatamente porque o fenômeno discursivo da antropomorfização do mercado constitui um referente social que nosso *corpus* existe, isto é, que enunciados como aqueles sejam possíveis, produzidos e aceitos, porque se referem a um entendimento supostamente partilhado.

Ainda que não seja possível especificar quem se abriga sob o referente mercado, todos parecem saber quem ele é, dada a recorrência com que é assim tratado e a forma “natural” com que interpretamos construções que o antropomorfizam; talvez estejamos diante de uma abstração cristalizada que não pode se relacionar com coisa concreta, um absoluto que povoa nosso universo político (WEIL, 1937 APUD REY, 2007, p. 367). Dialética e discursivamente, o mercado é construído como um sujeito, mas não se restringe a uma única figura conhecível, real, palpável. Como aponta Valim (2017, p. 33), “a esta altura já é possível entrever quem é o *verdadeiro* soberano. Quem decide sobre a exceção atualmente é o chamado ‘mercado’, em nome de uma elite invisível e ilocalizável; é dizer, *o soberano na contemporaneidade é o mercado.*”

O ocultamento ou mascaramento dos reais agentes econômicos – simbolizados na capa da Revista Carta Capital (Figura 2) por meio de figuras humanas sem rosto, e sem identidade,

portanto - tem alguma razão de ser que, acreditamos, pode ser explicada como um elemento da retórica neoliberal - que subordina a política à economia. Em grande medida porque está inserido no Neoliberalismo, o processo de *impeachment* fez incidir na materialidade linguística o fenômeno discursivo da antropomorfização do mercado - o “discurso único do mercado” (SANTOS, 2000, p. 60). É provável que o funcionamento discursivo que alça o mercado à uma condição divinizante e soberana passe por sua antropomorfização (ou humanização). Recuemos à imagem (neo)liberal da *mão invisível* do mercado. Trata-se de uma mão, possivelmente humana, situada em um plano *não* visível à percepção humana, algo divino, um certo mito, cuja definição, oferecida por Rey, merece ser lembrada; uma palavra que só se perpetua

por meio de um poderoso reforço retórico ou discursivo, um acréscimo de sentido que parece ser indefinidamente possível [...] O impossível encontra assim, frequentemente, figuras consistentes, consegue ser – graças a certas modalidades do discurso, através de uma certa indeterminação. (REY, 2007, p. 364).

Ao ocupar esse lugar, parece-nos válido supor que o mercado, indeterminado, divino e invisível, só agirá com sua mão (humana) se confrontado “debaixo”, por algum plano “inferior”. Enquanto mito ou entidade, o mercado agiria, não de forma deliberada ou por vontade própria, mas por uma *reação*, porque fora instado a fazê-lo (o alvo sobre o qual recai uma ação). Assim comprovariam os diferentes empregos, em nosso *corpus*, do verbo reagir, no presente do indicativo em “mercado financeiro *reage* com insegurança” (5), no pretérito perfeito em “O mercado *reagiu* mal à saída de Levy” (6), no futuro do pretérito em “Como o mercado *reagiria* à troca da equipe econômica” (31) e no gerúndio em “Como o mercado está *reagindo* às notícias do desenrolar da crise política?” (28).

Segundo Maingueneau, as marcas de presente, passado e futuro acrescentadas ao radical dos verbos devem ser caracterizadas, antes, como *dêiticos temporais*, pois indicam a que plano de enunciação um excerto pertence: ao embreado, ou ao não embreado. O primeiro, de acordo com o autor, trata de enunciados ancorados na situação de enunciação e, o segundo, daqueles que rompem com ela e existem em absoluto, ou seja, neles o presente é sempre verdadeiro - não se opõe ao passado, tampouco ao futuro. Todas as ocorrências que destacamos com as diferentes marcas de tempo exibidas pelo verbo *reagir* remetem ao momento da enunciação e se situam, portanto, no plano embreado. Isso significa que em “o mercado *reage* com insegurança” (5), o presente é dêitico, pois só é verdadeiro no momento em que é enunciado. Da mesma forma, em “como o mercado *reagiria* à troca da equipe econômica” depreendemos

que, no momento da enunciação, a equipe econômica ainda não havia sido substituída, mas poderia vir a ser. Dito de outro modo, a referência temporal é construída com base no momento da enunciação e não em elementos do cotexto. Além disso, *apreciações* como “reage com insegurança” e “reagiu mal” também apontam para o plano embreado. Em resumo, esse tipo de embreagem remete nossos enunciados diretamente à suas respectivas situações de enunciação e, por isso, pressupõem a existência de um enunciador, um coenunciador, um momento e um lugar da enunciação. Nesse caso, devemos observar que “o referente é identificado em relação ao *ambiente espaçotemporal de cada enunciação particular onde ele se encontra*. ” (MAINGUENEAU, 2013, p. 131).

Até aqui, discutimos como o referente mercado, quando tomado no interior do fenômeno discursivo da antropomorfização - parece ter se tornado algo partilhado no debate, inserido em situações de enunciação específicas – cobrindo, portanto, outra das propriedades atribuídas por Krieg-Planque às fórmulas: o fato de se constituírem como um referente social. Mostramos que o fenômeno da antropomorfização do mercado se materializa, preferencialmente em um SP no interior de um SN, levando a uma *caracterização* do mercado como ser humano; ou em um SP ou SN no interior de um SV, colocando o mercado ora como alvo de diferentes ações, ora como beneficiário de qualidades ou sentimentos humanos. Sugerimos também abarcar o fenômeno investigado em sua dimensão discursiva, uma vez que ele responde por um uso muito específico de sequências, aquelas que revelam a “transmutação” do mercado em ator social. Ademais, procuramos demonstrar como esse fenômeno discursivo funciona como um referente social na medida em que ocorre, por exemplo, muito constantemente acompanhado do artigo definido o - índice de sua inscrição no terreno do “já sabido”, uma notoriedade que supõe algo de partilhado; não com um significado unívoco, todavia. Finalmente, atestamos um certo *processo de aceitabilidade* pela circulação de um significante (mercado) que apesar de possuir uma carga semântica completa, tem valor *de re* incerto quando submetido à manobra discursiva que o antropomorfiza. Recordemos que Krieg-Planque (2010, p. 47) reputa à polissemia de um significante uma pista para rastrear a aceitabilidade engendrada por ele.

O aspecto fantasmático ou a inconsistência do referente são observados por Krieg-Planque como característicos de (uma) polêmica instaurada por fórmula(s): “[...] a expressão começa a se constituir como fórmula, isto é, a ser uma unidade que significa alguma coisa para todos, ao mesmo tempo que se torna objeto de polêmicas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 52). Se a antropomorfização do mercado funciona por meio do regime formulaico (ainda) não podemos afirmar; mas é enigmático que tenha circulado em um momento da história brasileira

mercado por tanta controvérsia, um período balizado por antagonismos (POSSENTI, 2016, p. 1090) e intenso debate público, forjando, não à toa, muitas pequenas frases, como tratamos na seção 1.2. Foi nesse cenário que se configurou o *impeachment*: de um lado, em meio às reações do mercado (humanizado pelo discurso) e, de outro, a acontecimentos econômicos tidos como catastróficos. O debate acerca da destituição da presidenta girou em torno quase que exclusivamente da economia. Difundiu-se um certo “terrorismo econômico” (PAULANI, 2016, p. 73), no qual o mercado se tornou um ator social, ativo e decisivo na configuração do quadro sócio-histórico. Assim não o fosse, ele “não demandaria respostas” por parte da presidenta, como se vê em “... Dilma deu posse em Brasília ao novo ministro da Fazenda buscando oferecer respostas ao mercado financeiro” (13).

Para reforçar a importância do mercado como ator social nesse cenário, lembremos que ele precisa ser acalmado (16) e tranquilizado (37). Fazer circular o registro de seu(s) estado(s) de temperamento parece ser de grande relevância. Notamos que toda a flutuação de pensamentos e humores do mercado apreendida em nossos dados pode ser enquadrada a partir de dois vieses: um que o atrela a diferentes sentimentos, com base em uma perspectiva mais “sensível”; e outro que faz dele sujeito de ações humanas, em certa medida, mais técnicas ou racionais, tomando-o de uma perspectiva mais pragmática, portanto. Essa dupla caracterização mostraria, por exemplo, um mercado *contrariado* devido à troca de ministros, e *satisfeito* com a possível - à época - destituição de Rousseff. Sob um prisma objetivo o mercado ainda *avaliaria*, *se ajustaria*, *projetaria* e *consideraria* fatos e nomes. Fizemos convergir, na sequência, a totalidade de nossos enunciados com base nessas duas tendências, uma identificando o que *sente* o mercado, e a outra revelando como ele *raciocina*.

Quadro 9 – Agrupamento de todos os enunciados do *corpus* em torno de sentimentos e formas de raciocínio identificados com o mercado.

A sensibilidade do mercado	
Contrariedade / Mau humor	
(1)	“seu nome desagradou ao mercado”
(2)	“o mercado regurgita Barbosa”
(4)	“substituto de Levy desagradou ao mercado”
(6)	“o mercado reagiu mal à saída de Levy”
(7)	“mercado recebe mal indicação”
(9)	“a renúncia de Levy é mal recebida pelo mercado”
(10)	“o fato de o Levy sair já trouxe mau humor ao mercado”
(11)	“a troca na Fazenda é uma notícia que desagradará ao mercado financeiro”
(12)	“Barbosa assume em meio a (sic) reação negativa dos mercados”
(13)	“mercado financeiro, que recebeu mal o nome de Nelson Barbosa”
(14)	“mercado reage mal ao novo ministro”
(18)	“Barbosa ficará [...] sob suspeita, o que foi demonstrado [...] pela reação do mercado à sua fala”
(29)	“como o mercado está reagindo às notícias”
(33)	“como o mercado reagiria à troca da equipe econômica...”
(54)	“o mercado pune o consumidor que financia a fatura do cartão”
Insegurança / Temor	
(5)	“mercado financeiro reage com insegurança”
(15)	“mercado teme que Barbosa ceda a pressões”
(16)	“não obteve sucesso a investida do novo ministro [...], para acalmar o mercado”
(17)	“o maior temor do mercado financeiro é que ele ceda a pressões”
(20)	“...mercado, que [...] teme os efeitos de um impeachment de Dilma”
(22)	“um ministro [...] para enfrentar a crise econômica e superar as desconfiças do mercado”
(37)	“com vistas a tranquilizar os mercados”
(47)	“a reforma nas aposentadorias seria útil para dar um ‘choque de confiança’ no mercado”
(49)	“expectativas pessimistas de nova recaída na recessão, temor que dominou os mercados”
Satisfação / Euforia	
(3)	“Levy só serviu [...] para satisfazer o mercado”
(24)	“o aprofundamento da crise que política que levou otimismo ao mercado financeiro”
(26)	“o mercado ficou eufórico”
(27)	“impeachment é orgasmo do mercado”
(30)	“o mercado entra em orgasmos múltiplos”
(43)	“mercado de bom humor”
(44)	“o otimismo no mercado doméstico”
(48)	“outras mudanças que soam como música para o mercado financeiro”
(50)	“o mercado vai celebrar sua vitória”

O pragmatismo do mercado

Suposição

- (19) “a inflação projetada pelo mercado para 2017”
- (21) “o valor é considerado baixo no mercado financeiro”
- (23) “mercado brasileiro eleva apostas em saída da presidente Dilma”
- (25) “... mercado financeiro, que aposta em um aumento das chances de afastamento da presidente”
- (31) “qual a probabilidade que o mercado hoje atribui ao impeachment?”
- (32) “houve alguma sinalização no discurso de Dilma, que deveria ser considerada pelo mercado?”
- (34) “mercado faz apostas na hora da morte”
- (36) “mercado reavalia chance de afastar presidente”
- (38) “expectativa do mercado”
- (39) “mercado vê impeachment menos provável, mas crê em saída de Dilma”
- (40) “o mercado dava como certo o impeachment”
- (42) “segundo avaliações do mercado”

Convicção

- (20) “mercado, que não acredita que o governo colocará as contas em ordem”
- (35) “o mercado entendeu que seria a ruína dos bancos estatais”
- (41) “o mercado vai se ajustar para baixo”
- (45) “a saída dela e a entrada dele têm a manifestação do mercado”
- (46) “... o ajuste será bem mais duro no futuro. Caso contrário, os mercados cuidarão disso”
- (51) “na Fazenda, o nome preferido é [...] Armínio Fraga. Respeitado pelo mercado”
- (52) “um possível governo de Michel Temer, [...] teria o apoio do mercado”

Interlocução

- (8) “Levy era visto pelos investidores como interlocutor do mercado financeiro”
 - (28) “o investidor deve esperar um aceno mais concreto do mercado”
 - (53) “também conta reputação de Temer perante o mercado financeiro”
-

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017

Observemos que o primeiro agrupamento evidencia tanto a contrariedade e o mau humor do mercado com a troca de ministros na Economia, como sua insegurança, temor, medo e desconfiança decorrentes da possibilidade de recaída na economia. Já em relação à possibilidade de afastamento da presidenta, o mercado se mostra otimista, satisfeito e eufórico, antropomorfizado a um paroxismo tal que lhe é facultado inclusive um prazer sexual: “o impeachment é orgasmo do mercado” (26).

O segundo agrupamento, em seu turno, apoia-se muito na grade semântica da qual se serve o campo econômico, reproduzida no escopo das práticas jornalísticas por meio de um léxico bastante relacionado à especulação e à aposta. Percebemo-nos diante de um balcão de negociação, com avaliação de chances e probabilismos. Deslocando-se de um *lugar* que apenas atribui probabilidade e reavalia chances, a outro que “eleva apostas” (23) e dá como certo o

impeachment (40), o mercado adere à deposição de Rousseff, calculando e recalculando, literal e discursivamente, a probabilidade de que viesse a se consumir. Retomando Possenti e as duas posições básicas e antagônicas vistas no Brasil a partir da eleição presidencial de 2014 até os dias atuais, podemos afirmar que o mercado se posicionou em prol do *impeachment* e contrário, portanto, à visão de que se sucedeu um golpe de Estado no país.

A concepção de que os sentidos são historicamente construídos é central em AD. Uma vez mais, vale lembrar que o contexto sócio-histórico não pode ser apartado do discurso; ao contrário, aquele é parte constitutiva deste. Em termos metodológicos, o parâmetro temporal que usamos para realizar os recortes de/em nosso objeto de estudo foi o processo de *impeachment*. Constatamos, no entanto, que além de ter balizado o recorte dos dados, tal processo serviu como chave para a análise, já que constituía o pano de fundo de todos - à exceção de cinco³⁵ - os enunciados³⁶ de nosso *corpus*. Sendo assim, a manobra discursiva que antropomorfiza o mercado tem, em nossa análise, inextrincável relação com um dado momento histórico, como pretendemos ter demonstrado até aqui. É por isso que afirmamos anteriormente que esta pesquisa nos encaminhou a um aprofundamento da discussão acerca das condições que compuseram o entorno social e histórico que estudamos, ou seja, fomos levados a nos debruçar sobre o contexto (sócio-histórico) que possibilitou, a nosso ver, a emergência e a ocorrência de um determinado fenômeno discursivo.

Tomemos como exemplo, novamente, a troca de ministros, acontecimento que provocou muita reação por parte do mercado. Em 19 de dezembro de 2016, Nelson Barbosa, então responsável pelo Ministério do Planejamento, assumiu a economia, no lugar de Joaquim Levy. A posse do novo ministro ocorreu em 22 de dezembro de 2016. Estas foram exatamente as duas, das três datas, nas quais observamos maior incidência da antropomorfização do mercado em nosso material.

Ou seja, de 3 de dezembro de 2015 a 1 de setembro de 2016 - que corresponde a nosso recorte temporal inteiro - 19 e 22 de dezembro de 2015 foram duas, das três datas que apresentaram mais ocorrências com o fenômeno da antropomorfização do mercado no período estudado. É flagrante a rejeição do mercado a Nelson Barbosa, um ministro heterodoxo, em termos da linha econômica que segue, como já comentamos. No Capítulo 2, apontamos que a diferença entre a heterodoxia, seguida por Barbosa, e a ortodoxia, à qual pertencia Joaquim Levy, reside, em linhas gerais, na aceitação ou refutação da intervenção estatal na economia.

³⁵ Os enunciados que não fazem referência ao *impeachment* são: (21), (35), (41), (46) e (54).

³⁶ Os parágrafos completos que contêm cada enunciado do corpus de referência estão disponíveis no *Apêndice I* (em mídia eletrônica).

Os ortodoxos acreditam que o Estado não deve interferir na economia, pois ela teria a capacidade de se autorregular. Já os heterodoxos admitem alguma interferência por parte do Estado nas diretrizes econômicas, pois atribuem a ele o papel de indutor do crescimento econômico.

Esses posicionamentos em torno das duas correntes econômicas são novamente revelados em nossos dados quando lemos que: Barbosa [...] é visto como alinhado ao pensamento de Dilma Rousseff” (4); o “mercado financeiro reage com insegurança a (sic) escolha de economista tido como menos ortodoxo” (5); Levy “era visto como o nome de confiança do setor financeiro” (6), “um interlocutor do mercado financeiro” (8), “um ministro talentoso” (9), “bem avaliado por empresários” (22), enquanto Barbosa estava “sob suspeita” (18), um “economista tido como menos ortodoxo” (5), que poderia ceder “a pressões” (17).

O mercado, quando tomado pelo fenômeno discursivo que o antropomorfiza, demonstrou desconfiança, temor e contrariedade em relação à substituição no comando de uma área tão significativa – considerando que a Economia se transformou em uma espécie de ciência suprema, com um viés divinizante e inquestionável - como discutimos na seção 1.3. A contrariedade manifestada pelo mercado é amplificada pela construção de um cenário econômico desastroso, reduzindo o fracasso econômico unicamente ao mau desempenho da Bolsa de Valores e à alta cotação do dólar. “Bolsa despenca” (1); “O dólar subiu e a Bolsa caiu” (6); “Bolsa atinge menor patamar desde 2009” (7); “pior recessão dos últimos 25 anos” (11); “o dólar [...] chegou à máxima de R\$ 4,04” (16); “a inflação [...] está se aproximando do topo da meta” (19).

Acreditamos, por isso, que a análise que estamos empreendendo da materialidade linguística pode revelar o *lugar discursivo* ocupado pelo ator social mercado, enquanto aquele que enuncia “inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras”, conforme mencionamos no início do capítulo 2. Partindo da noção de fórmula, acreditamos ter reconhecido um certo lugar discursivo ocupado pelo mercado, revelando os diferentes posicionamentos que ele assumia em função da maneira como estava configurado o quadro sócio-histórico. Apoiamo-nos, enfim, na explicação de Krieg-Planque de que:

[...] os lugares discursivos constituem uma escolha teórica e de método por parte do pesquisador. Quero dizer com isso que, se os lugares discursivos existem, é também porque o pesquisador escolhe considerá-los como fatos esclarecedores. (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 22).

Nesse sentido, entendemos que o processo de *impeachment* foi regido muito fortemente pelas oscilações de humor do mercado; em outras palavras, parece-nos evidente que, o mercado, constituído como um ator social por meio de sua antropomorfização, fenômeno que estamos apreendendo como discursivo – ocupou um lugar discursivo decisivo e decisório na configuração de um certo arranjo sócio-histórico, *esclarecedor* de sua inserção em uma lógica neoliberal, posicionando-se a favor da destituição de Dilma Rousseff, levada a cabo, segundo Paulani, porque a presidenta não foi capaz de acomodar o paradoxo constituído por uma agenda que pregava a desregulamentação em oposição ao aumento da importância do Estado na aplicação de políticas que alteraram a distribuição de renda e ampliaram o acesso a direitos sociais.

Assim como Possenti - para quem a recessão econômica foi fator determinante no processo de *impeachment* – a autora chama a atenção para a queda na economia e o aumento do desemprego:

[...] a segunda gestão de Dilma [...] começou sob a égide da política de austeridade, comandada por um prócer do mercado financeiro. Esse novo e fatal erro derrubou de vez a economia (o ano de 2015 fechou com queda de 3,8% no PIB e enorme elevação do desemprego) e abriu espaço político para a contestação do segundo mandato da presidenta.” (PAULANI, 2016, p. 73).

A autora se refere ao Ministro da Economia, Joaquim Levy, cujo histórico passava por trabalhos junto ao FMI, Bancos Central e Bradesco como “prócer do mercado”. Tal qual vimos, no ministério que chefiou por menos de um ano, Levy implementou políticas de ajuste fiscal, e foi substituído no final de 2015, por Nelson Barbosa.

Tanto Possenti quanto Paulani conjecturam, assim, um quadro de contração econômica como responsável pela abertura de um espaço político que acabou por legitimar a contestação do segundo mandato da presidenta (PAULANI, 2016, p. 74). Retomando Ab’Saber (2015), Possenti (2016, p. 1076) relembra o “desembarque dos apoiadores poderosos do governo”, aludindo ao setor bancário que, em 2012, manifestara sua oposição à política de juros implementada pelo governo.

Nesse contexto, o lugar discursivo associado ao *mercado* foi, como estamos sustentando, de suma importância para a definição dos rumos que levaram à destituição de Rousseff. Krieg-Planque postula que um lugar discursivo registra o modo como nos situamos para proferir um discurso (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 22). Usando essa afirmação como esteira, entendemos que o modo como se situa o mercado ao proferir um discurso testemunha um lugar discursivo de objeção à Dilma e apoio ao *impeachment*, reafirmado pela alta

incidência – em cerca de 20% do material, ou 11 enunciados - dos prefixos *re*, como nos diferentes empregos do verbo reagir, e *des*, tal qual ocorre em *desagradar* e *desconfiança*. Com isso, (re)atestamos o *lugar discursivo* a partir do qual enuncia esse ator social, o mercado, a quem era dada voz no debate público; aquele cujas *reações* e *desconfianças* era importante notar. Significando, segundo o Houaiss³⁷, “oposição, rejeição, repulsa” e “oposição, negação, falta”, respectivamente as partículas *re* e *des* marcam um lugar no debate e rivalizam, em alguns momentos, com a exterioridade, opondo-se a ela – como o foi com a nomeação de Barbosa - e, em outros, colocando-se favoravelmente, quando, por exemplo, houve o “aprofundamento da crise política” (24).

Examinando a textualidade, vemos que não se trata de colocar o mercado “como se” ele pudesse ter aqueles sentimentos ou atitudes. A construção é direta e o mercado já é apresentado como sujeito; afinal, ao se antropomorfizar, ele forja, mais ou menos coerentemente, uma certa legitimidade para participar do debate público; um “direito” em enunciar a partir de um lugar discursivo absoluto, divino, sagrado. Vimos que, segundo Krieg-Planque (2010, p. 10), a fórmula “purificação étnica” funcionou como um *interpretante* para alguns atores sociais no contexto dos conflitos iugoslavos. Perguntamo-nos se a antropomorfização do mercado poderia igualmente funcionar como um *interpretante* para alguns atores sociais no contexto (micro) do *impeachment* de Dilma Rousseff, ou, no macro, do Neoliberalismo. Ou ainda, se o mercado antropomorfizado ocupou um lugar discursivo adepto à saída de Rousseff, como procuramos demonstrar, e amplamente favorável ao *impeachment* – consideramos que se trata de um fenômeno que testemunha um lugar discursivo *esclarecedor* - para retomar o termo de Krieg-Planque (2011, p. 23) – de um determinado contexto sócio-histórico.

É verdade que, munidos de um aparato que por ser (também) metodológico, acessamos um instrumental que “é parte prenhe de uma análise do discurso profundamente dependente dos estudos históricos e sociológicos” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 36). Por meio dele, pudemos fazer convergir uma parcela do *corpus* pelo critério da cristalização, descrevendo-o em torno de algumas sequências formalmente demarcáveis, como exige o modelo formulado pela autora; também é correta a constatação de que procuramos aproximar o fenômeno discursivo da antropomorfização do mercado de seu funcionamento como um referente social;

³⁷ RE. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#29>>. Acesso em 13 jan. 2018.

DE. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#30>>. Acesso em 13 jan. 2018.

finalmente, atestamos também que a circulação desse fenômeno transcorreu em um cenário de extrema polêmica; ainda assim, parece-nos mais apropriado enxergá-lo como um conjunto de *associações léxico-sintáticas*, conforme define Krieg-Planque, apontando para um determinado *lugar discursivo*. cremos, com isso, estar aderindo à uma concepção que se concretiza sob uma grande diversidade de silhuetas e figuras (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 22).

Ao comentar o conceito de lugar discursivo (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 23), a autora ressalta que os próprios locutores fazem um trabalho de “coloração” das zonas de cristalização, tomando emprestado certas materialidades para pôr em ordem, discursivamente, uma visão de mundo. Daí que nos parece lícito enquadrar nosso material por meio dessa categoria, classificando-o, tal qual já afirmamos, como associações léxico-sintáticas, do ponto de vista de sua forma, e “índices de historicidade” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 22), do ponto de vista de sua função.

Desprendidos, como afirmamos, da pretensão em identificar no *corpus* a existência de uma fórmula, e movidos pela apreensão de um fenômeno discursivo que exibia indícios relacionados a algumas das propriedades discutidas por Krieg-Planque em torno da noção de fórmula discursiva, entendida como uma categoria particular de lugar discursivo, recolhemos um material que convergiu menos para uma forma cristalizada prototípica, e mais para uma temática específica e conhecida, revelando sua inscrição discursiva e o funcionamento como referente social. Logo, se nos é permitido descrever a antropomorfização do mercado com base no quadro teórico e metodológico desenvolvido por Krieg-Planque, parece-nos lícito refletir, como acreditamos ter feito, sobre as relações de poder e de opinião envolvidas e organizadas por meio do(s) discurso(s). Restaria, em conclusão, perguntar a que(m) serve a antropomorfização do mercado, esse fenômeno tão discursivo, quanto político, já que em meio a um atribulado período sócio-histórico foi capaz de marcar tão habilmente o lugar discursivo do qual enunciava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, atenuamos parcialmente a curiosidade por apreender um fenômeno discursivo que espreita(va) tão de perto o escopo das práticas jornalísticas, com ocorrências nas quais o mercado era feito sujeito ou alvo de atributos humanos, transformado em um convincente, participativo e contundente ator social.

Um exame inicial dos dados fez emergir a hipótese de que nosso objeto de estudo exibia marcas relacionadas a certas propriedades, como um caráter cristalizado - dada a recorrência do termo mercado - e um componente discursivo, já que sua existência parecia se garantir somente pelo e no discurso. Iniciamos assim uma investigação sobre o fenômeno da *antropomorfização do mercado* focalizado via construto teórico e metodológico elaborado por Alice Krieg-Planque (2010) em torno da noção de fórmula discursiva: uma teoria gradual, fluida, weberiana, heurística, inscrita em um *continuum*, como classifica a própria autora que a forjou. Daí que um primeiro desafio se interpõe; o modelo desenvolvido por Krieg-Planque é teórico e metodológico e, como tal, carrega, por um lado, uma certa austeridade científica, já que se propõe a oferecer categorias de análise que possam ser empregadas metodologicamente conduzindo à constatação conceitual de que determinado material linguageiro é ou não passível de ser descrito como uma fórmula discursiva; e, de outro, traz todo um cabedal plástico quando prega, por exemplo, que seu destino é “ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos [...] determinado pelas práticas linguageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 14).

Não é sem razão, portanto, que o quadro criado por Krieg-Planque esteja disponível a analistas do discurso de tradição francesa, caracterizada por ser um espaço crítico, lugar de interrogação e experimentação (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 46). Em sua proposta mais canônica, a teoria criada pela autora francesa foi mobilizada por pesquisadores brasileiros a partir da análise de apenas um sintagma, como “golpe”, ou de uma sequência com um número reduzido de formas prototípicas, como “sistemas de ensino”, “sistemas apostilados”, ou “sistema apostilado de ensino”. No caso desta pesquisa, ainda que tenhamos reconhecido o caráter cristalizado do referente mercado, notamos que sua dimensão discursiva e o funcionamento como referente social só se permitem apreender no interior da manobra discursiva que o antropomorfiza, materializada em diferentes formas linguísticas e circunscritas, muito mais, por uma temática. Com efeito, o regime formulaico depende de uma realização material na/da língua, mas é somente pelo(s) uso(s) que se faz de um ou mais

vocábulos que a fórmula se viabiliza; de tal forma, indagamos se ele pode reger um fenômeno discursivo que se organiza formalmente ao redor de uma certa caracterização que se empreende de um referente, e não por meio de um número estável e reduzido de sintagmas. Acreditamos que a pergunta suscita, de um lado, a possível contribuição que nossa pesquisa pode promover, ao mesmo tempo em que revela o flanco aberto por ela e do qual podemos nos ocupar posteriormente. Trata-se exatamente de “[...] toda a reflexão suscitada pelo próprio fato de haver muitas variantes [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 36). Isto é, a busca por realizar a análise de um material diverso do ponto de vista formal a partir do conceito de fórmula tomado como uma categoria particular de lugar discursivo (KRIEG-PLANQUE, 2011), contemplando dados extraídos de um (único) jornal durante um período sócio-histórico (relativamente) curto; se, significa algum passo à frente, também abriga certa fragilidade porque não se apoiou em um *corpus* volumoso, que perpassa tipos variados de discurso, orais e escritos, empregado por diferentes comunidades discursivas, como sugere a autora (KRIEG-PLANQUE, 2010).

Se, enfim, a decisão por enquadrar determinados vocábulos como fórmulas discursivas passa, no limite, pelo reconhecimento – por parte de um interpretante razoável (Krieg-Planque, 2011) – de quatro propriedades constitutivas (a cristalização, o funcionamento como referente social, uma inscrição discursiva e a polemicidade) que se apresentam em magnitudes distintas e por isso só podem ser reconhecidas “na singularidade dos discursos, no caráter irreprodutível do interdiscurso em que vivo, como sujeito falante e interpretante” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 30), parece-nos que estão condizentes os resultados que atingimos com esta pesquisa.

Dessa forma, diante da pergunta que orientou nosso trabalho - *Como se constrói, discursivamente, o fenômeno da antropomorfização do mercado?* - acreditamos ter logrado oferecer uma resposta ao propor uma interpretação, dentro da AD de vertente enunciativo-discursiva, com base no conceito de fórmula tomada como uma categoria particular de lugar discursivo, reconhecendo que constituímos um *corpus* indissociável de sua dimensão discursiva e com marcas de seu funcionamento como um referente social, tal qual procuramos defender anteriormente. Além disso, encontramos eco na incorporação, empreendida por Krieg-Planque, de um conceito a outro (o de lugar discursivo ao de fórmula), pois com isso ela legitimou o caminho para que se trabalhasse com a “‘coloração’ das zonas de cristalização discursiva” (SCHEPENS, 2011, p. 22). Nesse sentido, entendemos que o fenômeno da antropomorfização do mercado é revelador de um lugar discursivo consistente e eficientemente marcado, dentro do contexto sócio-histórico no qual estava inserido. Dito de outro modo, se podemos afirmar que há um léxico caracterizador do lugar discursivo do qual se enuncia(va) a favor do *impeachment* e contrário à presidenta Dilma Rousseff, ele girou muito fortemente em torno das

falas, (re)ações, sentimentos e expectativas do mercado, em meio a um cenário de intensa ebulição social e ânimos alvoroçados, ao qual nós mesmas, como pesquisadoras, nos vimos submetidas.

Isso porque não pudemos nos valer da (esclarecedora) distância temporal e física do *corpus* e seu respectivo contexto sócio-histórico. A contextualização de nossa pesquisa foi inevitavelmente atravessada pelo caminhar concomitante da própria pesquisa(dora) ao frequentarmos, por exemplo, alguns eventos na PUC-SP que se dedicaram à discussão de fatos que culminaram com a deposição de Dilma Rousseff em 2016: comparecemos ao Salão do Livro Político, ocasião em que tivemos contato com Rafael Valim e seu livro *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* (2017) e participamos da *Jornada pela democracia: em defesa da aposentadoria*, na qual assistimos à exposição de Leda Maria Paulani. Concluindo, é provável que estejamos procurando admitir aquilo que é princípio da AD, e do qual não nos libertamos porque investidos do academicismo exigido pela escritura de uma dissertação de mestrado: qualquer enunciação é produzida por um sujeito heterogêneo - que não delibera sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer - mas que enuncia a partir de um lugar discursivo, inserido em um processo sócio-histórico que lhe faculta certas inserções e lhe rechaça outras.

REFERÊNCIAS

- ANTROPOMÓRFICO. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v2-3/html/index.htm#11>>. Acesso em 8 dez. 2016.
- ARANTES, Paulo. *Prefácio* In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 7.
- ARAUJO, Andre. *O capitalismo de compadrio no Brasil e em outros países*. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-capitalismo-de-compadrio-no-brasil-e-em-outros-paises>> Acesso em 29 out. 2017.
- BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. de Maria Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2005.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Fórmulas discursivas e Linguística de corpus*. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez (Orgs.). *Texto ou Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 269-298.
- BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez (Orgs.). *Texto ou Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. *A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2016.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon; Porto Alegre: L&PM, 2007.
- DE. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#30>>. Acesso em 13 jan. 2018.
- FONSECA, Fábio Carlos de Mattos da; CAMPOS Marcella Machado de. *A fórmula discursiva do golpe*. RevLet: Revista Virtual de Letras, v.9, n.1, p.88-99, 2017. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/422.pdf>> Acesso em 26 Dez. 2017.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GARCIA, Manuel; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. *Fundamentos da Economia*. São Paulo: Saraiva, 2000.

GRUPO Folha. *Conheça a Folha de S. Paulo – O jornal mais influente do Brasil*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml> Acesso em 17 mar. 2017.

_____. *Conheça a Folha de S. Paulo – Circulação*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>> Acesso em 17 mar. 2017.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. *O jornalismo econômico e a concepção de mercado: uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*. Brazilian Journalism Research (versão em português), São Paulo: 2008. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/171/170>> Acesso em 27 jul. 2017.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSHI, Luiz Antônio. *Processos de Referenciação na Produção Discursiva*. Delta, São Paulo, v. 14, n. spe, p. 00, 1998. Disponível em: <<http://bit.ly/2wf4W8e>> Acesso em 27 jul. 2017.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de fórmula em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução Luciana Salazar Salgado e Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise de Discurso*. São Carlos: UFSCAR, 27 a 30 jul. 2016. Minicurso VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED-Brasil.

_____. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírío Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. *Frases sem texto*. Tradução Sírío Possenti [et al.]. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Maria Cecília Perez Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução Solange Maria Ledda Gallo e Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S. Paulo. Vários colaboradores. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; RAMOS, Dirceo Torrecillas; RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende; GODOY Mayr; FERRAZ, Sérgio (Coord.) *Impeachment: instrumento da democracia*. São Paulo: Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, 2016.

MIQUELETTI, Fabiana. *Discursividades contemporâneas sobre política: o discurso sobre a mutação da política*. 2009. 334f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2009.

_____. *Breves notas sobre fórmulas e citação*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). *Fórmulas Discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 69-83.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). *Fórmulas Discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

MUSSALIM, Fernanda. *Análise do discurso*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 113-165.

NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Capitalismo e política: um paradoxo letal*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007. p. 283-296.

OLIVEIRA, Hélio de. *“Educação a distância”: uma fórmula discursiva*. 2013. 167f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso: fato, dado, exterioridade*. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de Castro (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 209-218.

PAULANI, Leda Maria. *Jornada pela democracia: em defesa da aposentadoria*. São Paulo: PUC-SP, 27 mar. 2017.

_____. *Uma ponte para o abismo*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-75.

PERINI, MARIO ALBERTO. *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POSSENTI, Sírio. *O dado dado e o dado **dado***. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de Castro (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. *Diferenças condensadas em palavras*. Revista de Estudos da Linguagem, [S.l.], v. 24, n.3, p.1075-1099, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959>>. Acesso em 4 set. 2017.

PRADO, Eleutério F. S. *Uma formalização da mão invisível*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 47-65, 2006. Disponível em: < <http://bit.ly/2vS0H7f> > Acesso em 4 Set. 2017.

RE. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#29>>. Acesso em 13 jan. 2018.

REIFICAÇÃO. In: GRANDE DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-2/html/index.php#38>>. Acesso em 5 set. 2017.

REY, Jean-Michel. *O império das palavras*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007. p. 355-377.

RIBEIRO, Renato Janine. *A palavra livre e infeliz*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007. p. 379-398.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SALGADO, Luciana. *A leitura como um bem: slogans e consenso*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). *Fórmulas Discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 151-162.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHEPENS, Philippe. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). *Fórmulas Discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011, p.11-40.

SILVA E TEIXEIRA, Rosana de Barros. *O sintagma 'progressão continuada' sob a lupa da análise do discurso: um caso de fórmula discursiva?*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 14, n.1, p.199-223, 2014. Disponível em: < <http://bit.ly/2A7WMBR> > Acesso em 10 Dez. 2017.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez. *Sistemas de ensino: produção discursiva de sentidos sobre a educação e o trabalho do professor*. In: BARBISAN, Leci Borges; FANTI, Maria da Glória di (Orgs.). *Enunciação e Discurso: tramas de sentidos*. São Paulo: Contexto, 2012, p.117-130.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 2009.

TV UOL. *Quem afinal é o mercado financeiro e qual sua importância?* Disponível em: <<https://tvuol.uol.com.br/video/quem-afinal-e-o-mercado-financeiro-e-qual-sua-importancia-04020D1B3072D4913326>> Acesso em 27 jul. 2017.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção*. São Paulo: PUC-SP, 5 a 8 jun. 2017. Mesa de abertura do III Salão do Livro Político.

_____. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VERSIGNASSI, Alexandre. *Blog do diretor de redação da SUPER e autor do livro “Crash – Uma Breve História da Economia”, finalista do Prêmio Jabuti. Tchau, querido*. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/alexandre-versignassi/tchau-querido/>> Acesso em 27 jul. 2017.

VILLAS-BOAS, Marcos de Aguiar. *Vanguardas do Conhecimento: Mitos do debate entre ortodoxos e heterodoxos*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/mitos-do-debate-entre-ortodoxos-e-heterodoxos>> Acesso em 5 set. 2017.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. *Tchau, querida democracia*. Belo Horizonte: Casa do Direito: Letramento, 2016.